

MICHELLE DE ARAUJO SCHAMPOVSKI RODRIGUES

**À GLORIA DOS VENCEDORES: RELATOS PANEGÍRICOS SOBRE A GUERRA
DO AÇÚCAR (1630-1681)**

**CURITIBA
2011**

MICHELLE DE ARAUJO SCHAMPOVSKI RODRIGUES

**À GLORIA DOS VENCEDORES: RELATOS PANEGÍRICOS SOBRE A GUERRA
DO AÇÚCAR (1630-1681)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Espaço e Sociabilidades.

Orientador: Prof^o Dr. Luiz Gerado Silva.

**CURITIBA
2011**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Rodrigues, Michelle de Araujo Schampovski

À glória dos vencedores: relatos panerígicos sobre a Guerra do Açúcar (1630-1681) / Michelle de Araujo Schampovski Rodrigues. – Curitiba, 2011.

109 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gerado Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – História – Domínio holandês - 1624-1654. 2. Brasil – História – Guerra do açúcar – 1630-81. 3. Discurso panerígico - Brasil – 1630-81. I. Título.

CDD 981.032

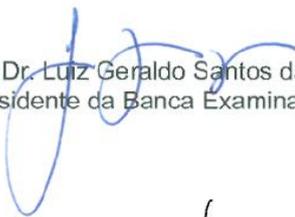


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Michelle de Araújo Schampovski Rodrigues, intitulada: **A gloria dos vencedores: relatos panegíricos sobre a guerra do açúcar (1630-1681)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovacao* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, trinta e um de agosto de dois mil e onze.


Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva
Presidente da Banca Examinadora


Profa Dra Marilene Weinhardt (UFPR)
1º Examinador


Profa Dra Ana Paula Vosne Martins (UFPR)
2º Examinador

Aos meus pais, Adão e Margarete,
Ao meu esposo, Diego,
À minha filha, Letícia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a razão da minha existência.

Agradeço aos meus familiares, por compreenderem e valorizarem os meus estudos. Ao meu pai Adão e minha mãe Margarete, por terem-me dado a vida.

Ao meu esposo Diego, companheiro e amor verdadeiro.

À minha filha Letícia, por ter mudado radicalmente a minha vida, e por ter-me feito conhecer o amor que só uma mãe pode sentir.

Aos meus amigos, por fazer os meus dias mais felizes.

Agradeço imensamente à orientação, paciência e amizade de meu orientador Prof^o Dr. Luiz Geraldo Silva, que me acompanhou desde a graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, aos mestres, funcionários e colegas, sem os quais eu não teria realizado este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de uma bolsa que tornou possível minha dedicação integral à pesquisa.

Agradeço igualmente à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná pela aprovação do projeto “De um a outro império: sociabilidades, etnia e mobilização de forças militares (Séculos XVII ao XIX)”, coordenado por meu professor orientador, por meio do qual foi possível obter recursos para realizar duas viagens para coleta de fontes documentais para a pesquisa. Uma para o Rio de Janeiro/RJ, onde fui muito bem recebida na Biblioteca Nacional, Acervo de Manuscritos, e no Arquivo Nacional; outra para o Recife/PE, onde pude realizar consultas junto ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, junto ao Lapeh – Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e à FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Agradeço a todas as pessoas que me receberam e auxiliaram na cidade do Recife.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

O domínio holandês e a Guerra do Açúcar no nordeste do Brasil (1630-1654) foram relatados contemporaneamente por escritores ligados direta ou indiretamente a estes acontecimentos. Dentre estes escritores estavam soldados e religiosos, luso-brasileiros e holandeses. Notadamente, alguns desses relatos se distinguem por constituírem objeto de encomenda e por seu teor panegírico – que visa elogiar e engrandecer ao patrono. Destacamos, aqui, relatos encomendados pelo Conde Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês de 1637 a 1644; e por João Fernandes Vieira (1613-1681), migrante madeirense, oriundo dos estratos inferiores da sociedade portuguesa e que se tornou personagem ativo na luta contra os holandeses. A encomenda de relatos que tratam da guerra entre luso-brasileiros e holandeses no nordeste açucareiro não constitui um caso isolado, visto que durante o Antigo Regime o patrocínio de obras literárias era prática comum. A encomenda de obras literárias de cunho panegírico era um artifício utilizado pelos patronos para que tivessem seus feitos registrados com aura gloriosa. Contudo este mecanismo era privilégio da nobreza, que possuía cabedais para incentivar a produção e impressão dessas obras. Os relatos incentivados pelo Conde Maurício de Nassau constituem exemplos clássicos deste padrão, pois ele era membro da nobreza dos Países Baixos. Por outro lado, o fato de João Fernandes Vieira encomendar relatos panegíricos constitui uma exceção a esta regra, devido a sua origem dentre estratos inferiores da sociedade portuguesa. É certo que Nassau e Vieira tinham interesses pessoais mediante a publicação desses escritos, tais como buscar enaltecimento diante de seus pares, no caso de Nassau, e obter nobilitação, no caso de Vieira. Para alcançar tais objetivos, os autores desses escritos uniram o tom panegírico ao universo religioso, construindo uma imagem gloriosa de seus respectivos patronos.

Palavras-chave: Discurso panegírico. Brasil holandês. Antigo Regime.

THE GLORY OF WINNERS: PANEGYRIC NARRATIONS IN THE SUGAR'S WAR IN THE NORTHEAST OF BRAZIL (1630-1654)

ABSTRACT

The Dutch domain and the sugar's war in the northeast of Brazil (1630-1654) were reported contemporary by writers directly or indirectly linked to these events. Among them were soldiers and religious, Luso-Brazilian and Dutch writers. Notably, some of these stories are distinguished because they were ordered and have an eulogy content – which aims to praise and enhance the patron. We highlight here, reports commissioned by Count Maurice of Nassau-Siegen (1604-1679), governor, captain and admiral-general of Dutch Brazil from 1637 to 1644; and by João Fernandes Vieira (1613-1681), Madeira migrants, coming from the lower strata of Portuguese society and who became active character in the fight against the Dutch. The order of reports dealing with the war between Luso-Brazilian and Dutch in the northeast is not an isolated case, as under the Old Regime literary patronage was a common practice. Writing eulogy literary imprint was a trick used by the patrons so that their deeds were registered with heroic aura. However this device was a privilege of the nobility, who had the means to finance the costs of production and printing of these works. The reports encouraged by Count Maurice of Nassau are classic examples of this pattern, because the Earl was a member of the Dutch nobility. On the other hand, reports promoted by João Fernandes Vieira is an exception, because of his inferior origins. It is true that Nassau and Vieira had personal interests through the publication of these writings, such as seeking enhancement before their peers, in the case of Nassau and ennoble in the case of Vieira. To achieve these goals the authors of these writings joined panegyric tone with religious universe in order to build a glorious image of their respective patrons.

Key words: Speech eulogy. Dutch Brazil. Old Regime.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01 – Mapa dos reinos da Espanha e dependências européias ao tempo de Carlos V (1519-1558).....22
- FIGURA 02 – Mapa das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVII.....28
- FIGURA 03 – Folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1647, impressa em latim por João Blaeu. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE...48
- FIGURA 04 – Folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE.....49
- FIGURA 05 – Frontispício com imagem de Nassau e folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE.....50
- FIGURA 06 – Estampa da cidade Maurícia. In: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE.....50
- FIGURA 07 – Conde João Maurício de Nassau-Siegen. In: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação. Edição de 1940. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE.....51
- FIGURA 08 – Recife em 1630, antes do domínio neerlandês. Manuel Bandeira.....65

- FIGURA 09 – Conquistas neerlandesas na América setentrional no período de 1630 a 1641.....65
- FIGURA 10 – Palácio de Vrijburg (Friburgo). Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....67
- FIGURA 11 – Planta do Palácio de Friburgum. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....67
- FIGURA 12 – Boa Vista. Friburgum. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....68
- FIGURA 13 – Mauritiopolis, Reciffa Et Circunjacentia Castra. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.....68
- FIGURA 14 – Het Recif. Guache de Thiery, a partir de gravura de Frans Post contida no livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional da França.....69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL E O CONTEXTO EUROPEU.....	16
1.1 A Guerra dos Oitenta Anos, a União Ibérica e o domínio holandês no nordeste açucareiro.....	16
1.2 A Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica.....	22
1.3 Expansão comercial e religiosa dos Países Baixos.....	26
CAPÍTULO 2 – A LITERATURA NO MUNDO MODERNO.....	35
2.1 A imprensa e a escrita no mundo moderno.....	35
2.2 Literatura colonial e literatura panegírica.....	39
2.3 Vida e obra dos panegiristas de Nassau e Vieira.....	45
2.3.1 Barlaeus, Nieuhof e os panegíricos do Conde Maurício de Nassau.....	45
2.3.2 Calado, Santiago, Frei Rafael de Jesus e os panegíricos de João Fernandes Vieira.....	53
CAPÍTULO 3 – A GUERRA DAS REPRESENTAÇÕES.....	59
3.1 Relatos panegíricos e o Antigo Regime.....	59
3.2 João Maurício de Nassau-Siegen: patronato e nobiliarquia.....	62
3.3 João Fernandes Vieira: patronato e ascensão social.....	85
CONCLUSÃO.....	101
CRONOLOGIA.....	103
REFERÊNCIAS.....	105
FONTES.....	105
BIBLIOGRAFIA.....	106

INTRODUÇÃO

No século XVII os neerlandeses, interessados no lucro comercial português obtido com o cultivo e exportação do açúcar e com o tráfico negreiro, realizaram duas tentativas de incursão no nordeste brasileiro. A primeira ocorreu em 1624 em Salvador, na Bahia, capital do Estado do Brasil. Porém, esse ataque foi frustrado pelos soldados luso-brasileiros, que logo conseguiram repelir seus inimigos. O segundo ataque ocorreu em 1630, em Pernambuco, que naquele momento era a mais rica região açucareira da América portuguesa. Desta vez, os neerlandeses obtiveram sucesso e se fixaram em terras brasileiras. Os anos relativos ao governo do Conde Maurício de Nassau (1637-1644) foi o período de maior expansão geográfica do domínio holandês na América portuguesa e na África. Após 1637 o Conde coordenou sucessivos ataques à costa ocidental do continente africano a partir do Recife, que resultaram na conquista de São Jorge de Minas, Angola, e da Ilha de São Tomé, no golfo da Guiné. Essas conquistas possibilitaram que o tráfico de escravos se tornasse negócio fundamental para a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa. Em 1638, depois de já estarem fixados em Pernambuco, os neerlandeses intentaram novamente contra a Bahia, porém novamente fracassaram. Permaneceram, contudo, no nordeste açucareiro até o ano de 1654.¹

A presença neerlandesa na América portuguesa (1630-1654) foi relatada contemporaneamente por escritores ligados direta ou indiretamente à guerra. Dentre eles estavam soldados e religiosos, luso-brasileiros e holandeses. Esses autores foram contemporâneos à guerra e alguns escreveram suas obras como testemunhas oculares, outros baseados em documentos ou relatos já existentes. Notadamente, alguns desses relatos se distinguem por constituírem objeto de encomenda e por seu teor panegírico – que visa elogiar e engrandecer seu patrono.

A encomenda e patrocínio de obras de arte ligadas à música, pintura e, sobretudo, literatura era prática comum no Antigo Regime. A literatura de encomenda elaborada com intuito panegírico pode ser identificada em diversos contextos na modernidade. Destacamos, aqui, relatos que foram redigidos durante o período da presença neerlandesa na América portuguesa (1630-1654) por encomenda do Conde Maurício de Nassau-Siegen, governante do

¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. pp. 237.

nordeste açucareiro no período de 1637 a 1644, e pelo Mestre de Campo João Fernandes Vieira (1613-1681), migrante madeirense, oriundo dos estratos inferiores da sociedade portuguesa e que se tornou personagem ativo na luta contra os holandeses.

A incumbência de obras panegíricas era um artifício utilizado pelos patronos para que tivessem seus feitos registrados com louvor. Por esta via, é certo que Nassau e Vieira encomendaram estes escritos visando atender expectativas pessoais ou do grupo social a que pertenciam. Por outro lado, este era o único meio que o escritor tinha de obter posição social e remuneração. Dessa forma, a produção de encomenda que trata do período da ocupação neerlandesa no Brasil não constitui um caso isolado, mas se insere no padrão de patronato vigente no Antigo Regime. O objetivo geral dessa dissertação de mestrado é analisar a elaboração e o discurso constantes nesses escritos, situando-os no âmbito das práticas da sociedade do Antigo Regime e das tensões existentes na cristandade ocidental moderna.

Dois relatos panegíricos foram escritos com incentivo de Conde Maurício de Nassau e três por encomenda e patrocínio de João Fernandes Vieira, dos quais falaremos a seguir. Eles serão nossas fontes de pesquisa. Também utilizaremos como base documental: cartas e requerimentos referentes à Capitania de Pernambuco (1630-1654), recolhidos junto ao Arquivo Histórico Ultramarino e via Projeto Resgate; ofícios enviados pelo conde Maurício de Nassau e relatório por ele apresentado aos Estados Gerais durante o período do seu governo no Brasil – esta documentação foi colhida na Holanda por Joaquim Caetano da Silva e encontra-se disponível na Biblioteca Nacional; cartas e ofícios enviados ao rei de Portugal por João Fernandes Vieira, recolhidos junto à Biblioteca Nacional e ao Lapeh – Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco.

Os relatos panegíricos promovidos pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679) são: *História dos feitos recentemente praticados no Brasil*², redigida por Gaspar Barlaeus (1584-1648) e *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*³, escrita por Joan Nieuhof (1618-1672). A obra de Barlaeus trata do período do governo de Nassau no Brasil (1637-1644) e foi encomendada pelo Conde, então jovem militar. Cabe observar que este escritor nunca esteve na América, e para escrever sua obra utilizou documentos e informações

² BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

³ NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos, confronto com a edição holandesa de 1682. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

fornecidas por Nassau.⁴ A obra de Nieuhof, *Memorável viagem marítima e terrestre*, cobre os anos de 1640 a 1649. Nieuhof viveu no Brasil durante estes nove anos, estudou o país e aprendeu o português. Embora não haja evidências de que este relato tenha sido encomendado por Nassau, o texto foi apresentado pessoalmente a ele antes de sua publicação, como determinava a etiqueta literária do Antigo Regime.⁵

Por sua vez, os panegiristas que escreveram sob incentivo de João Fernandes Vieira foram Frei Manuel Calado do Salvador (?-1654), Frei Rafael de Jesus (1614-1693) e Diogo Lopes de Santiago (?-?). Estes escritores redigiram, respectivamente, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*⁶; *Castrioto Lusitano ou História da guerra entre o Brasil e Holanda durante os anos de 1624 a 1654*⁷; e *História da guerra de Pernambuco*⁸. Os três autores eram nascidos em Portugal e redigiram as obras contemporaneamente à guerra. Dois deles, Calado e Santiago, viveram no nordeste brasileiro durante a ocupação holandesa.

Tanto os relatos encomendados por Nassau quanto os patrocinados por Vieira tinham como contexto o conflito travado entre luso-brasileiros e neerlandeses pela posse dos territórios brasileiros. Eles trazem ricas informações sobre acontecimentos referentes à presença holandesa no Brasil, sobre o comércio de escravos, o cultivo e comércio do açúcar, sobre batalhas, entre outros aspectos. Contudo, o foco central destes escritos não eram esses temas e sim os seus patrocinadores. Vieira e Nassau são as personagens principais desses escritos e não por acaso. Na prática do mecenato eles financiaram panegiristas a fim de que construíssem narrativas que fizessem propaganda de seus feitos. Pretendiam divulgar para seus contemporâneos e deixar para a posteridade a imagem de vencedores. Nassau desejava ser visto como um excelente governador, benevolente para com seus governados, obediente para com os seus superiores. Queria também justificar as decisões e as atitudes tomadas durante o exercício de seu cargo. Ainda nesse sentido, Vieira desejava mostrar-se um vencedor, almejava ser reconhecido entre seus pares e também pretendia justificar sua participação no levante contra os holandeses, obter recompensas e ascender socialmente.

⁴ MELLO, J. A. Gonsalves de. Prefácio. In: BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

⁵ RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: NIEUHOF, 1942. pp. 10.

⁶ CALADO, Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

⁷ JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano ou História da guerra entre o Brasil e Holanda durante os anos de 1624 a 1654*. Pernambuco: Assembléia Legislativa de PE, 1979.

⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.

Esses intuitos nos levam a pensar qual era a real necessidade que estes patronos tinham de se explicar para seus contemporâneos e superiores. Havia outros interesses que visavam atender ao encomendar escritos panegíricos, além dos já mencionados? Por que eles precisavam construir uma série de argumentos que justificassem suas atitudes tomadas durante a Guerra do Açúcar? Enquanto governador do Brasil holandês, por que Nassau precisava defender as posições tomadas e as suas realizações? E no caso de Vieira, por que ele necessitava elaborar cuidadosamente sua trajetória pessoal? Ora, os desentendimentos ocorridos entre Maurício de Nassau e os diretores da Companhia das Índias Ocidentais são caminho para responder essas indagações, visto que, por vezes, ele tomou decisões e as executou contra o consentimento de seus superiores. Vieira, por sua vez, teve parte no levante iniciado em 1645 contra os neerlandeses sem autorização da coroa portuguesa, além disso, durante parte do domínio holandês ele manteve relações e trabalhou para os “hereges calvinistas”.

A prática do mecenato, o discurso utilizado pelos panegiristas, suas estratégias, seus argumentos e a forma como as narrativas foram construídas são analisadas neste trabalho visando compreender se seus patrocinadores conseguiram alcançar seus desígnios.

Para analisar os diferentes momentos do domínio neerlandês na América portuguesa, Evaldo Cabral de Mello faz uma periodização deste evento que representa grande utilidade neste trabalho. Segundo Mello, o período da permanência dos neerlandeses no Brasil pode ser dividido em três fases: a primeira é designada como “guerra de resistência” e se refere aos anos de 1630, data do estabelecimento dos neerlandeses em Pernambuco, a 1637, início do governo do Conde Maurício de Nassau. Nesta primeira fase os luso-brasileiros resistiram aos neerlandeses e lutaram contra esses inimigos visando sua expulsão, mas não conseguiram obter sucesso. Os neerlandeses se fixaram no nordeste açucareiro e passam a controlá-lo.

A segunda fase compreende os anos de 1637 a 1645. Estes anos foram, segundo Mello, a “idade de ouro” do Brasil holandês, e englobam principalmente o governo de Maurício de Nassau (1636-1644). Como já mencionamos, esse foi o tempo de maior expansão geográfica do domínio holandês no nordeste brasileiro e na África. Nassau foi também responsável pela tomada de iniciativas políticas e administrativas que garantiram o enriquecimento da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa e a manutenção de uma relativa paz entre os neerlandeses e luso-brasileiros.

E, finalmente, a terceira fase que inicia em 1645 e segue até janeiro de 1654, e corresponde à “guerra de restauração”. Nesta fase os luso-brasileiros organizam um levante

com o objetivo de expulsar definitivamente os neerlandeses do Brasil. Este levante culminou com a rendição dos neerlandeses e sua retirada dos territórios portugueses do Brasil.⁹

Mello formula também o conceito de “guerras do açúcar” para se referir às “guerras de resistência” e “guerra de restauração”. Tal conceito explicita dois aspectos do conflito vivido entre neerlandeses e luso-brasileiros, a saber, as “guerras do açúcar” foram motivadas pelo controle das fontes brasileiras de produção de açúcar e, ao mesmo tempo, foram sustentadas pelo açúcar ou pelo sistema socioeconômico que se desenvolveu no nordeste brasileiro, que tinha a finalidade de produzi-lo e exportá-lo ao mercado europeu.¹⁰

A República das Províncias Unidas dos Países Baixos era constituída por sete pequenos Estados. Dentre estas províncias, a Holanda era a mais importante, pois se destacava economicamente e era a mais densamente povoada. Por isso é comum a historiografia que trata do período das guerras do açúcar chamar de “holandeses” todos os habitantes da República das Províncias Unidas dos Países Baixos que se instalaram no Brasil através da Companhia das Índias Ocidentais em 1630, apesar de o termo “neerlandeses” ser o mais adequado. Fizemos o mesmo quando este recurso parecia facilitar a inteligibilidade deste trabalho.

A vinda dos neerlandeses para o Brasil deve ser entendida dentro de um contexto amplo, pois, como aponta Gonsalves de Mello, ela “não foi uma aventura de corsários, nem uma iniciativa de cristãos-novos e judeus, mas uma ação planejada na linha de interesse dos Países Baixos”.¹¹ As investidas dos neerlandeses contra o império marítimo e colonial português foram motivadas pela união das duas coroas, espanhola e portuguesa, na pessoa do rei católico Habsburgo Felipe II de Castela, “contra cujo governo, nos Países Baixos, os holandeses haviam se revoltado em 1568”.¹²

Os neerlandeses travaram guerra contra as possessões espanholas “em quatro continentes e nos sete mares”. Este conflito poderia ser chamado de Primeira Guerra Mundial e, conforme sintetiza Boxer, direcionou-se para o domínio do comércio de especiarias asiáticas, para o tráfico negreiro da África Ocidental e para o cultivo e exploração do açúcar no Brasil.¹³ É no interior destas disputas que se inserem as obras panegíricas que tratam da Guerra do Açúcar e que foram analisadas neste trabalho.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007. pp. 13.

¹⁰ MELLO, 2007. pp.12.

¹¹ MELLO, 1968. pp. 235-237.

¹² BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 120.

¹³ BOXER, 2002. pp. 121.

Esta dissertação de mestrado está composta por três capítulos. No primeiro abordamos o contexto europeu no qual se insere o período da dominação neerlandesa na América portuguesa. A vinda da Companhia das Índias Ocidentais ao Brasil se introduz no interior da luta existente entre a República das Províncias Unidas dos Países Baixos e os espanhóis Habsburgos a quem os neerlandeses estavam submetidos e buscavam emancipar-se durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Portugal e suas colônias se envolveram nesta guerra a partir do momento em que ocorreu a União Ibérica (1580-1640), por isso tanto a Guerra dos Oitenta Anos como a União das Coroas ibéricas merecem um exame aprofundado. A Reforma Protestante também será abordada neste primeiro capítulo, pois o conflito entre os neerlandeses e os católicos Habsburgos se configurou numa guerra política, econômica e, sobretudo, religiosa a partir do momento em que as Províncias Unidas aderiram ao calvinismo.

A Guerra dos Oitenta Anos abrangeu batalhas que se realizaram em terra e no mar. A expansão comercial dos Países Baixos atingiu as rotas marítimas através das quais os ibéricos mantinham seu monopólio comercial. Por essa razão, os ibéricos buscaram legitimação política e jurídica para defender-se das investidas de outros povos contra seus interesses. O respaldo ibérico vinha do apoio e legitimação recebidos da Igreja através das Bulas papais e dos tratados firmados entre portugueses e espanhóis. Mas o monopólio ibérico foi combatido pelos neerlandeses em discussões jurídicas a respeito da liberdade dos mares. Essas questões foram analisadas brevemente no primeiro capítulo.

Finalmente, abordamos ainda neste primeiro capítulo, como se processou a expansão marítima e comercial dos Países Baixos, a formação das suas companhias de comércio e a adesão dos neerlandeses à Reforma Protestante, para compreender quais foram os motivos e as circunstâncias que os levaram a navegar em direção do Nordeste açucareiro.

No segundo capítulo entramos no tema da literatura panegírica que aborda o período da ocupação neerlandesa na América portuguesa. Contudo, primeiramente buscamos compreender como ocorreu a difusão do livro na modernidade, através do estudo da criação da imprensa e das práticas de leitura vivenciadas neste tempo. Também abordamos a relação da difusão da leitura com a Reforma Protestante. Em seguida, analisamos como se deu a circulação de livros no Brasil colônia, o papel das ordens religiosas na educação da população luso-brasileira e a produção da literatura nos primeiros séculos da fase colonial. Por fim, analisamos como os escritos panegíricos, que tinham a finalidade de enaltecer seu patrono, são inseridos no contexto da colônia, analisando também a vida e obra dos panegiristas do Conde Maurício de Nassau e do Mestre de Campo João Fernandes Vieira.

No terceiro capítulo analisamos a trajetória destes patrocinadores, visando esclarecer suas origens e suas relações sociais, e verificar as posições que almejaram alcançar e que alçaram ao longo de suas vidas. A representação gloriosa destes patrocinadores presente nas obras de encomenda será desconstruída, não com o objetivo de verificar a veracidade dos escritos, mas com o intuito de compreender as estratégias de composição, os mecanismos utilizados na elaboração desses escritos, os recursos literários e o processo de encomenda e patrocínio destes relatos panegíricos levados a efeito na América portuguesa e que tratou da Guerra do Açúcar. Sobretudo, analisaremos o caso isolado de João Fernandes Vieira, visto que, segundo o padrão vigente no *Antigo Regime*, a prática de encomenda era privilégio da nobreza. Contudo, Vieira se constitui uma exceção, como já mencionado, pois ele era um migrante madeirense, oriundo dos extratos baixos da sociedade portuguesa e buscava através da incumbência de obras panegíricas nobilitar-se. Portanto, neste terceiro capítulo faremos um inventário das diferenças e semelhanças nos padrões dos motivos de patrocínio relativos às obras luso-brasileiras e neerlandesas que foram objeto de encomenda.

Também neste terceiro capítulo faremos uma comparação entre discursos presentes nas obras dos panegiristas luso-brasileiros e neerlandeses, visando verificar como estes escritores uniram o tom panegírico ao religioso para construir uma trajetória pessoal idealizada de seus patrocinadores, repleta de elementos simbólicos.

CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL E O CONTEXTO EUROPEU

1.1 A Guerra dos Oitenta Anos, a União Ibérica e o domínio holandês no nordeste açucareiro

A conquista do nordeste açucareiro pelos holandeses se insere no interior da luta existente entre Castela e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, conhecida como Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Nesta guerra, sete das dezessete províncias que formavam os Países Baixos, quais sejam, Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overijssel, Frísia e Gröningen, rebelaram-se contra o domínio dos católicos Habsburgos, a que estavam submetidas desde o início do século XVI. Esta guerra tomou formas políticas, econômicas e religiosas, pois, com a Reforma Protestante em curso na Europa, as províncias rebeladas aderiram ao Calvinismo e, além disso, buscavam sua emancipação política e autonomia nos assuntos comerciais. Durante os oitenta anos em que o conflito perdurou, os espanhóis investiram na tentativa de recuperar seu domínio sobre o território em questão.¹⁴

Em meio a estas dificuldades, Portugal acabou sendo envolvido no conflito, devido a União Ibérica levada a efeito em 1580, e que perdurou até 1640. Com a união das coroas, efetivada sob a pessoa de Felipe II, os territórios portugueses e suas colônias foram anexados ao império Habsburgo. Decorre daí, que os neerlandeses logo viram no ataque às colônias portuguesas, situadas no Oriente e Ocidente, uma forma eficaz de atingir o seu inimigo católico espanhol.

O processo que culminou com a União Ibérica (1580-1640) teve início na batalha contra os mouros do Marrocos, em Alcácer Quibir em 1578, na qual desapareceu o rei de Portugal D. Sebastião, “o Desejado”, (1557-1578) e, juntamente com ele, muitos nobres portugueses. A perda do rei e o fato de não haver herdeiros para o trono gerou uma crise de sucessão da coroa portuguesa. O cardeal D. Henrique, inquisidor geral e tio-avô de D. Sebastião, assumiu o trono por dois anos, pois já havia exercido a regência durante o período de sua menoridade e era o seu parente mais próximo. No entanto, D. Henrique logo faleceu.

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. Vol. 3 O tempo e o mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. pp. 163.

Ele não tinha descendência, já estava em idade avançada e sua saúde era precária; por isso, seria o último monarca da Casa de Avis, e seu reinado efêmero.¹⁵

Depois da batalha de Alcácer Quibir os portugueses procuraram incansavelmente por D. Sebastião e por outros desaparecidos. Porém, findada a esperança de encontrá-lo com vida, havia ainda a necessidade de reaver seu corpo para que um novo rei pudesse ser estabelecido. Conforme explica Hermann, as consequências da derrota no Marrocos foram catastróficas para Portugal. Entre elas estavam as dificuldades referentes ao estabelecimento de acordos e valores a serem pagos para a libertação dos cativos, pois os inimigos exigiam grandes quantias de dinheiro que os cofres portugueses não possuíam. Além disso, havia outras questões a serem resolvidas, tais como o envio de religiosos para o Norte da África para assistir e auxiliar na libertação de soldados, e as condições impostas para a liberação dos corpos dos fidalgos mortos.¹⁶

Diante da expectativa de sucessão ao trono português, surgiram pretendentes que passaram a disputar a coroa portuguesa. Felipe II, rei de Castela, passou a procurar comprovar seus direitos na ordem de sucessão, visto que ele era filho de Isabel de Portugal e de Carlos V, e neto de D. Manuel, “O Venturoso”. Mas a crise de sucessão da coroa portuguesa não se encerrou nas investidas de Felipe II. Havia outros interessados à sucessão, sendo que três deles eram também netos de D. Manuel, quais sejam, D. Catarina, duquesa de Bragança, filha do infante D. Duarte; D. António, prior do Crato, filho bastardo de D. Luís com uma cristã-nova chamada Violante Gomes; e Manuel Felisberto, duque de Sabóia, filho da irmã do rei católico, a infanta Beatriz com Carlos III.¹⁷

Felipe II se empenhou muito para que D. Henrique o nomeasse como herdeiro legítimo da coroa portuguesa. Para comprovar que o rei D. Sebastião realmente havia falecido e que um novo rei deveria ser estabelecido, financiou o resgate dos prisioneiros no Marrocos e, sobretudo, o transporte dos despojos considerados de D. Sebastião de Alcácer Quibir para Ceuta, onde o corpo foi exumado. A exumação se repetiu quatro vezes para reafirmar a morte do soberano português.¹⁸ Decorre que, para definir e resolver a crise sucessória, os três estados portugueses se reuniram por diversas vezes e uma junta de cinco governadores foi designada para assumir a regência, em caso de falecimento do cardeal-rei antes da resolução

¹⁵ SCHAUB, Jean-Frédérique. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. pp. 15.

¹⁶ HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 157.

¹⁷ SCHAUB, 2001. pp. 16.

¹⁸ Ver: HERMANN, 1998. pp. 157; 160.

da questão.¹⁹ Todavia, D. Henrique se posicionou contra as pretensões de Felipe II de tomar posse do reino lusitano. Segundo Hermann, ele era opositor histórico das pretensões castelhanas ao reino lusitano. Assim, pois, em janeiro de 1580 D. Henrique faleceu sem instituir o novo rei de Portugal.²⁰

Felipe II utilizou diversos meios para se tornar o novo soberano de Portugal. Conforme acena Schaub, ele teria conseguido realizar a sua empresa através de quatro estratégias: a primeira referia-se ao domínio diplomático, através do qual seus enviados buscaram o apoio de D. Henrique e da junta de governadores para a viabilidade da união das coroas sob sua pessoa. A segunda estratégia abrangia o domínio jurídico, com o qual Felipe II conseguiu apoio para afirmar que seus direitos hereditários eram superiores aos de outros pretendentes. A terceira referia-se ao domínio militar, que foi utilizado pelo duque de Alba para submeter pela força as câmaras municipais que haviam demonstrado apoio a D. Antonio, prior de Crato, que também acreditava ter o direito de tornar-se o novo rei de Portugal. A quarta e última estratégia abarcava o domínio contratual, no qual Felipe II se comprometeu em Tomar, perante os três estados, a respeitar a imunidade jurisdicional do reino e a separação simbólica da coroa portuguesa em troca de sua proclamação.²¹

Como já mencionado, Felipe II vinha se preparando em favor da união das coroas sob sua pessoa desde a morte de D. Sebastião, inclusive através de D. Cristovão de Moura, conhecedor da política e das línguas portuguesa e castelhana, e que foi nomeado seu embaixador em Portugal. D. Cristovão de Moura construiu redes de apoio em favor de Felipe II no interior da nobreza portuguesa, na hierarquia eclesiástica e nas oligarquias urbanas. Este embaixador havia se precavido também para uma intervenção militar castelhana, caso fosse necessário. Conforme Hermann “ao perceber as dificuldades para arrancar de D. Henrique o aceite pacífico para a sucessão do trono, Felipe II valeu-se de todas as formas possíveis de convencimento, até chegar à ameaça explícita de invadir Portugal, caso seu direito não fosse reconhecido.”²²

Portanto, conquistar a união das coroas não foi tarefa fácil para Felipe II, pois os outros pretendentes ao trono ofereceram forte resistência. Em 6 de junho de 1580, em carta aos governadores, exigiu que o proclamassem rei. Não obstante, no mesmo mês D. Antonio, prior de Crato, auto proclamou-se rei em Santarém e obteve a adesão desta cidade e também de Setúbal e Lisboa; além disso, também recebeu o apoio de Isabel da Inglaterra, Catarina de

¹⁹ SCHAUB, 2001. pp. 15.

²⁰ HERMANN, 1998. pp.163-164.

²¹ SCHAUB, 2001. pp. 11-12.

²² HERMANN, 1998. pp. 166.

Médicis e Henrique III da França. A investida de D. Antonio em favor de sua coroação só foi eliminada por Felipe II quando este interveio pelas armas através do exército do duque de Alba. Desta forma, o prior de Crato foi coagido a desistir da tentativa de ser o novo rei de Portugal e acabou se refugiando na Inglaterra. Finalmente, Felipe II obteve o apoio das cidades e, então, tornou-se rei de Portugal.²³

A União Ibérica prolongou-se por sessenta anos e abrangeu os reinados de Felipe II (I de Portugal), Felipe III e, em parte, de Felipe IV. Este período é visto como um cativo por Frei Manuel Calado (1601?-1654), escritor nascido em Portugal e que viveu no Brasil durante o período do domínio neerlandês. Em sua obra *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*, de 1648, Calado sugere que o motivo da submissão dos portugueses ao jugo castelhano eram seus pecados. Deus os estaria castigando e permitindo que ficassem cativos “entre ânsias, fadigas, tribulações, desfavores, injustiças, e tão pusilânime, abatido, e achando que até os humildes bichinhos da terra se lhe atreviam”.²⁴ Além disso, as possessões portuguesas também ficaram expostas aos ataques de outros inimigos como os neerlandeses e ingleses:

Sempre foi costume de Deus, quando prometia mercês aos de seu povo, fazer as promessas com cláusula de que não se apartassem de sua santa lei, nem de cumprir sua santa vontade; porém que tanto que se esquecessem de Deus, e seguissem o caminho dos vícios, logo seriam castigados com fomes, sede, peste, guerra, e cativos, e cumpria rigorosamente sua palavra (...) Assim do mesmo modo entre tantos benefícios como Deus prometeu aos Portugueses, lhe pôs o ameaço castigo, que lhe tiraria os Reis, e adelgaçaria seu Reino, e o poria a ponto de acabar, isto se entende quando se mostrassem ingratos, e maus correspondentes a seus benefícios.²⁵

Contudo, Calado relata esses acontecimentos com esperança, pois para ele Deus nunca desampararia os portugueses e nem lhes esqueceria. Sobretudo, porque entendia que estes tinham sido “escolhidos” pelo Criador. O seu castigo teria um fim com a aclamação de D. João IV e a restauração do trono português. Devemos ressaltar que: a atribuição do pecado dos cristãos como justificativa para os sofrimentos; os relatos de vitórias de poucos sobre muitos em batalhas; a crença na Intervenção Divina e na aprovação do Deus cristão na guerra contra o infiel ou herege; a morte cheia de glória; todos estes temas não são elementos

²³ STELLA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes. 1580-1640*. Prefácio de Felipe de Seixas Corrêa. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000. pp. 58-59.

²⁴ CALADO, 1987. pp. 141.

²⁵ CALADO, 1987. pp. 140-141.

exclusivos da obra de Calado, mas são tópicos recorrentes em textos produzidos por militares ou religiosos católicos que escreviam sobre a luta entre portugueses e holandeses.

A crença na sacralidade do reino de Portugal e a noção de que os portugueses seriam o “povo eleito por Deus” não é específica da narrativa de Calado, mas se fundamenta no mito do “Milagre de Ourique”, que é a base ideológica da fundação do reino de Portugal, tendo Afonso Henriques como seu primeiro monarca. As narrativas da batalha ocorrida no dia 25 de julho de 1139 em Ourique, localizada ao sul do Tejo, entre Afonso Henriques e os exércitos mouros, revelam a partir do século XV um aspecto mítico. Dentre estas narrativas, Ana Isabel Buescu destaca a *Crônica d’El Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505), que associa a batalha ao sobrenatural.²⁶

Segundo a narrativa de Galvão, antes da batalha o príncipe Afonso teria recebido em sua tenda a visita de um ermitão e, através dele, Cristo prometia a vitória sobre os infiéis e seu aparecimento na cruz. Na manhã seguinte, tudo ocorreu tal como o ermitão teria dito e o príncipe foi aclamado rei pelos seus soldados. A promessa divina teria se cumprido através da vitória sobre os exércitos mouros, que estavam em superioridade numérica, e da fundação do reino. As origens portuguesas, então, passam a ser explicadas a partir do “Milagre de Ourique”, que possui as vertentes militar e sobrenatural e funda a nacionalidade portuguesa.²⁷ Conforme acena Hermann, esta aparição milagrosa de Cristo para o futuro rei de Portugal passou a ser interpretada como um sinal inequívoco para a explicação da vitória e para a verdadeira sagração de Afonso Henriques, feita pelo próprio Cristo.²⁸

Conforme explica Buescu, a memória de Afonso Henriques foi reforçada por D. Sebastião que, ao passar pelo Alentejo e Algarve em 1573, mandou erigir em Ourique um arco do triunfo em homenagem ao episódio ocorrido em 1139. Ademais, solicitou ao Padre Geral do Convento de Santa Cruz de Coimbra, por carta régia de 14 de março de 1578, a espada e o escudo do primeiro monarca para levar consigo na expedição de Alcácer Quibir. Durante a União Ibérica, o “Milagre de Ourique” tornou-se um instrumento ideológico colaborador na afirmação da nacionalidade e independência portuguesa. Diante disso, “A Restauração significava a refundação da monarquia, o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique.”²⁹

²⁶ BUESCU, Ana Isabel. *Memória e poder: ensaios de história cultural (XV-XVIII)*. Edições Cosmos. Lisboa: 2000. pp. 16.

²⁷ BUESCU, 2000. pp. 15

²⁸ HERMANN, 1998. pp. 149.

²⁹ BUESCU, 2000. pp. 17-19.

Frei Calado relata o episódio de Ourique em sua obra. Segundo ele, quando Cristo apareceu a D. Afonso Henriques prometeu, além da vitória sobre os mouros, a propagação dos seus sucessores no trono da monarquia lusitana e teria escolhido os portugueses para levar o seu nome e sua fé por todas as partes do mundo. Ademais, Cristo teria advertido que, devido à ingratidão que os portugueses demonstrariam diante de seu sucesso, seriam castigados, mas nunca seriam desprezados, pois

Havia Cristo nosso Senhor prometido ao nosso primeiro Rei Dom Afonso Henriques, que quando o Reino de Portugal estivesse mais dependurado de um delgado fio, e mais a ponto de se perder, e acabar. *In ipsa attenuata, ego respiciam, et videbo*. Que ele lhe poria seus benignos olhos, e acudiria seu desamparo.³⁰

O fato é que, sob o reinado de Felipe IV, ocorreu a revolução restauradora que fez subir ao trono português, em 1640, D. João, Duque de Bragança e futuro D. João IV, que pôs fim ao período de dominação castelhana sobre Portugal.

Todavia, os reis Habsburgos não enfrentariam apenas conflitos interiores ao reino ou relativos às disputas e à manutenção da coroa portuguesa que estava em seu poder. Havia ainda a guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que estava em curso na Europa, na qual a Espanha esteve envolvida. Conforme Carneiro, esta guerra foi, em parte, uma guerra de religiões, ou a última sequência de uma série de guerras religiosas entre protestantes e católicos desde Martin Lutero (1483-1546)³¹. Além disso, coexistia a revolta das Repúblicas das Províncias Unidas, em que os neerlandeses lutavam em favor de sua emancipação do domínio espanhol na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). As províncias, revoltadas contra o Império católico Habsburgo, aderiram ao Calvinismo, que se tornou sua religião oficial, reforçando o caráter religioso da guerra pela emancipação.

³⁰ CALADO, pp. 146

³¹ CARNEIRO, Henrique. “Guerra dos Trinta Anos”. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.) *História das Guerras*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 169.

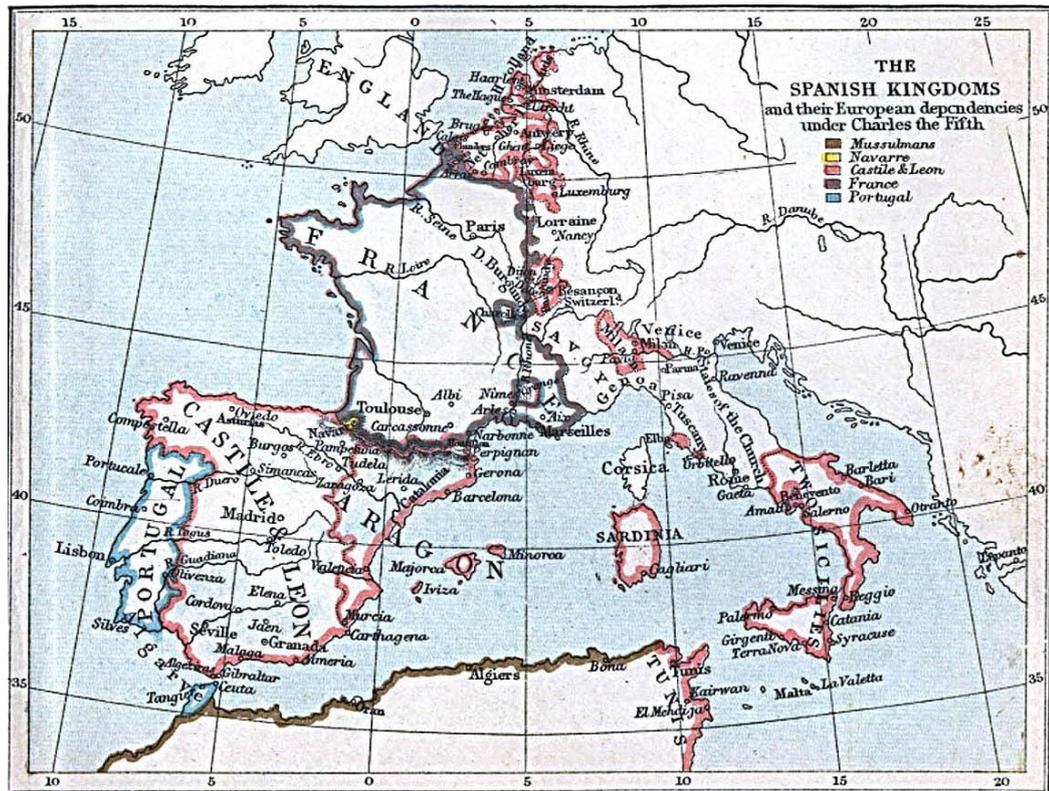


Figura 01 – Mapa dos reinos da Espanha e dependências europeias ao tempo de Carlos V (1519-1558).

Fonte: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical>.

1.2 A Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica

Após Frei Martin Lutero escrever e pregar as suas *95 teses* na porta da Igreja de Wittenberg em 1517, houve intensa fermentação religiosa na Europa. Segundo Delumeau, os ideais protestantes espalharam-se e alcançaram os Países Baixos, a França, a Escandinávia, entre outras localidades europeias. Em 1520 já havia diversas obras de Lutero traduzidas para holandês.³² A designação “protestante” surgiu em 1529, quando a segunda Dieta de Spira quis fazer valer novamente o Édito de Worms, que bania Lutero do Império alemão. Foi nesta ocasião que seis príncipes e catorze cidades protestaram em seu favor.

Todavia, mesmo com a morte de Lutero, em 1546, a Reforma Protestante continuou a se expandir, agora com os ideais de João Calvino (1509-1564). Assim, pois, quando o luteranismo já estava se enfraquecendo, Calvino deu uma nova vida e força à Reforma. Sua

³² DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Tradução de Manuel Ruas. Vol. 01. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. pp. 126-128.

influência e a de Bullinger (1504-1575), autor do *Livro da família, Suma da religião cristã*, desenvolveram-se nos Países Baixos a partir de 1540, num momento em que as perseguições aos heréticos passaram por um afrouxamento. Como já dissemos, os Países Baixos estavam sob o domínio do império católico Habsburgo. Esses domínios eram formados por dezessete províncias que foram herdadas por Carlos V dos duques de Borgonha em 1515. Mais tarde, em 1556, os Países Baixos foram deixados para seu filho, Felipe II de Castela. Com a expansão do protestantismo, o calvinismo passou a ser a confissão oficial das províncias neerlandesas que se revoltaram contra Felipe II, em busca de sua emancipação durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648)³³

Por volta de 1555 Guy de Brès, nascido em Mons em 1522 e filho de um artesão, passou a pregar na região de Lille. Ele foi o fundador da igreja calvinista nos Países Baixos e se tornou o “supervisor e ministro geral” dos grupos calvinistas da região.³⁴ Em 1560 o Calvinismo se firmava principalmente em duas regiões: a zona da indústria têxtil (Lille, Valenciennes, Hondschoote, Tournai) e no litoral, de Antuérpia a Frísia. Não obstante, nos países rurais, como Luxemburgo e Namurois, o catolicismo permanecia forte. Castela, ao longo da Guerra dos oitenta anos, tentou reconquistar para o catolicismo essas regiões tão prósperas, mas fracassou, pois “as Províncias Unidas calvinistas não só salvaguardaram sua independência, mas foram ainda uma das grandes potências do século XVII.”³⁵

A reação da Igreja Romana contra os ideais protestantes se revelou através da Contrarreforma, termo pelo qual ficaram conhecidas as medidas tomadas pela Igreja diante do protestantismo que se difundiu pela Europa. Segundo Delumeau a definição do termo “Contrarreforma” significava a vontade maduramente deliberada de fazer desaparecer o Protestantismo de qualquer maneira, mesmo que fosse necessário utilizar a força. Por esta via, a Contrarreforma procurou reconquistar pelas armas os territórios que estavam sendo reformados. Ademais, também procurou reconverter as massas protestantes ao catolicismo nas regiões onde não conseguiram obter a vitória militar. Assim, a Contrarreforma, enquanto empresa de reconquista territorial, foi ação particular ao governo dos Habsburgos.³⁶

Em 1540 Paulo III (1534-1549) aprovou os estatutos da Companhia de Jesus, criou o Santo Ofício em 1542 e convocou o Concílio de Trento em 1545. Mais tarde, em 1564, Pio IV seguiu as recomendações das sessões XVIII e XXV do Concílio de Trento e publicou um

³³ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. pp. 153.

³⁴ DELUMEAU, 1989. pp. 154.

³⁵ Idem. pp. 155.

³⁶ DELUMEAU, 1983. pp. 164-166.

primeiro *Index* de livros proibidos. Em resposta aos ideais protestantes, o Concílio de Trento conservou as “boas obras”, ou seja, a liberdade, os sete sacramentos, afirmou a presença real na eucaristia, iniciou a redação de um catecismo, confirmou o culto aos santos, decidiu que a vulgata de S. Jerônimo era texto autêntico da Escritura e manteve o latim como língua oficial do culto. Além disso, posicionou-se contra o casamento dos padres e à comunhão em duas espécies e recusou o diálogo com os protestantes, que foram considerados definitivamente como heréticos. Para reconquistar as almas convertidas ao protestantismo, a Igreja Romana utilizou também artifícios como a construção e reconstrução de igrejas, a fundação de colégios e universidades, a criação de seminários, o trabalho das ordens religiosas, tais como jesuítas e capuchinhos, além de coações diversas e tentativas de sufocar a religião reformada.³⁷

A guerra entre os espanhóis Habsburgos e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos não se encerrou no território europeu, mas se estendeu aos mares. Para enfraquecer seu inimigo, logo os neerlandeses iniciaram uma luta que visava tomar as rotas marítimas comerciais lusas, visto que estas agora pertenciam aos Habsburgos, através da união das coroas. Como referido anteriormente, com a União Ibérica, Portugal e suas colônias ficaram submetidas ao império Habsburgo. Contudo, até então, o império Português poderia ser definido como um império oceânico, e não terrestre, um império em que o mar unia e não separava. Portugal controlava as rotas marítimas existentes nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico mais do que as suas áreas de domínio terrestres. Por isso, quando o império português passou a ser atacado por holandeses e ingleses no século XVII, os portugueses tiveram que investir em estratégias específicas para se defender, tais como a constituição de grandes armadas de socorro, a vigilância dos mares e o desenvolvimento de técnicas de defesa e combate naval.³⁸

Porém, diante das investidas de neerlandeses, que passaram a disputar o domínio dessas rotas marítimas, Portugal viu-se diante da necessidade de obter respaldo também nos campos jurídico e político, ou seja, necessitava de um discurso legitimador perante seus inimigos. Dois problemas, então, apresentaram-se. O primeiro referia-se à guerra justa, à escravidão e à legitimidade de apropriação dos bens de povos que fossem reduzidos à servidão. Essas questões foram tratadas por juristas-teólogos como Francisco Vitória, Domingo de Soto, Francisco Suarez, Luís de Molina, Fernando Rebelo e Baptista Fragoso. O

³⁷ DELUMEAU, 1983. pp. 129.

³⁸ HESAPANHA, António Manuel. SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José. (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1992. pp. 395.

debate determinou as causas que justificavam a guerra, sendo elas: a legítima defesa, a garantia da liberdade de pregação do Evangelho, e para alguns, a garantia da liberdade do comércio.³⁹

O segundo problema girava em torno da questão da liberdade dos mares e em saber se esta poderia ser vedada. Desde a Idade Média, os Venezianos e Genoveses pretendiam um senhorio sobre os mares Adriático e Tirreno. Mais tarde, nos séculos XVI e XVII, o princípio que prevalecia era de que o mar, o ar e as correntes de água eram, por direito natural, comum a todos. Contudo, Portugal e Espanha, fundamentadas em bulas papais que lhes foram concedidas, apoderaram-se do monopólio de navegação oceânica desde o século XIV, como veremos melhor adiante.⁴⁰

As bulas papais refletiam a atitude e as aspirações do rei ou daqueles que fizeram a petição ao papado em nome dele. Além disso, também refletiam o espírito da “Era dos Descobrimentos” e estabeleciam diretrizes e comportamentos europeus com povos desconhecidos.⁴¹ Portanto, as bulas papais garantiam o apoio da Igreja no que diz respeito a atividades políticas e religiosas seguidas pelos portugueses com povos que não eram nem europeus nem cristãos. No século XV, algumas bulas foram promulgadas durante a vida do infante dom Henrique e de seus sucessores imediatos ao trono. As mais importantes foram a *Dum diversas*, de 18 de junho de 1452; a *Romanus Pontifex*, de Nicolau V a Afonso V e seus sucessores, datada de 8 de janeiro de 1454; e, finalmente, a *Inter caetera*, de Calisto III, datada de 13 de março de 1456.

Através da bula *Dum diversas* (1452), o papa autorizava o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo. Também permitia a captura de seus bens e de seus territórios e permitia que fossem reduzidos à escravidão perpétua e suas terras e propriedades fossem transferidas para o rei de Portugal e seus sucessores. Já a bula *Romanus Pontifex* (1455) confirmou o que fora feito em bulas anteriores, ao conceder aos portugueses a posse legal e o domínio de terras, vilas e bens conquistados, e também os mares adjacentes.

Esta bula também legitimava medidas para reduzir o poder temporal dos infiéis. Ademais, autorizava os portugueses a construir igrejas e mosteiros e enviar padres para administrar os sacramentos nessas regiões. Ainda, proibia que qualquer nação interferisse no monopólio português, seja em suas descobertas, conquista ou comércio. O monopólio dado

³⁹ HESPANHA e SANTOS. In: MATTOSO, 1992, pp. 396.

⁴⁰ BOXER, 2002, pp. 39.

⁴¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras de integração. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Vol 01. Lisboa: Temas e Debates, 1998. pp. 238

aos portugueses se referiam a conquistas efetuadas no Marrocos e também a conquistas futuras desde o cabo do Bojador e do cabo Não até à Índia. Por fim, na bula *Inter caetera* (1456), o papa Calisto II confirmou os termos da *Romanus Pontifex* (1454) e concedeu à Ordem de Cristo, da qual dom Henrique era administrador e mestre, a jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas e a conquistar. Apesar disso, as bulas não faziam nenhuma referência sobre o envio de missionários para pregar o evangelho aos infiéis.⁴²

Podemos compreender que as bulas papais representavam o apoio papal aos portugueses, para que fizessem guerra aos inimigos da cristandade, conquistassem e subjugassem pagãos e infiéis para, através da servidão, convertê-los ao cristianismo. Ademais, autorizava-os a conquistar as terras e bens dos inimigos e transferi-los para a Coroa portuguesa. Por esta via, os portugueses recebiam o monopólio da navegação, comércio e pesca, que ficavam proibidos às outras nações.

Além das bulas papais, os tratados firmados entre portugueses e espanhóis também tinham a função de garantir às coroas ibéricas a posse e o domínio sobre terras descobertas e por descobrir. Nessa direção, os tratados de Alcáçovas (1479) e Tordesilhas (1494) estabeleciam parâmetros para o domínio territorial e a integração através da colonização.⁴³ Conforme afirma Alencastro, o Tratado de Alcáçovas reconhecia a soberania de Lisboa sobre Madeira, Açores e toda a África. O Tratado de Tordesilhas pactuava fronteiras comuns, partilhando o domínio e o império sobre mares, territórios e povos desconhecidos.⁴⁴

1.3 Expansão comercial e religiosa dos Países Baixos.

Os Países Baixos, como mencionado anteriormente, faziam parte do império Habsburgo. Eram formados, como também já observamos, por dezessete províncias que foram herdadas por Carlos V dos duques de Borgonha, em 1515, e que foram deixadas para seu filho Felipe II em 1556. Mas como este rei vivia na Península Ibérica, nomeou uma regente, Margarida de Parma, e um lugar-tenente, o príncipe Guilherme de Orange, para representá-lo.⁴⁵

⁴² BOXER, 2002. pp. 38-39.

⁴³ RUSSELL-WOOD, 1998. pp. 240.

⁴⁴ ALENCASTRO, L. F. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. pp. 194.

⁴⁵ LOPEZ, 2002. pp. 45.

Com a ocorrência da Reforma Protestante na Europa, Felipe II passou a perseguir os protestantes calvinistas nos territórios de seu domínio. Os adeptos do protestantismo sofriam pressões religiosas, políticas e comerciais. Em 1567 a regência de Margarida de Parma foi substituída pela do duque de Alba, que reforçou a perseguição aos protestantes. Os calvinistas, então, passaram a se mobilizar num movimento de independência contra o domínio católico Habsburgo, tendo como líder da revolta Guilherme de Orange. Em julho de 1581 os confederados calvinistas proclamaram, em Haia, a deposição de Felipe II, e constituíram a República das Províncias Unidas.⁴⁶ Felipe IV, no início da guerra dos Trinta Anos (1618-1648), e seu ministro Olivares tentaram uma última ofensiva contra a República calvinista, na tentativa de recuperá-la. No entanto, a guerra contra a França fez com que abandonasse o combate contra os revoltosos e, em 1648, o rei Habsburgo reconheceu definitivamente a independência do Estado calvinista neerlandês através da assinatura do Tratado de Munster.⁴⁷

⁴⁶ DELUMEAU, 1989. pp . 203.

⁴⁷ DELUMEAU, 1989. pp. 202-203.



Figura 2 – Mapa das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVII.

Fonte: Lisa Jardine. *Going Dutch. How England Plundered Holland's Glory*. New York: HarperCollins, 2008, p. xiv. In: FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda": Johan Mauritz van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

A República das Províncias Unidas, como também já vimos, era formada por sete pequenos Estados – Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overijssel, Frísia e Gröningen. O Estado era federativo e descentralizado. As bases de poder estavam divididas em duas estâncias: os Estados-Gerais (*Staten-Generaal*), constituídos por uma delegação formada por um representante de cada uma das sete províncias unidas e que substituiu o rei como suprema autoridade do governo central e nacional; e pelo *stadhouder*, palavra não traduzida para o português, que significava o posto mais alto da hierarquia militar neerlandesa, sempre ocupado por um membro da nobreza, que tinha o controle militar das províncias unidas.

Cada uma das sete províncias era formada por uma rede de cidades e cada cidade era autônoma e possuía seu próprio governo e administração. De acordo com Lopez, a Holanda era a província que mais se destacava dentre as demais, pois era a mais densamente povoada e concentrava a metade do produto nacional. Dessa forma, contribuía com a metade do orçamento dos Estados Gerais, governo confederal das Províncias Unidas.⁴⁸

O acesso à cidade de Amsterdam se deu a partir de um maremoto em 1282, que atingiu Texel e o cordão de dunas que a protegia e criou o Zuydersee. Desde então, grandes barcos do Báltico passaram a adentrar na cidade.⁴⁹ O porto de Amsterdam se destacava devido a sua maior capacidade de armazenamento, pela disponibilidade de produtos e também pelo capital que nele circulava. Como explica Lopez “no final do século XVI, as Províncias Unidas não só despontavam como a nova potência marítima do Atlântico Norte, mas se tornava o entreposto por excelência de tudo o que era produzido no mundo.”⁵⁰

Outras cidades da República das Províncias Unidas se destacavam por suas atividades industriais, tais como Leyde, Haarlem e Delf, ou por sua atividade na indústria de construção naval, tais como Brielle e Rotterdam. Estas eram cidades portuárias, de onde partiam os navios que comercializavam com a França e Inglaterra.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na República das Províncias Unidas estavam também a pecuária e a agricultura, porém, devido ao pouco espaço disponível na região, viviam necessariamente de fornecimentos externos e importavam principalmente cereais. Tecidos de lã vinham da Inglaterra para serem tingidos na Holanda. A pesca era atividade industrial importantíssima, principalmente para as cidades da Holanda e Zelândia. Amsterdam se destacava principalmente pelo comércio de trigo e em 1554 tornou-se o principal porto de distribuição de grãos provenientes do Báltico. Os grãos do Báltico eram fornecidos à Península Ibérica por meio de Amsterdam. O contato com as economias ibéricas abriu o acesso ao açúcar do Brasil, à prata das minas do México e do Perú e também ao sal de Setúbal de Portugal, que era importantíssimo para a indústria da pesca e de queijos neerlandesas.⁵¹

Desde o século XVI Amsterdam havia eliminado a concorrência com os comerciantes da Liga Hanseática ou Hansa no Báltico e passado a controlar o comércio de madeiras e suprimentos essenciais para a construção naval, tornando-se o maior centro de construção de navios da Europa. Em 1550 a frota de Amsterdam era a maior de toda a Europa

⁴⁸ LOPEZ, 2002. pp. 40.

⁴⁹ BRAUDEL, 1996. pp. 163.

⁵⁰ LOPEZ, 2002. pp. 44-45.

⁵¹ LOPEZ, 2002. pp. 40-41.

somada. Seus navios custavam menos e exigiam menor tripulação. Ademais, seus fretes também tinham preços mais em conta. A indústria naval holandesa criou em 1570 navios próprios para o comércio, que, devido à madeira utilizada, o pinho, tinha custo de fabricação menor que outros navios europeus. Além disso, eram robustos e capazes de resistir melhor ao mar. Possuíam também grandes porões para abarcar mercadorias e necessitavam de pequena tripulação.⁵²

Em março de 1602 foi criada na Holanda a Companhia das Índias Orientais (VOC, Vereenigde Oost-Indie Compagnie), que reuniu em um único órgão algumas companhias já existentes. Diante deste investimento, a expansão marítima neerlandesa se direcionou ao Oriente, visando acabar com o monopólio marítimo comercial ibérico. Com efeito, em 1600 um navio holandês chegou ao Japão. Em 1603 os neerlandeses chegaram ao Ceilão. No ano seguinte tentaram um ataque a Malaca, porém, fracassaram. Todavia, em 1605 tomaram as Molucas e a fortaleza portuguesa de Amboim. Os ataques persistiram, mesmo durante a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), firmada entre as Províncias Unidas e o rei católico, em Antuérpia, em 9 de abril de 1609, e que suspendia as hostilidades entre ambos.

A VOC continuava a disputar o monopólio marítimo comercial simultaneamente contra portugueses, espanhóis, ingleses e mercadores asiáticos. Finalmente, em 1638 o Japão acabou por expulsar os portugueses e decidiu somente receber, a partir de então, navios holandeses e chineses.⁵³

Depois da criação da VOC havia o interesse por parte de acionistas neerlandeses de criar uma companhia que se dirigisse para o Ocidente. A Trégua dos doze anos fez com que esse projeto fosse interrompido. Contudo, com o fim da trégua, a criação na Holanda da Companhia das Índias Ocidentais (WIC, West-Indie Compagnie) foi posta em prática no ano de 1621. A WIC, uma sociedade por ações, seguia o modelo da Companhia das Índias Orientais, estabelecida, como vimos, em 1602. Os Estados Gerais outorgaram a WIC o monopólio da conquista, navegação e comércio de toda a área entre a Terra Nova e o estreito de Magalhães e entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança, ou seja, concedia o monopólio de um lado a outro do Atlântico.⁵⁴ Barlaeus relata em 1647, em sua obra *História dos Feitos recentemente praticados*, a criação da Companhia das Índias Ocidentais e descreve que a WIC tinha o objetivo de realizar contra Castela guerra e comércio no Ocidente, assim como os neerlandeses faziam no Oriente:

⁵² BRAUDEL, 1992. pp. 174.

⁵³ LOPEZ, 2002. pp.194-195.

⁵⁴ MELLO, 2007. pp. 21.

Por muito tempo tranquilo, não tinha ainda o Ocidente experimentado, num desbarato notável, as armas holandesas. Entretanto, o povo neerlandês, estimulando pelos seus prósperos sucessos no Oriente, constituiu uma nova companhia com os cidadãos mais opulentos e também mais infensos à Espanha. Denominou-se “Companhia das Índias Ocidentais”, porque se propunha tentar no Ocidente a sorte da guerra e do comércio. Reuniu-se para esta empresa soma considerável de capitais, superior àquela que inspirara confiança para se realizar no Oriente idêntico objetivo.⁵⁵

Com a União Peninsular (1580-1640), como vimos, Portugal ficou submetido à Castela e foi atingido pela guerra entre os neerlandeses e castelhanos, pois agora fazia parte do império Habsburgo, bem como suas colônias. Todavia, antes da União Ibérica, Portugal mantinha uma larga e corrente relação comercial com os Países Baixos. Segundo Magalhães, mesmo com a reforma protestante ocorrendo na Europa, Portugal continuava a comercializar com ingleses e neerlandeses, desde que não tentassem divulgar sua religião herética. Os navios neerlandeses traziam para os portos portugueses não só mercadorias do noroeste da Europa, como trigo, madeira, metais e manufaturas diversas, mas também produtos de sua própria indústria, sobretudo peixe, manteiga e queijo. No retorno levavam açúcar e madeiras do Brasil, o sal grosso de Setúbal, vinhos, especiarias e drogas do Oriente e da África, os quais eram direcionados ao consumo próprio dos Países Baixos ou por eles distribuídos no norte europeu.⁵⁶

Esta comercialização era de muita importância, tanto para os Países Baixos, quanto para Portugal. No entanto, com a União Ibérica, Felipe II tomou diversas iniciativas para conter a revolta nos Países Baixos e o avanço do protestantismo nas regiões sob seu domínio. Por isso, proibiu por algumas vezes o acesso aos portos portugueses de navios holandeses e ingleses. O fechamento dos portos portugueses, ainda conforme explica Magalhães, ocorreu não somente em 1585, mas também em outros períodos como em 1595, 1598 e 1605. Gonsalves de Mello sugere outras datas para os embargos impostos aos holandeses nos portos portugueses, quais sejam, 1585, 1596 e 1599.⁵⁷

Ao iniciar a luta pela sua independência contra Castela, na chamada Guerra dos Oitenta anos (1568-1648), os neerlandeses entraram em guerra no ultramar e passaram a

⁵⁵ BARLAEUS, 1974, pp. 10.

⁵⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os limites da expansão asiática. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dirs.). *História da expansão portuguesa*. (Vol. II) Navarra: Temas e Debates e Autores, 1998, pp. 11.

⁵⁷ MELLO, 1968, pp. 235.

atacar os inimigos ibéricos nas suas possessões coloniais, que lhes pareciam mais interessantes economicamente e mais vulneráveis militar e estrategicamente. Para Boxer, “A expansão holandesa pelos sete mares durante a primeira metade do século XVII foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida cem anos antes (...)”.⁵⁸

Desta forma, os Países Baixos partiram para a busca direta dos produtos que anteriormente eram comercializados em Lisboa, pois o acesso direto às especiarias já interessava a outros países da Europa além de Portugal.⁵⁹ Gaspar Barlaeus expõe sua opinião em *História dos Feitos* sobre os embargos impostos pelos Habsburgos aos Países Baixos. Para ele, estas medidas impulsionaram os neerlandeses a se expandir comercialmente:

É parecer das pessoas sensatas que péssimos conselheiros ouviu o rei, quando proibiu aos holandeses o acesso à Espanha e às Índias. Sempre lhes foi fácil tolerar os medidores da terra, mas nunca os do mar. Portanto, propelidos pela necessidade, rumaram para donde as incertezas do mar, as distâncias imensas e mais ainda a novidade do tentame os dissuadiram ir, para trazerem eles mesmo as mercadorias que estavam acostumados a comprar, primeiro aos venezianos e depois aos espanhóis e portugueses...⁶⁰

Os embargos ordenados pelos Felipes prejudicavam o abastecimento europeu e repercutiam na escassez dos gêneros que ali iam buscar, principalmente o sal, ingrediente importantíssimo para as indústrias de pescado e laticínios. Para suprir essas necessidades, os neerlandeses direcionaram-se ao abastecimento do sal nas Ilhas do Cabo Verde e iniciaram sua navegação em direção as colônias ultramarinas ibéricas. Com a assinatura da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) entre Espanha e Países-Baixos, o comércio luso-neerlandês se restabeleceu e normalizou.

Contudo, crescia cada vez mais o interesse dos neerlandeses pelos gêneros obtidos no Brasil. Outrossim, o seu interesse pelo açúcar brasileiro já existia desde a segunda metade do século XVI. Não por acaso, em 1587 já se tinha notícia da presença de navios neerlandeses na Bahia.⁶¹

Boxer acena para a realização simultânea do ataque da Companhia das Índias Ocidentais realizado contra a Bahia em 1624 e de outra frota equipada pela Companhia das

⁵⁸ BOXER, 2002. pp.121.

⁵⁹ Idem. pp. 236.

⁶⁰ BARLAEUS, 1974. pp. 05.

⁶¹ MELLO, 1968. pp. 235.

Índias Orientais e pelos Estados Gerais, que atacou as costas do Peru e da Nova Espanha e seguiu em direção às Molucas e à Batávia no mesmo ano. Os produtos de interesse comercial incluíam o açúcar do Brasil, os escravos negros da África Ocidental, o cravo-da-índia e noz-moscada das Molucas, a canela do Ceilão, a pimenta do Malabar, a prata do México, Peru e Japão, e o ouro da Guiné e de Monomotapa.⁶²

O monopólio marítimo comercial ibérico já não era mais aceito por outros povos europeus, principalmente pelos neerlandeses. As iniciativas tomadas por Felipe II para sufocar a revolta nos Países Baixos colaboraram para envolver os portugueses no centro destas hostilidades. Ademais, os ideais religiosos ocupavam lugar central na questão, tendo em vista que católicos e protestantes consideravam-se defensores de suas verdades e, por isso, “acreditavam estar travando a batalha de Deus contra seus inimigos”.⁶³

A insatisfação neerlandesa com essas iniciativas alimentava a ansiedade das Províncias Unidas pela independência da soberania dos Habsburgo. Apesar de o expansionismo ibérico se legitimar através das bulas papais, com a Reforma protestante os calvinistas já não mais se submetiam a autoridade papal. Além disso, a divisão do mundo pactuada através de tratados firmados entre lusos e castelhanos passou a ser questionada juridicamente pelos neerlandeses.

Como relata Barlaeus em *História dos Feitos*, a intenção ibérica de dominar os oceanos despertava a ousadia dos outros povos a agir contra este domínio. Além disso, Barlaeus entendia que, se o universo fora criado por Deus, era impossível que um só povo se apropriasse dos bens naturais que eram comuns a todos:

Mas, por um revés, por uma contra-volta da fortuna, acontece que, reclamando para si a terra e a água, são privados de ambas, porque se irrita a ousadia dos menos poderosos com a ambição de mando dos mais poderosos. Nem tolera o Criador do universo que um só povo desfrute e poucos potentados repartam entre si as águas criadas para o bem de todos e destinadas à utilidade geral.⁶⁴

Para agir contra o domínio ibérico e legitimar sua expansão marítima comercial, os holandeses buscaram também investir no respaldo jurídico. Diante disso, em 1608 surgiu na Holanda um escrito anônimo intitulado *Mare liberum, sive de jure quod batavis competit ad Indica commercia, dissertatio* – que foi atribuído a Huig de Groot ou Grócius (1583-1645),

⁶² BOXER, 2002. pp. 120-121.

⁶³ BOXER, 2002. pp. 123.

⁶⁴ BARLAEUS, 1974. pp. 06

jurista holandês, advogado da Companhia Holandesa das Índias Orientais e secretário do Conselho da Holanda – confrontando o domínio que os portugueses e espanhóis mantinham sobre a navegação dos oceanos. Na Holanda as discussões ético-jurídicas abordavam o direito de apresiar navios ibéricos (*ius praedae*) e o de navegar pelos mares (*mare liberum*). O escrito de Grócius estava embasado no direito romano e na doutrina comum medieval. Isto trazia dificuldades aos juristas-teólogos espanhóis e portugueses, que não encontravam meios de demonstrar como o privilégio ou a lei positiva poderia revogar o direito natural.⁶⁵

Somente dezessete anos depois de sua publicação é que uma resposta defensora do monopólio da navegação por parte das monarquias ibéricas foi divulgada. Frei Serafim de Freitas escreveu, então, o tratado *Sobre o justo Império asiático dos portugueses*, impresso em 1625. Seus argumentos se direcionavam em favor da defesa de quatro pontos específicos. O primeiro se referia à prioridade das navegações ibéricas, ou seja, de sua ocupação originária. O segundo ponto se remetia à posse e uso que deveriam ser feitos exclusivamente dessas navegações. O terceiro argumento baseava-se na doação pontifícia. O último ponto defendia o direito de ocupação por guerra justa. Hespânia e Santos atentam para o fato de que todos esses argumentos só teriam validade caso fosse provado que algo naturalmente comum poderia ser direito particular, o que os ibéricos não conseguiram provar. Conforme eles sugerem, “a partir dos inícios do século XVII, os seus inimigos passaram a vencê-los, tanto com as armas como com as letras”.⁶⁶ Logo, as colônias ibéricas sentiram a pressão neerlandesa contra o domínio Habsburgo. A Companhia das Índias Ocidentais decidiu se direcionar para a América do Sul, mais precisamente para a região do nordeste brasileiro com o intuito de dominar a produção e comércio de açúcar brasileiro. Desde então, as guerras políticas, econômicas e religiosas foram levadas da Europa para o Brasil.

⁶⁵ HESPANHA e SANTOS. In: MATTOSO, 1992. pp. 397.

⁶⁶ HESPANHA e SANTOS. In: MATTOSO, 1992. pp. 397.

CAPÍTULO 2 – A LITERATURA NO MUNDO MODERNO

2.1 A imprensa e a escrita no mundo moderno

As análises da criação da imprensa, da difusão do livro, da relação da escrita com a Reforma Protestante, e das práticas de leitura são fundamentais para a compreensão da sociedade do *Antigo Regime*. Também são importantes para o estabelecimento de padrões que nos levem a entender como funcionava o relacionamento entre o escritor e o leitor neste período, ou mais do que isso, entre o escritor e o patrocinador de uma obra encomendada.

A criação da imprensa realizada por Johannes Gutenberg (1398-1468), por volta do ano de 1450, e seu desenvolvimento foram uma resposta à necessidade da difusão e reprodução dos escritos. Ela foi considerada uma revolução, pois possibilitou a cópia e divulgação muito mais rápida dos escritos, que antes eram reproduzidos em oficinas através do trabalho de copistas. Gutenberg, que trabalhou em Estrasburgo e em Mainz, inventou juntamente com seus sócios o prelo e a prensa de impressão.

Nesta cidade foi composta em 1455 a *Bíblia de 42 linhas*, considerada como o primeiro livro impresso.

Desde o século XIII os livros já eram reproduzidos nas universidades europeias. Isto ocorria em oficinas através dos trabalhos de copistas. Contudo, é possível imaginar as dificuldades existentes em torno desse processo de reprodução, que era muito dispendioso e moroso.⁶⁷ No início do século XV quando um manual era utilizado nas faculdades de artes, por exemplo, era comum que sua cópia fosse solicitada a um livreiro ou oficina especializada. O número de cópias de um mesmo livro poderia chegar a 400 exemplares.

Outro elemento importante desta revolução foi a introdução do papel na Europa. Este material, que já era fabricado no Oriente Médio desde o século VIII a partir da cultura do linho e do cânhamo, veio para o Ocidente através dos mercadores genoveses e venezianos no século XII. Mais tarde, no século XIV, a matéria-prima do papel passou a contar também com a generalização do pano de linho. Seus trapos eram tratados a partir da composição de uma pasta própria.⁶⁸ No século XIV a indústria do papel espalhou-se pela Europa a partir da Itália

⁶⁷ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Ver também: DELUMEAU, 1994.

⁶⁸ DELUMEAU, 1994. pp. 191.

e alcançou a Alemanha em 1391. No século XV o papel produzido na Europa já custava quatro a cinco vezes menos que o pergaminho, que não podia ser adaptado à impressão.⁶⁹

A nova técnica criada em 1439 por Gutenberg, baseada em tipos móveis e na prensa, contribuiu para a diminuição do custo do livro. As despesas passaram a ser distribuídas pela totalidade da tiragem. Ademais, o tempo de reprodução foi largamente reduzido pelo trabalho realizado na oficina tipográfica. Apesar disso, não se pode imaginar que a criação de Gutenberg tenha provocado uma ruptura ou uma descontinuidade entre a cultura do manuscrito e a cultura do impreso. O escrito copiado à mão sobreviveu até os séculos XVIII e XIX. Apesar de a impressão ter-se imposto lentamente, o texto manuscrito, a caligrafia e o caractere impresso coexistiram no Oriente.⁷⁰

Conforme explica Delumeau, “a imprensa – que suscitou, por tabela, um considerável avanço na indústria do papel – foi considerada, na época de sua invenção, uma ‘arte divina’, o símbolo de uma nova ‘idade de ouro’.”⁷¹ Ademais, por se tornar um veículo de comunicação barato, favoreceu a difusão da cultura.

Para além da necessidade da difusão do livro e do crescimento da cultura ocidental, Chartier explica que foi o medo do esquecimento que levou as sociedades modernas europeias a fixar através da escrita as vivências de seu passado, a lembrança dos mortos e até mesmo a glória dos vivos. Memórias estas que nunca deveriam desaparecer. Segundo o autor:

a pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens. No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda.⁷²

Os escritos encomendados por João Fernandes Vieira e Maurício de Nassau, quase dois séculos depois de Gutenberg, podem ser explicados a partir desta perspectiva. Foram promovidos por esses patronos, que desejavam livrar suas experiências vividas no passado do esquecimento futuro. Santiago, por exemplo, que escreve sobre os feitos de Vieira, acreditava que a memória dos homens era frágil e de pouca duração e que, por isso, era necessário “que houvesse histórias e crônicas para conservação dos ilustres feitos, heroicas obras dos famosos

⁶⁹ Idem. pp. 191.

⁷⁰ CHARTIER, 1999. pp. 09.

⁷¹ DELUMEAU, 1994. pp. 192.

⁷² CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007. pp. 06.

e insignes varões que em letras e armas se esmeraram, para que a posteridade conhecesse seu valor preclaro, e tão famosos exemplos imitasse.”⁷³

Esses patronos pretendiam gravar através da escrita os momentos de glória, e encontraram no livro a real possibilidade de realizar a difusão de sua narrativa dos fatos, de seu olhar e interpretação de cada momento vivido na Guerra do Açúcar. Nesse sentido, Barlaeus afirma que escreveu uma história na qual os feitos praticados por Nassau não seriam esquecidos ou omitidos por ele:

É me livre calar ou falar. Feitos assinalados provocam-me a não calar, e ordena-me a falar a felicidade pública, a qual não quer que sejam fraudados do seu louvor aqueles a quem ela é devida (...) Negue-se a Nassau o seu prêmio – a memória da posteridade – e esta se entibiará, sucumbindo por causa do silêncio guardado pela inércia dos escritores.⁷⁴

Ao pensar na difusão do livro proporcionada pela criação da imprensa é necessário também buscar entender quem era o público leitor do *Antigo Regime*, quantos indivíduos sabiam ler neste período, quem eram os escritores e para quem os livros eram oferecidos ou dedicados. Conforme explica Chartier, na Europa do Antigo Regime a aprendizagem da escrita acontecia após a da leitura, ou seja, na maioria das vezes um sujeito que sabia assinar seu próprio nome, sabia também ler. Contudo, um indivíduo que sabia ler, nem sempre sabia assinar seu nome. Além disso, nem todos que sabiam assinar seus nomes, sabiam escrever. Essa realidade dificulta o estudo do acesso à alfabetização a partir da análise de assinaturas presentes em documentos da época, tais como documentos paroquiais, notariais, fiscais ou judiciários, entretanto não torna essa análise impossível. Ademais, é necessário compreender que o processo de alfabetização não ocorreu de forma simultânea e nem homogênea em todos os lugares da Europa ou da América.⁷⁵

Entre os séculos XVI e XVIII a familiaridade com a escrita progrediu muito no Ocidente. Com isto as populações passaram a possuir as competências culturais que antes estavam restritas a uma minoria privilegiada. Apesar disso, como já dissemos, esse processo não ocorreu de forma contínua e nem linear em todos estes lugares. Havia também

⁷³ SANTIAGO, 2004. pp. 09.

⁷⁴ BARLAEUS, 1974. pp. 20.

⁷⁵ CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIES Philippe; CHARTIER Roger (Orgs.). *Historia da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 114.

disparidade no número de alfabetizados entre os ofícios. Na Inglaterra rural do século XVII, por exemplo, quase todos os clérigos, os gentis-homens, os grandes comerciantes sabiam assinar seus nomes. No caso dos artesãos qualificados e dos lavradores, sete ou oito em cada dez tinham esse conhecimento. Todavia, entre a maioria dos ofícios, apenas uma entre dez pessoas sabia assinar seu próprio nome.⁷⁶

A leitura, especialmente a individual, teve papel fundamental na transformação entre as relações do homem com a divindade e com outros poderes e pessoas. Ela permitiu a emancipação de relações que outrora tornavam um indivíduo dependente de mediadores, intérpretes e leitores das Sagradas Escrituras ou das determinações do soberano. Conforme Chartier, “sua difusão suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apoia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade”.⁷⁷

Ao contrário do que se pode imaginar, a difusão da leitura não esteve obrigatoriamente ligada à Reforma Protestante. Lutero, já em 1520, abandonou a exigência da leitura individual e universal da Bíblia, ao passo que enfatizava a prédica e o catecismo. Desta forma, os pastores e líderes recuperaram a missão de ensinar e controlar a compreensão das Escrituras.⁷⁸ A exigência universal da leitura individual da Bíblia aconteceu com a “Segunda Reforma”, levada a efeito pelo Pietismo no final do século XVII, na Alemanha. Neste momento é que a Bíblia se torna um livro que deveria ser conhecido por todos, e, para isso, é produzida em massa e a baixo custo. Portanto, para Chartier, a prática da leitura se difunde na Alemanha com o Pietismo, e não com a Reforma Luterana, apesar de a Reforma Protestante, baseada na justificação pela fé, no sacerdócio universal e na autoridade única da Bíblia, colocar o fiel em relação direta com Deus e sua Palavra.⁷⁹

Com a difusão da leitura nos séculos XVI a XVIII, surgiram novas práticas na sociedade. A leitura silenciosa foi sendo incorporada, principalmente entre aqueles que já tinham mais afinidade com a leitura e com a escrita. Ademais, houve um aprofundamento da relação com o sagrado através da íntima leitura da Bíblia e dos livros de espiritualidade. Na Espanha, já no século XVI, as pessoas passam a possuir livros em casa. Mas a posse do livro estava muito mais ligada às sociedades protestantes. Na Alemanha ou na América, a posse dos livros estava relacionada à espiritualidade; os livros adquiridos, além da Bíblia, tratavam

⁷⁶ CHARTIER In: ARIES. 1991. pp. 117.

⁷⁷ Idem. pp. 119.

⁷⁸ CHARTIER, 1991, pp. 121.

⁷⁹ LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In: ARIÈS, Philippe. CHARTIER, Roger. (Orgs). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp. 102.

também da devoção. Entre eles estavam manuais de preparação para a ceia ou confissão e coletâneas de cânticos para coral. Portanto, os protestantes possuíam mais livros que os católicos, assim como bibliotecas.⁸⁰

O desenvolvimento dessa análise nos leva a indagar como surgiram os primeiros escritos na América portuguesa. Como se desenvolveu a produção literária no período colonial? Nesta direção poderemos também relacionar questões sobre quem eram os escritores, o público leitor e o tipo de literatura que ali era desenvolvida. A literatura panegírica era produzida nas cortes da Europa moderna. No século XVII com o domínio holandês no nordeste açucareiro, passou a ser elaborada também na América portuguesa. Ao mesmo tempo, escritos panegíricos foram escritos na Europa e abordaram o tema das guerras do açúcar levadas a efeito no Novo Mundo. A seguir buscaremos definir do que se trata o escrito panegírico, como ele foi difundido na Europa e como esse gênero literário pode ser situado no interior da literatura colonial brasileira. São estas questões que buscamos responder adiante.

2.2 Literatura colonial e literatura panegírica

O início da existência da literatura no Brasil está ligada ao ajustamento de uma tradição literária já existente, a portuguesa, às novas condições de vida no trópico. Os primeiros homens que escreveram no país sobre o período colonial tiveram formação portuguesa. A produção literária colonial destinava-se ao público português e também visava suprir necessidades práticas de natureza administrativa e religiosa. Os primeiros textos produzidos com a chegada dos portugueses em terras brasileiras visavam dar notícia das terras descobertas. Com o estabelecimento das ordens religiosas na colônia, os padres elaboravam cartilhas com o objetivo de converter os nativos ao catolicismo. Os escritos religiosos eram compostos por sermões, polêmicas e catequeses. O público leitor colonial era escasso, existiam pequenos grupos letrados que estavam socialmente ligados às classes dominantes.⁸¹

Os primeiros escritos de que temos notícia sobre a América portuguesa são informações de viajantes e missionários europeus que aqui chegaram no século XVI. Esses

⁸⁰ CHARTIER, 1991. pp. 133.

⁸¹ CANDIDO. Antonio. Letras e idéias no Brasil Colônia. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Historia geral da civilização brasileira*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL: Bertrand Brasil, 1960. Tomo I. 2 Vol. 2 ed. pp. 92.

relatos tinham a função de registrar e fornecer informações acerca dos principais aspectos com os quais se depararam os europeus ao chegar no Novo Mundo. O primeiro texto de origem portuguesa escrito sobre o Brasil e no Brasil é a *Carta* de Pero Vaz de Caminha a El D. Manuel. Ela se refere ao descobrimento de uma nova terra e demonstra as primeiras impressões europeias sobre a natureza e os indígenas. A *Carta* de Caminha (1450-1500), dando notícia da terra achada a Dom Manuel, significa para a nossa história uma autêntica certidão de nascimento. Conforme explica Bosi, ela se insere no gênero literatura de viagens.⁸²

Outras literaturas informativas foram redigidas, de forma mais sistemática, por Pero Magalhães Gândavo (1540-1580), português, residente no Brasil, professor de humanidades, amigo de Camões, a quem a obra é dedicada. Gândavo foi autor do *Tratado da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. O *Tratado* foi escrito em torno do ano de 1570, mas somente foi publicado em 1826, pela Academia Real das Ciências de História de Portugal; a *História* foi publicada em Lisboa, em 1576. As obras de Gândavo tinham o intuito de descrever a geografia da terra e das capitanias em particular, louvavam os bens e o clima da colônia, e incentivavam os reinóis a virem desfrutá-la e povoá-la. O autor relatou também costumes indígenas, tais como a poligamia, as guerras, os ritos e a antropofagia. Além disso, discutiu sobre a questão do ouro e das pedras preciosas, que tanto se buscavam encontrar na Colônia.⁸³

Entre os escritos informativos sobre a América portuguesa podemos também citar o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa (1540?-1591), que é talvez a fonte mais rica de informações sobre o Brasil no século XVI. Sua obra foi escrita durante o período em que viveu na Bahia (1567-1584), onde foi senhor de engenho e sertanista. Em 1587, ele empreendeu uma viagem a Madri, onde apresentou três manuscritos de sua autoria a Dom Cristóvão de Moura, com o objetivo de obter apoio para desbravar o sertão em busca de minas de prata. Em seus escritos Soares de Souza ofereceu informações sobre a terra, a gente e a história das colônias portuguesas na América.⁸⁴

O primeiro texto, intitulado *Roteiro Geral, com largas informações de toda a costa do Brasil*, descrevia o litoral desde o norte do rio Amazonas até o estuário do Prata. O segundo texto, *Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade*

⁸² BOSI, Afredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1985. 3ª Ed. pp. 18

⁸³ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001. 235f. pp. 12.

⁸⁴ MONTEIRO, 2001. pp. 14.

e das notáveis partes que tem, era uma descrição detalhada da topografia, das plantas, da fauna e dos indígenas nativos da Bahia. Segundo Monteiro, esse texto era tão rico e oferecia detalhes tão minuciosos que é considerado por muitos a maior obra sobre o Brasil escrita no século XVI.⁸⁵ Esses dois primeiros textos têm a economia açucareira, o sertanismo e a escravidão indígena como contexto. O terceiro escrito investia contra os jesuítas da Bahia e os criticava por sua interferência no que se referia à mão-de-obra indígena.

Soares de Souza havia herdado de seu irmão um roteiro de minas de prata que estariam localizadas junto às vertentes do Rio São Francisco. Sob tal objetivo foi a Madri pedir uma concessão para procurar e explorar minas de prata no sertão. Em 1590, recebeu a nomeação de Capitão-mor e Governador da Conquista e Descobrimento do Rio São Francisco, voltando à América para executar sua empreitada. Contudo, sua expedição malogrou, e durante ela, acabou por falecer em 1591.⁸⁶

Assim como Gândavo, Soares de Souza ofereceu informações sobre as riquezas potenciais e ainda não conhecidas que a colônia poderia oferecer, tais como, minas de ouro, prata e esmeralda. Contudo, descreveu toda a fauna e flora da Bahia e forneceu informações peculiares sobre a cultura dos nativos. Os textos de Soares de Sousa circularam durante o período colonial em cópias manuscritas, até que no século XIX Francisco Adolfo de Varnhagen organizou a edição definitiva.⁸⁷

Entre a literatura produzida na América portuguesa, e sobre ela, temos os relatos religiosos, nos quais José de Anchieta, Padre Manuel de Nóbrega e Fernão Cardim são os nomes mais significativos. Padre Manuel de Nóbrega redigiu o *Diálogo sobre a Conversão do Gêntio* (1558?), no qual discutia sobre a abertura indígena à conversão. Por outra via, Padre Fernão Cardim enviava a seus superiores europeus relações sobre os aspectos da Colônia intituladas de *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*. As iniciativas em favor da conversão dos indígenas também podem ser identificadas nos escritos catequéticos produzidos pelos missionários da Companhia de Jesus, sobretudo, na obra de Padre Anchieta, que escreveu *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* publicadas pela Academia Brasileira de Letras em 1933. Além disso, há uma produção destinada à edificação indígena e também do homem branco em cerimônias litúrgicas, tais como: *Auto Representado na Festa de S. Lourenço, Na Vila de Vitoria e Na Visitação de Santa Isabel*. Mas, por outro lado, são seus poemas que possuem estruturas literárias.

⁸⁵ MONTEIRO, 2001. pp. 14.

⁸⁶ Idem. pp. 15.

⁸⁷ BOSI, 1985. pp.17.

Com a decadência da extração do pau-brasil e das “entradas”, em inícios do século XVII surgiram as primeiras crônicas que trataram do tema da economia do açúcar. Os *Diálogos das grandezas do Brasil*, datados de 1618 e atribuídos ao cristão-novo português Ambrósio Fernandes Brandão, ofereciam informações úteis para quem desejasse povoar a Colônia. O autor descreve a natureza e arrola os bens da terra. A obra é composta por seis diálogos entre *Brandônio*, que representa o colonizador que cede as informações sobre o Novo Mundo, e *Alviano*, que representa o recém chegado da metrópole interessado em obter dados sobre as riquezas da terra. Através desse diálogo são descritas as riquezas do Brasil, que são enumeradas por Brandônio pela seguinte ordem de importância: lavoura de açúcar, mercancia, pau-brasil, algodões e madeira, lavoura de mantimentos e, por fim, criação de gado.⁸⁸

Devemos citar ainda a obra elaborada por Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*. Frei Vicente do Salvador nasceu em Matoim, na Bahia, em 1564, onde faleceu entre os anos de 1636 e 1639. A *História do Brasil* foi concluída em 1627, mas só foi publicada em 1889 por iniciativa de Capistrano de Abreu. O tema de sua narrativa é o domínio holandês na Bahia, o qual Frei Vicente presenciou. Conforme explica Bosi, ela também aborda o universo colonial, mas difere das que citamos anteriormente por não se fechar no relatório dos aspectos da colônia, mas por refletir sobre os acontecimentos. Para Bosi, este é o principal elemento que permite diferenciar a *crônica* da *história* quando estamos tratando de textos coloniais.⁸⁹

Como podemos observar, os primeiros escritos na América portuguesa eram textos informativos, produzidos por viajantes ou religiosos que aqui chegaram e tinham o intuito de relatar como eram as terras brasílicas, os naturais da terra, a natureza e, principalmente, descrever suas riquezas que tanto interessavam aos europeus. No século XVII, com a difusão do cultivo e comercialização do açúcar, escritores passaram a redigir sobre este tema, mas ainda no sentido de descrever e informar. A partir de 1624 ocorreram tentativas de domínio das terras brasílicas por parte dos holandeses, como já dissemos no início deste trabalho. Desta forma, as guerras do açúcar passam a ser tema de um tipo diferente de literatura que foi produzida nos trópicos ou na Europa, mas em função dos trópicos. A literatura panegírica veio a se distinguir da literatura colonial desenvolvida anteriormente por não ter apenas o objetivo de narrar os acontecimentos, descrever a natureza ou riquezas que estavam sendo disputadas entre luso-brasileiros e neerlandeses, embora isto faça parte das obras. Os escritos panegíricos vieram romper com a tradição nativa literária até então elaborada por tratar as

⁸⁸ BOSI, 1985. pp. 28

⁸⁹ BOSI, 1985. pp. 25.

guerras do açúcar com sentimento personalista, tons heroicos e motivos de caráter religioso. Ou seja, personagens entram no centro das narrativas e atraem para si louvores que são lançados a sua pessoa e ações. Estes escritos panegíricos também se distinguiram da literatura antes produzida por terem sido objeto de encomenda de particulares, que tinham objetivos pessoais a alcançar com a elaboração destas obras. Apesar de aspectos da América Portuguesa serem tema destes escritos, as narrativas não se fecham na simples descrição de acontecimentos, mas possuem como figura central seus patronos. Assim, pois, a guerra luso-neerlandesa, travada em terras brasílicas, passa a ser o contexto das ações dos patrocinadores.

Para compreender a especificidade da literatura panegírica que era elaborada na Europa moderna e a que veio fazer contraponto à literatura colonial, podemos iniciar recorrendo à definição do termo *panegírico* apontada por Pécora. Segundo ele, este termo foi cunhado por Isócrates, em 380 a.C., para um discurso que seria apresentado em uma assembleia dos jogos olímpicos. A partir daí passou a significar um discurso *às pessoas reunidas*, dirigido *para todos*, ou ainda para o *interesse público*. Mais tarde, quando adaptado a propósitos romanos, o termo panegírico se tornou *laudatio*, ou seja, louvor aos grandes homens, especialmente, ao imperador. Por sua vez, para os ibéricos, o panegírico difere-se das outras formas de história, por louvar o merecimento das pessoas.⁹⁰

Tecer elogios e engrandecimentos a outra pessoa, portanto, é a essência da narrativa panegírica. Todavia, este ato não pode ser motivado simplesmente pelo desejo de louvor, visto que isso faria do discurso uma adulação desqualificada. Ao contrário, o intuito é revelar que a pessoa que está sendo elogiada é digna de louvor e pode ser tomada como um verdadeiro exemplo a ser seguido. Panegiristas como Barlaeus procuravam explicitar suas intenções e provar de antemão que seu interesse estava ligado à verdade e não à simples lisonja. Isto pode ser observado em sua narrativa, na qual antecipa: “nada concederei a adulação, cujas causas desprezo, nem tão pouco, por desafeição a ninguém, nada tirarei a verdade, para não ser tachado de inverídico por ódio igual.”⁹¹

Além da definição do termo panegírico feita por Pécora, podemos também lançar mão da diferenciação que ele faz entre a crônica e a literatura panegírica. Conforme Pécora, a crônica se refere ao tempo passado, a algo que o autor ouviu falar das ações de alguém e agora as descreve. Por outro lado, o panegírico, que também descreve ações passadas, não o faz como recuperação da memória, mas de modo a afirmar a veracidade dos fatos, dando

⁹⁰ PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ, Stuart. (Orgs.) *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 48.

⁹¹ BARLAEUS, 1974. pp. 20.

vivacidade à narrativa.⁹² O panegírico se caracteriza, ainda, pelo posicionamento do autor, que se coloca como subordinado hierarquicamente à sua atividade, ou seja, o escritor demonstra modéstia na arte de escrever e se coloca como um inferior, um serviçal, para tal exercício. No caso das obras encomendadas por Maurício de Nassau e João Fernandes Vieira, esse comedimento pode ser observado. Barlaeus, por exemplo, defende que “quem pretende versar este mesmo assunto para granjear renome literário e fama de talento, ostente sua eloquência. A mim bastará uma narração singela, inspirada na realidade dos fatos”.⁹³ Frei Calado também se dizia pouco erudito para narrar os feitos de Vieira, mas acreditava que sua escrita teria mais veracidade por ser realizada durante o acontecimentos dos fatos:

E suposto que esta empresa da liberdade da Pátria, em defesa [defesa] da Fé de Cristo, pedia outro escritor mais defecado, e mais douto, pode ser que qualquer outro que seja o escreva com menos evidência, e verdade, pois vai muita diferença entre o que escreve como testemunha de vista, e de ouvida.⁹⁴

Conforme explica Schwartz, biografias panegíricas constituem literaturas que não têm sido muito utilizadas como fonte de pesquisas historiográficas atinentes a América portuguesa ou a Portugal. Schwartz e Pécora desenvolveram um estudo sobre um panegírico ainda mais específico, pois envolve também a morte, a partir de um manuscrito inédito a que tiveram acesso. Esse manuscrito, intitulado *Panegírico fúnebre a D. Afonso Furtad*, trata da história da administração e morte de um governador-geral do Brasil em fins do século XVII. Foi escrito provavelmente por Juan Lopes Sierra, na cidade de Salvador, na Bahia, a pedido de seu patrono Antônio de Souza e Menezes, sobrinho do governador-geral. O manuscrito foi dedicado ao governador do Brasil D. Afonso Furtado e escrito no ano de 1676.⁹⁵ O *Panegírico fúnebre*, por exemplo, descreve uma das épocas menos estudadas da América portuguesa, qual seja, o período entre o grande século do açúcar (1570-1670) e das descobertas do metal no Centro-Sul.⁹⁶

Uma das possibilidades para que esse gênero literário não atraia muito a atenção dos pesquisadores é que a narrativa panegírica é repleta de hipérboles e alegorias. É um tipo de gênero que não se fixa em sentimentos de perda, mas visa colaborar para a obtenção de

⁹² PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ. Stuart. (Orgs.). pp. 49.

⁹³ BARLAEUS, 1974. pp. 20.

⁹⁴ CALADO, 1987. pp. 27.

⁹⁵ PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ. Stuart. (Orgs.), 2002. pp. 11-15.

⁹⁶ Idem. pp. 33.

prêmios e mecenato.⁹⁷ Assim como acontece no *Panegírico fúnebre*, as obras promovidas por João Fernandes Vieira e Maurício de Nassau não tratam simplesmente de alguma história do Brasil ou do período a que estão inseridas, como neste caso, o período da ocupação neerlandesa no Nordeste açucareiro. Este é um contexto geral, para que os panegiristas de Vieira e Nassau os insiram como personagens principais e destaquem seus feitos. Suas realizações é que merecem ser contadas com detalhes, pois são elas que dão o merecimento dos elogios.

Compreender quem eram os panegiristas que escreveram sob incentivo do Conde Maurício de Nassau-Siegen e João Fernandes Vieira, analisar os objetivos centrais pelos quais estas obras foram escritas e publicadas, levantar quais foram os idiomas em que foram escritas, suas traduções, publicações e reedições, são objetivos específicos deste trabalho. Para encaminhar tais discussões discorreremos sobre a trajetória destes escritores e de suas obras.

2.3 Vida e obra dos panegiristas de Nassau e Vieira

2.3.1 Barlaeus, Nieuhof e os panegíricos do Conde Maurício de Nassau

É na prática de encomenda de obras literárias do Antigo Regime que se inserem as obras promovidas pelo Conde Maurício de Nassau, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, redigida por Gaspar Barlaeus (1584-1648); e *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, escrita por Joan Nieuhof (1618-1672). A obra de Barlaeus narra os sete anos do governo de Nassau no nordeste do Brasil (1637-1644), e a obra de Nieuhof cobre os anos de 1640 a 1649. Elas se entrecruzam, pois Nieuhof teve acesso à obra de Barlaeus e fez uso dela para compor a sua. Os panegiristas tinham conhecimento dos escritos uns dos outros e também eram lidos por seus contemporâneos. Francisco de Brito Freire (1625-1692), por exemplo, autor de *Nova Lusitânia: História da guerra brasílica*, de 1675, cita a obra de Gaspar Barlaeus por duas vezes em seu relato das guerras do açúcar.⁹⁸

⁹⁷ PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ, Stuart. (Orgs.). pp. 33.

⁹⁸ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da guerra brasílica*. Lisboa, oficina de João Galvão, 1675. pp. 12 e 258.

Gaspar van Baerle, ou Gaspar Barlaeus, nasceu em Antuérpia em 12 de fevereiro de 1584. Cresceu na Holanda e exerceu as funções de pastor em Nieuwe Tonge em 1608 e em 1617 ingressou como professor de lógica na Universidade de Leide. Foi contemporâneo de Grotius, Voss, Spinoza, Rembrandt e Joost van den Vondel. Viveu numa época de intensa atividade literária, quando os Países Baixos entravam em seu período de expansão ultramarina e enriquecimento. Dentro do cenário da Reforma Protestante aderiu ao Arminianismo⁹⁹ e, devido às perseguições religiosas, teve que se refugiar em Caen, cidade universitária da Normandia, onde se doutorou em medicina por volta do ano de 1618. Contudo, voltou para Amsterdam e, em 1631, foi nomeado professor de filosofia e retórica no *Athenaeum*. Viveu seus últimos anos nesta cidade e faleceu em 14 de janeiro de 1648, um ano depois de ter enviado à editora Estampa a sua obra *História dos Feitos dos feitos recentemente praticados*.¹⁰⁰

A obra de Barlaeus foi encomendada pelo Conde Maurício de Nassau (1604 -1679), um jovem militar de origem nobre. Barlaeus tinha como tema os sete anos de seu governo no nordeste do Brasil (1637-1644). Para compor sua obra, Nassau lhe forneceu elementos do arquivo que havia reunido em Pernambuco durante seu governo, além de informações diversas retiradas de outras fontes produzidas *in loco*. Parte da documentação foi coletada por Gaspar Dias Ferreira, judeu português e amigo pessoal do conde.¹⁰¹ Barlaeus em seu discurso o construiu uma imagem simbólica de heroísmo para Nassau e rica em elementos religiosos, já que tanto o escritor quanto seu patrono eram protestantes. Além disso, colocou em sua narrativa o Conde como defensor de sua pátria e do calvinismo.

A primeira edição de *História dos feitos recentemente praticados* foi impressa em latim na cidade de Amsterdam, em 1647, por João Blaeu, impressor holandês. Esta edição contém 55 estampas, sendo elas desenhos de Frans Post (1612 - 1680) – pintor flamengo nascido na cidade de Haarlem, nos Países Baixos, que fez parte da comitiva que acompanhou o Conde no Brasil durante o período de seu governo. Ademais, nela constam mapas de George Marcgraf (1610-1644), botânico, matemático, médico e astrônomo, que também fez

⁹⁹ Conforme Schüler o Arminianismo ou doutrina seguida pelos adeptos de Jacobus Arminius (1560-1609), foi condenada pelo Sínodo de Dort que ocorreu entre 1618-19. A doutrina de Armínio divergia da doutrina da predestinação absoluta. Suas bases são: a predestinação de Deus à vida eterna para aqueles que, de acordo com a presciência divina, deveriam permanecer firmes até o fim; Cristo morreu por todos, não só pelos predestinados à vida; o livre-arbítrio humano coopera na conversão; o homem pode resistir à graça e dela pode cair. SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. pp. 64.

¹⁰⁰ BARLAEUS, 1980. pp. 364.

¹⁰¹ Ver: BARLAEUS, Gaspar. 1980. Anotações de José Antonio Gonsalves de Mello.

parte da comitiva; e gravuras de outros autores desconhecidos. Os originais das referidas estampas, datados de 1645, encontram-se atualmente no British Museum, na Inglaterra.¹⁰²

História dos Feitos recentemente praticados foi traduzida para o alemão por Tobias Silberling em 1659. Foi reeditada em Cleves, na Alemanha, em 1660 e recebeu acréscimos feitos por Guilherme Piso (1611-1678) e uma breve biografia do Conde com detalhes de sua vida após o regresso do Brasil. Mais tarde, foi traduzida para o holandês em 1923 por Samuel Pierre L'Honoré Naber. A terceira tradução, para o português, data de 1940 e foi realizada pelo professor Gustavo Brandão por iniciativa do Ministério da Educação, que tinha como ministro Gustavo Capanema.¹⁰³

A edição de 1974 reproduziu a tradução brasileira de 1940, que estava esgotada. Sua impressão foi iniciativa da Editora da Universidade de São Paulo, juntamente com a Editora Itatiaia, que organizaram a coleção “Redescoberta do Brasil”, criada com o objetivo de sanar o problema do esgotamento de obras sobre o Brasil colonial. Esta edição possui prefácio e notas de Mário Guimarães Ferri. Existe também uma edição, datada de 1980, realizada pela Prefeitura da Cidade do Recife, por intermédio de sua Fundação de Cultura. Esta publicação, que é comemorativa do tricentenário do falecimento do Conde João Maurício de Nassau, visa homenagear este administrador pelo desenvolvimento do primeiro planejamento urbano da cidade do Recife. Ela possui reprodução de todas as gravuras que ilustram a primeira edição de 1647, introdução de José Antonio Gonsalves de Mello, historiador e professor da Universidade Federal de Pernambuco, consagrado pelos estudos que desenvolveu sobre o domínio holandês no Brasil. A tradução e anotações ficaram a cargo de Claudio Brandão.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ BARLAEUS, 1980. pp. 362.

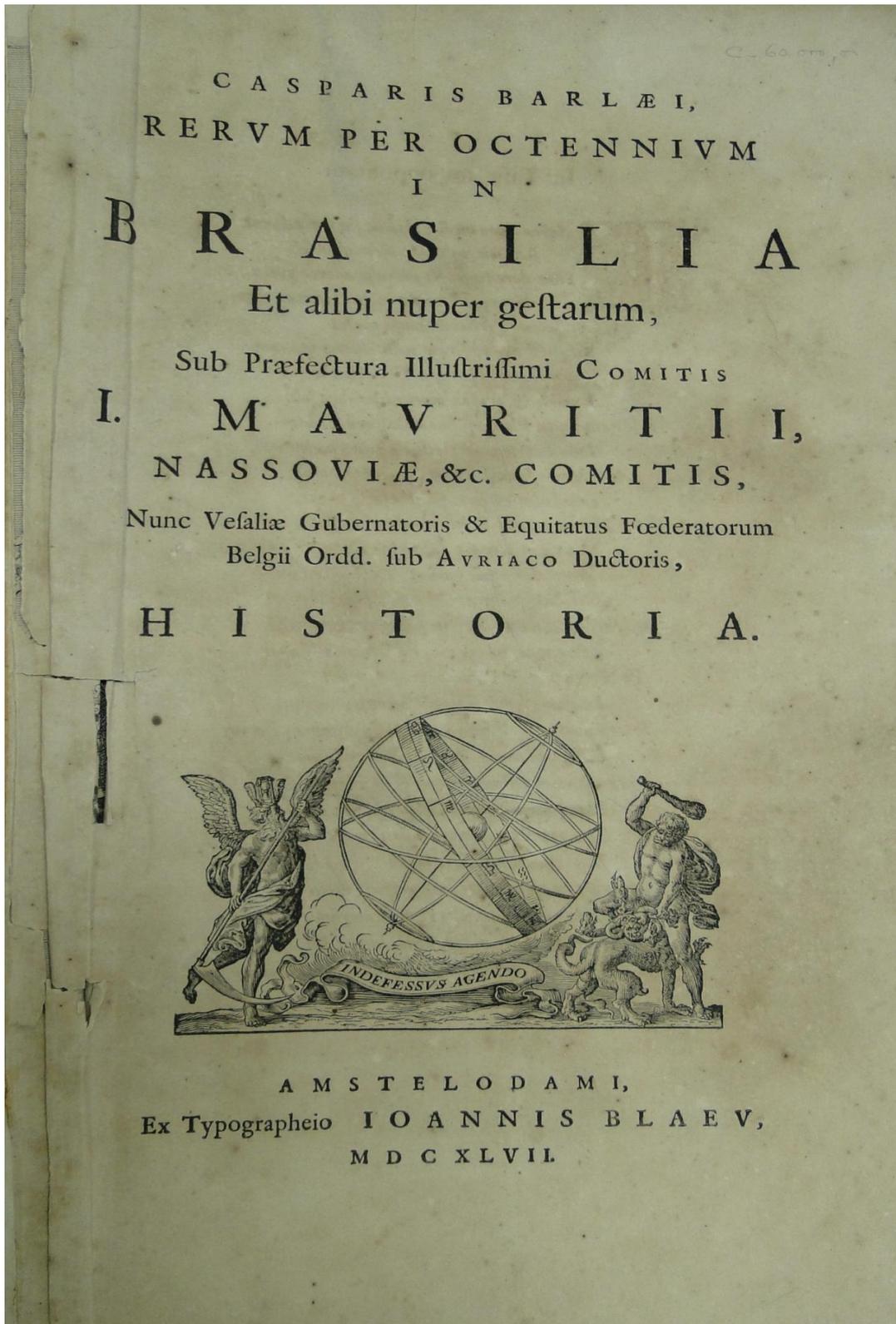


Fig. 03. Folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1647, impressa em latim por João Blaeu. Localização: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE. (Foto da autora).

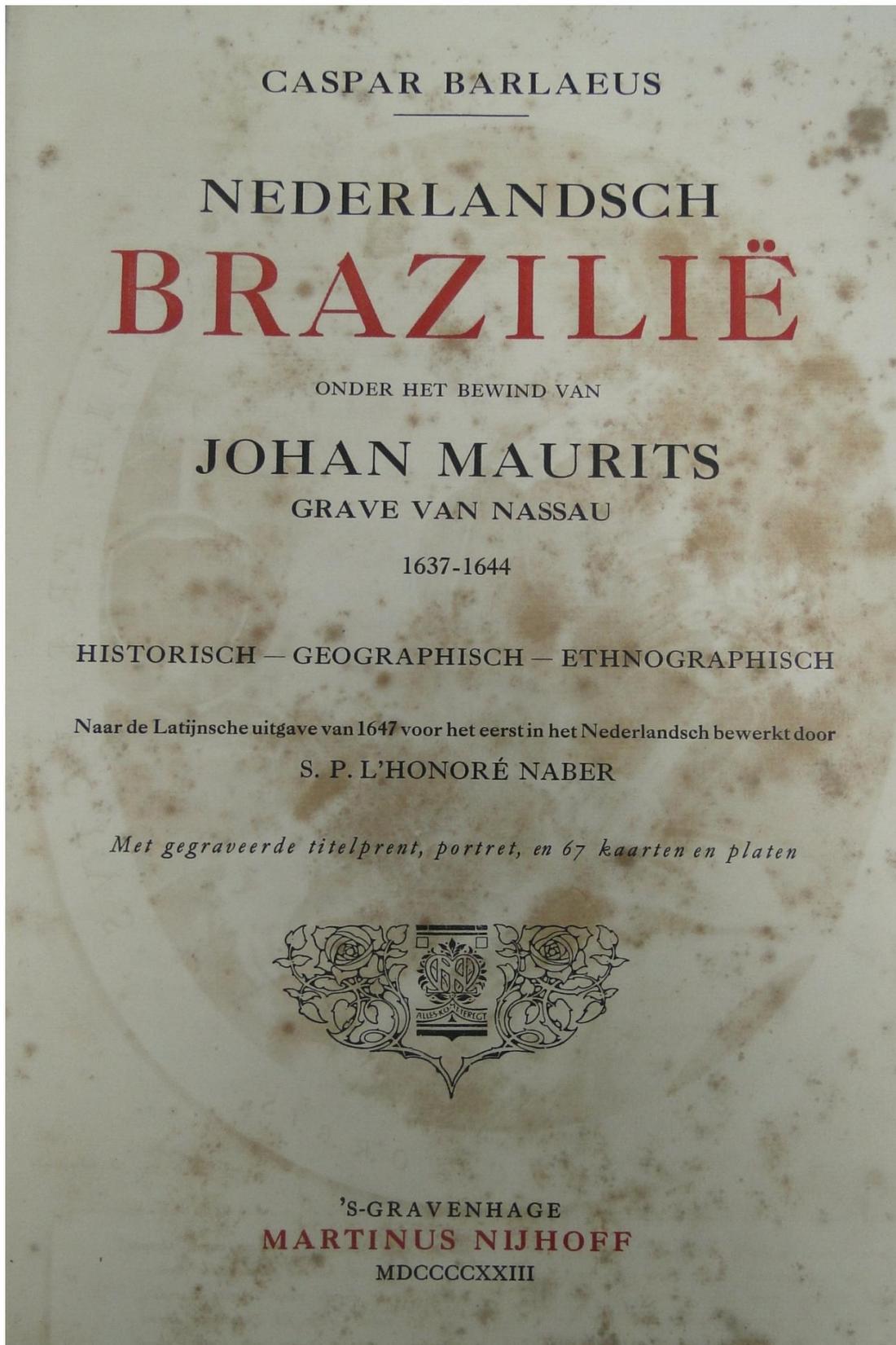


Fig. 04. Folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. Localização: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE. (Foto da autora).



Fig. 05. Frontispício com imagem de Nassau e folha de rosto do exemplar de *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. Localização: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE. (Foto da autora).



Fig. 06. Estampa da cidade Maurícia. In: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Edição de 1923, traduzida para o holandês por Pierre L'Honoré Naber. Localização: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE. (Foto da autora).



Figura 07 – Conde João Maurício de Nassau-Siegen. In: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação. Edição de 1940. Localização: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: PE. (Foto da autora).

Joan Nieuhof nasceu em 22 de julho de 1618, em Ulsen, no condado de Benthem, na Vestefália. Entrou para o serviço da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa em 1640. Partiu da Holanda no mês de outubro, na qualidade de comissário, e chegou ao nordeste brasileiro em 11 dezembro deste mesmo ano, onde permaneceu até setembro de 1649. No tempo em que Nieuhof permaneceu no Brasil estudou o país e aprendeu o português. Regressou à Holanda ainda em 1649 e em 1653 entrou para o serviço da Companhia das Índias Orientais Holandesa. Realizou duas viagens às Índias Orientais e tornou-se um dos principais agentes da Companhia. Em 1672 fez sua terceira viagem ao Oriente e seguiu para o interior na ilha de Madagascar, onde desapareceu.¹⁰⁴

Joan Nieuhof redigiu relatos de suas viagens ao Oriente e ao Ocidente. Os originais destes escritos foram entregues a seu irmão Hendrik Nieuhof, que providenciou a publicação destes textos. O relato de sua viagem ao nordeste brasileiro foi entregue a Hendrik quando Joan Nieuhof retornou de sua segunda viagem às Índias Orientais em 1670. Este relato foi publicado em dois idiomas: holandês e inglês. A edição holandesa data de 1682 e sua publicação foi empreendida por Jacob van Meurs, em Amsterdam. A introdução foi escrita por Hendrik Nieuhof. Em inglês a obra foi editada várias vezes, em diferentes coleções de viagens. A primeira edição veio à luz em 1703, porém não se conhece seu tradutor.

Não existem dados que comprovem que o relato sobre sua viagem ao Brasil tenha sido encomendado por Maurício de Nassau. Contudo, antes de ser publicado, mas em data desconhecida, o texto foi apresentado a João Maurício de Nassau-Siegen e a Guilherme de Piso em uma reunião, para que apreciassem o escrito, como determinava a etiqueta literária do Antigo Regime. A obra foi oferecida, ainda, a N. Witsen, prefeito de Amsterdam, que também era escritor e cartógrafo.

O relato da viagem ao Brasil foi traduzido do inglês para o português por Moacir N. Vasconcelos em 1942, quando recebeu o título *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*; a tradução foi confrontada com o texto original holandês de 1682 por José Honório Rodrigues, assim como é dele a introdução, notas e a crítica bibliográfica. O texto foi impresso em São Paulo pela gráfica *Revista dos Tribunais Ltda* para a *Livraria Martins*.

Nieuhof escreveu seu relato da viagem ao Brasil como um diário de viagem, relatou sua viagem marítima e, depois, narrou os acontecimentos do tempo em que passou em terra. Descreveu detalhes de transações diplomáticas, dos aspectos da natureza e costumes brasileiros, forneceu informações sobre o governo de Nassau, sobre as desconfianças dos

¹⁰⁴ Ver: NIEUHOF, 1942. pp. IX. Introdução de José Honório Rodrigues.

neerlandeses sobre conspirações de revolta por parte dos moradores da terra e relatou com detalhes a guerra travada entre holandeses e luso-brasileiros. Sua obra foi baseada – principalmente no que se refere às descrições sobre a botânica, zoologia ou etnografia do Brasil – nos textos da *Generale Beschrijvinge van de Capitania da Paraíba* (Descrição geral da capitania da Paraíba, 1639), de Elias Herckmans, diretor da Companhia das Índias Ocidentais e governador da capitania da Paraíba de 1636 a 1639; na *Historia Naturalis Brasiliae* de Piso e Marcgrave (1648); e na *História dos feitos recentemente praticados* de Barlaeus (1647). É importante observar que enquanto a obra de Barlaeus trata do tempo nassoviano (1637-1644), Nieuhof inicia sua narrativa em 1640, ano de seu ingresso na Companhia das Índias Ocidentais e de sua chegada no Brasil, e segue até o ano de 1649, ano de sua partida das terras brasílicas.¹⁰⁵ Ou seja, sua própria trajetória, mais que o nordeste açucareiro ou a vida de um patrono em particular, constituía o eixo de sua narrativa. Isso traz, por certo, reflexos à estrutura de sua obra, e atenua seu caráter panegírico – ao contrário da obra de Barlaeus tratada inicialmente.

2.3.2 Calado, Santiago, Frei Rafael de Jesus e os panegíricos de João Fernandes Vieira

João Fernandes Vieira incentivou a elaboração de três relatos panegíricos sobre as guerras do açúcar e, nelas, sobre sua trajetória particular. Os escritores dessas obras são Frei Manuel Calado do Salvador, Frei Rafael de Jesus e Diogo Lopes Santiago. João Fernandes Vieira é o personagem central destas obras e é considerado por seus panegiristas como organizador principal da luta contra os neerlandeses e responsável pela expulsão destes inimigos do nordeste açucareiro. Ele é considerado defensor da pátria e da Igreja, personagem digno de elogios e louvores.

As obras destes panegiristas se entrecruzam, pois o primeiro a escrever sobre a Guerra do Açúcar foi Frei Manuel Calado. O segundo foi Diogo Lopes Santiago, que se baseou na obra de Calado para compor a sua. Frei Rafael de Jesus foi o derradeiro e se valeu dos dois textos anteriores para elaborar sua obra. Contudo, os relatos tratam de diferentes períodos da guerra. Todas narram a guerra de resistência (1630-1637), o governo de Maurício de Nassau (1637-1644) e a guerra de restauração (1645-1654); porém, o *Valeroso Lucideno*, de Calado,

¹⁰⁵ NIEUHOF, 1942. pp. XIII.

segue apenas até meados do ano de 1646. *O Castrioto Lusitano*, de Frei Rafael de Jesus, e *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, alcançam a capitulação holandesa, sendo que Santiago descreve com detalhes as duas batalhas dos Guararapes.¹⁰⁶

Frei Manuel Calado do Salvador nasceu em data desconhecida e cresceu em Vila Viçosa, em Portugal. Estudou lógica e filosofia e se formou bacharel, licenciado e mestre de Artes na Universidade de Évora, onde foi enviado por Dom Teodósio, Duque de Bragança, que financiou seus estudos. Fez parte da Ordem de São Paulo, da congregação dos Eremitas da Serra de Ossa. Viveu no Brasil durante 22 anos, provavelmente entre os anos de 1624 a 1646. Teria emigrado ao país com o intuito de adquirir esmolas para o sustento de seus familiares. Residiu primeiramente na Bahia e, mais tarde, próximo à povoação de Porto Calvo, na Capitania de Pernambuco, onde se tornou senhor de escravos e proprietário de uma roça de mantimentos. Faleceu em julho de 1654.¹⁰⁷

O Valeroso Lucideno foi escrito contemporaneamente à Guerra do Açúcar. Seu texto foi escrito como um diário, pois Calado foi testemunha ocular dos acontecimentos da guerra. Conforme explica Gonsalves de Mello, este relato foi redigido aproximadamente entre setembro de 1645 e julho de 1646, quando o frei teria sido enviado a Portugal por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros a fim de solicitar apoio da coroa em favor dos luso-brasileiros na guerra travada para expulsar os neerlandeses das terras brasílicas. Frei Calado tinha a missão de representá-los e, ao mesmo tempo, interceder por eles.¹⁰⁸ A necessidade da busca de apoio se dava por causa da hesitação da coroa em enviar auxílio naval para a definitiva expulsão dos holandeses. Os portugueses da metrópole e da colônia, como afirma Mello, receavam expulsar os neerlandeses de Pernambuco forçosamente, pois com a aclamação de D. João IV desejavam reabrir as velhas linhas de comércio anteriormente existentes entre ambos os impérios.¹⁰⁹ Ademais, nesse momento, a coroa portuguesa estava debaixo de uma trégua de dez anos, assinada juntamente com os Países Baixos e, por isso, não atendia às esperanças de apoio aos insurretos.¹¹⁰ Na última página de seu relato Calado descreve que foi despedido secretamente em uma caravela para o Reino por Vieira e Vidal de

¹⁰⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁰⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador*. Universidade do Recife: 1954. pp. 28.

¹⁰⁸ MELLO, 1954. pp. 10.

¹⁰⁹ MELLO, 2007. pp. 49.

¹¹⁰ CALADO, 1987. pp. 246. Vol 2.

Negreiros com o objetivo de “representar a Sua Majestade a obrigação que tinha de socorrer aquele atribulado povo, e aqueles seus leais vassallos, que em tanta apertura estavam.”¹¹¹

Em fins do ano de 1647 e início de 1648, a obra de Calado recebeu aprovação e licença para imprimir de seis autoridades eclesiásticas, sendo elas: o Procurador geral e Notário Apostólico da Ordem de São Paulo; um mestre jubilado em Sagrada Teologia; o Vigário geral Apostólico e Prelado maior de toda a Ordem de São Paulo; Dom Abade do Convento de Nossa Senhora do Desterro e Cronista mor do Reino de Portugal; e dois Revedores do Santo Ofício, que declararam não achar nela coisa que contradissesse a pureza da Santa Fé Católica e bons costumes. Obteve também licença da Santa Inquisição, que autorizava a imprimir, mas obrigava que depois de impressa a obra retornasse ao Conselho e fosse comparada com o original. A obra foi conferida em 22 de junho de 1648, quando recebeu autorização para ser divulgada.¹¹²

O *Valeroso Lucideno* foi, então, publicado pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1648, por Paulo Craesbeeck. Contudo, foi incluído no *Index librorum prohibitorum* por um decreto apostólico de Roma em 1655, de onde só foi retirado em 1667. Gonsalves de Mello explica que esta suspensão não ocorreu devido a erros doutrinários do Frei, mas devido ao fato de Calado criticar outros vigários em sua obra.¹¹³ Em 1668 os livros da edição de 1648 receberam nova folha de rosto e puderam voltar a ser vendidos.

A obra de Calado inicia com o relato das guerras de resistência aos invasores holandeses pelos luso-brasileiros, cobre o período do governo de Nassau e segue até meados de 1646, início da guerra de restauração. A obra teria uma segunda parte, a qual não chegou a ser impressa devido à interdição do primeiro volume e à morte de Calado, em 1654. O *Valeroso Lucideno* foi reeditado em dois volumes em 1942 pela Cooperativa de Cultura Intelectual de Pernambuco. No ano seguinte as Edições Cultura de São Paulo também reeditaram a obra em dois volumes. Existe uma edição publicada também em dois volumes pela Itatiaia de Belo Horizonte juntamente com a Universidade de São Paulo, em 1987, e faz parte da Coleção Reconquista do Brasil, dirigida por Antonio Paim, Roque Spencer Maciel de Barros e Ruy Afonso da Costa Nunes.

O segundo relato panegírico que trata da pessoa de João Fernandes Vieira é *História da guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago. Todavia, o texto agora em questão foi encontrado em manuscrito na Biblioteca Pública Municipal do Porto, em Portugal, sob o

¹¹¹ CALADO, 1987. Vol. 2. pp. 246.

¹¹² MELLO, 1954. pp. 23.

¹¹³ MELLO, 1954. pp. 25.

códice 111, sem levar título e nome do autor. Foi Diogo Barbosa Machado (1682-1772) quem lhe definiu o título e o atribuiu a Diogo Lopes Santiago e dele fez referência em seu livro *Biblioteca Lusitana* (Lisboa, 1741).¹¹⁴

Pouco se sabe sobre Diogo Lopes Santiago. Segundo Machado, Santiago nasceu na cidade do Porto, em Portugal, e foi professor de gramática em Pernambuco. As datas de seu nascimento e falecimento são desconhecidas. Sabe-se, porém, que já vivia em Pernambuco, junto ao Arraial Novo do Bom Jesus, quando ocorreu a chegada dos holandeses e que ainda residia ali quando se deu a Insurreição Pernambucana.

Santiago redigiu seu relato provavelmente entre os anos de 1661 e 1675. Antes de ser publicado foi entregue em manuscrito a Frei Rafael de Jesus por João Fernandes Vieira, a fim de que o Frei redigisse outro texto com redação mais elaborada. Provavelmente, Vieira recusara aspectos ou a totalidade do texto escrito por Santiago, considerando-o indigno de seu patrocínio. Por outro lado, uma das evidências de que Santiago seja mesmo o autor de *História da Guerra de Pernambuco* é o fato de Frei Rafael citá-lo em sua obra. É provável que o manuscrito não tenha sido escrito por Santiago em sua totalidade, pois alguns trechos destoam dos demais capítulos. Como dissemos, para escrever seu relato Santiago utilizou-se das informações contidas em *O Valeroso Lucideno*, de Frei Manuel Calado. Contudo, ele apresenta também informações originais, principalmente sobre as duas Batalhas dos Guararapes.¹¹⁵

A obra de Santiago foi publicada somente no século XIX, na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomos 38 a 43, entre os anos de 1875 a 1880, sob o título *História da guerra de Pernambuco*. A segunda impressão da obra foi feita em livro, por iniciativa da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, no Recife, em 1943 e possui ilustrações do pintor Vicente do Rego Monteiro e prefácio, revisão e notas do Cônego Xavier Pedrosa. Segundo Gonsalves de Mello, ambas as impressões foram feitas com trechos incompletos.¹¹⁶

A primeira edição integral da obra de Diogo Lopes Santiago, confrontada com o manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto, tornou-se realidade em 1984, tendo coordenação editorial da Diretoria de Assuntos Culturais da FUNDARPE, órgão da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Governo de Pernambuco, sendo impressa pela Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. O estudo introdutório é de José Antonio Gonsalves de Mello. Em 2004 a obra teve uma nova reedição no Recife, também pela Companhia Editora

¹¹⁴ MELLO, 1960, pp. 67. SANTIAGO, 2004. pp. IX.

¹¹⁵ SANTIAGO, 2004. pp. 05

¹¹⁶ MELLO, 1960. pp. 69 e 1954. pp. 21.

de Pernambuco – CEPE, em comemoração ao 350º aniversário da Restauração Pernambucana. Esta reedição foi organizada por Leonardo Dantas Silva e teve apresentação de Dorany Sampaio.

Por fim, falaremos do autor e do terceiro relato patrocinado por João Fernandes Vieira. Frei Rafael de Jesus, escritor de *Castrioto Lusitano ou História da guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654*, foi pregador Beneditino e Dom Abade do Mosteiro de São Bento de Lisboa. Nasceu na cidade de Guimarães em 1614 e faleceu em 1693. Frei Rafael não participou dos acontecimentos da Guerra do Açúcar, pois nunca conheceu o Brasil. Para escrever sua obra baseou-se na *História da Guerra de Pernambuco*, atribuída a Diogo Lopes de Santiago e também na obra de Frei Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno*. Conforme Gonsalves de Mello, o *Castrioto Lusitano* foi concluído em 1675 em Braga e publicado em Lisboa em 1679 por Craesbeeck, com o seguinte título completo: *Empresa, e restauração de Pernambuco & das Capitánias confinantes. Vários e bélicos sucessos entre portugueses e belgas acontecidos pelo discurso de vinte e quatro anos e tirados de notícias, relações e memórias certas. Composto em forma de história pelo muito reverendo padre pregador geral Frei Rafael de Jesus*¹¹⁷ A obra de Frei Rafael narra toda a Guerra do Açúcar, desde o seu início, em 1630, até seu fim, em 1654. Ela foi dedicada pelo Frei a João Fernandes Vieira, sendo que esta dedicatória data de 22 de outubro de 1676 e foi escrita em Braga. Vieira, por sua vez, dedicou o escrito ao Príncipe Dom Pedro, regente da monarquia lusitana.

O *Castrioto lusitano* foi reeditado em Paris no ano de 1844 e publicado por João Pedro Aillaud, vice Consul de Portugal em Caen, na França. Nesta edição a obra foi impressa com o seguinte título: *Castrioto lusitano ou história da guerra entre o Brasil e Holanda durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinantes: obra em que se descrevem os heróicos feitos do ilustre João Fernandes Vieira, e dos valerosos capitães que com ele conquistaram a independência nacional*. A obra ganhou uma nova reedição em 1979 por iniciativa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em comemoração ao tricentésimo aniversário da morte do Conde Maurício de Nassau, e preservou este último título.

Estes relatos, que parecem ser os primeiros panegíricos da América portuguesa, feitos no Brasil ou na Europa, vieram à existência a partir de interesses enraizados ou vinculados ao Novo Mundo. Eles tinham o objetivo de colocar os patrocinadores como personagens centrais

¹¹⁷ MELLO, 1954. pp. 22.

das narrativas. Através do louvor e elogio visavam construir e eternizar em torno deles uma aura gloriosa que fosse transmitida para seus contemporâneos e para a posteridade. Contudo, como veremos adiante, cada patrocinador tinha um anseio imediato a ser alcançado. Nassau pretendia justificar as ações tomadas em seu governo diante de seus superiores, ao passo que Vieira pretendia ascender socialmente através da obtenção de nobilitação.

Os sucessivos relatos encomendados por Vieira – *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* de Frei Calado, *História da guerra de Pernambuco* de Diogo Lopes de Santiago e o *Castrioto Lusitano* de Frei Rafael de Jesus – podem significar tensões existentes entre patrono e panegiristas, uma vez que parece claro que Vieira não teria se agradado, ou não teria aprovado alguns destes escritos elaborados acerca das guerras do açúcar e, nelas, de sua trajetória pessoal. Como veremos no próximo capítulo, o exame dos conteúdos, deslocamentos e acontecimentos acerca desses aspectos revelam o complexo sistema de negociação e tensão envolvendo patronos e seus panegiristas e protegidos.

CAPÍTULO 3 – A GUERRA DAS REPRESENTAÇÕES

3.1 Relatos panegíricos e o Antigo Regime

A incumbência de obras literárias de cunho panegírico era atividade comum no Antigo Regime. A prática do patronato se restringia aos membros da nobreza, que obviamente possuíam cabedais e interesses políticos e de busca ou manutenção de seu prestígio para incentivar a produção de artes que a eles seriam dedicadas. As obras literárias que possuíam cunho panegírico tinham o artifício de registrar com aura gloriosa os feitos destes patronos que, por essa via, poderiam ser engrandecidos diante de seus pares e se tornar dignos de admiração pela posteridade.

Segundo Norbert Elias, ao longo do Antigo Regime, e em quase toda a Europa, a aristocracia detinha o monopólio do bom gosto no que se refere às artes. Por outras palavras, a nobreza de corte estabelecia o padrão para os artistas das classes sociais inferiores e subordinadas que estavam a seu serviço.¹¹⁸ Nesse período as obras de arte não eram produzidas simplesmente pelo prazer e desejo de fruição do artista – que na verdade era, ainda, artesão. Antes, elas tinham uma função específica e utilitária. Assim, pois, o artista deveria submeter sua criatividade ao gosto de seu patrono, ao seu padrão social e, mais ainda, à sociedade a que ele pertencia. Os burgueses *outsiders* que tinham vocação para as artes e que quisessem ter êxito perante a sociedade de corte estabelecida eram obrigados a adotar os padrões cortesãos de gosto, comportamento e sentimento. Deviam curvar-se às suas regras e vontades. Disso dependia sua sobrevivência simbólica e material. O patrono era aquele nobre cortesão que contratava o artista e encomendava determinada obra de arte, ou seja, o patrono possuía posição social e condições financeiras para financiar a arte. No caso da música, por exemplo, era muito comum que o patrono ou empregador determinasse quando e onde o artista deveria fazer um concerto e, até mesmo, aquilo que deveria compor.¹¹⁹

A produção de obras de arte do Antigo Regime é analisada por Norbert Elias através do conceito de *arte do artesão*, segundo o qual a produção de arte era encomendada por patronos específicos, de nível social superior ao do artista. Nesta fase de criação o padrão de

¹¹⁸ ELIAS, NORBERT. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹¹⁹ ELIAS, NORBERT. *Mozart, sociologia de um gênio*. Organizado por Michel Schröter. Tradução Sergio Gomes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1995. pp.17.

gosto do patrono prevalecia sobre a fantasia ou imaginação pessoal do artista. Sua criatividade era conduzida de acordo com o gosto da classe dos patronos.¹²⁰ Portanto, podemos situar dentro deste marco da produção artística – e mais especificamente literária – os relatos produzidos sobre a Guerra do Açúcar e que foram objeto de encomenda por Maurício de Nassau e João Fernandes Vieira. Seu teor deveria transmitir informações favoráveis de seus patronos e conter elementos que garantissem a propagação de uma boa imagem de Nassau e Vieira para quem lesse estas obras ou para quem apenas tomasse conhecimento da existência delas.

Os letrados calvinistas Barlaeus e Nieuhof, por um lado, e os letrados católicos Santiago, Frei Rafael de Jesus e Frei Manuel Calado, por outro, não tinham autorização e nem meios para divulgar seus pensamentos ou para relatar qualquer fato ou detalhe que fosse de desagrado ou que desabonasse seus patrocinadores. Ao contrário, esses panegiristas deveriam lançar mão de quantos elementos fossem possíveis e necessários para construir uma imagem positiva de seus patronos, e para isso elegeram o ideal glorioso para satisfazer suas pretensões.

No fim do século XVIII e início do XIX a produção de obras de arte sofreu mudanças profundas e estruturais. O artista foi paulatinamente superando a condição de serviçal contratado, de modo a tornar-se autônomo. Esse processo é examinado por Elias através do conceito de *arte do artista*, que consiste na produção de arte dirigida ao mercado anônimo, mediada por agências, tais como negociantes de arte, editores de música ou empresários. Nesse momento o nível social dos compradores de arte é semelhante ao do artista, e são estes que ditam o padrão do gosto e seguem inovando. A obra de arte não tem mais o objetivo de alcançar grupos sociais determinados, mas um público de indivíduos isolados. O público aprende a apreciar, admirar e comprar as suas criações.¹²¹ Contudo, a transição de *arte do artesão* para *arte do artista* não aconteceu simultaneamente em todos os campos artísticos e nem em todos os lugares do mundo. A literatura e a filosofia passaram por tal transição um pouco mais cedo do que a música, e a arquitetura ainda está por emancipar-se.¹²²

No que se refere às obras de arte produzidas no interior Antigo Regime era usual que as obras literárias fossem dedicadas ou apresentadas a seus patronos. A dedicatória era uma prática central na economia do mecenato. Conforme explica Chartier, ao redigir sua obra o autor empenhava-se em tecer louvores e elogios ao patrono e também se preocupava em

¹²⁰ ELIAS, 1995. pp. 45.

¹²¹ ELIAS, 1995. pp. 47.

¹²² ELIAS, 1995. pp. 136.

elaborar uma rica dedicatória, oferecendo-lhe seu livro e buscando sua aprovação. Essa prática era, então, disputada entre autores, tradutores e livreiros, e antecedia a criação da imprensa.¹²³

A aceitação da dedicatória pelo mecenas era fundamental para o autor ou proponente, pois caso fosse recusada, a obra seria desqualificada. Ao contrário, quando um livro era dedicado, oferecido e aceito, quem o recebia ficava obrigado a proteger, empregar ou retribuir de alguma maneira ao seu autor ou proponente. Assim, pois, dedicar um livro era uma manifestação de enaltecimento e louvor à pessoa a quem a obra era oferecida. Mas, por outro lado, era o único meio que o escritor dispunha para obter junto a um patrono posição social e remuneração, ou seja, era a garantia de sua sobrevivência.¹²⁴ Podemos citar como exemplo a obra de Barlaeus, que escreve cinco páginas dedicando-a a Maurício de Nassau e, para isso, exalta a figura do Conde e coloca-se em posição inferior à do patrono, recurso retórico este utilizado pelos escritores desde a antiguidade:

Acolhei sob o vosso patrocínio o escritor, apesar de ter ele escrito com tão remisso espírito o que praticaste com tão vigoroso ânimo. Concedei à verdade a esta história serenidade, pois toda ela trata de vós, toda é dedicada ao vosso preclaro nome. Recebei-a. Ela se funda mais no testemunho e na fé alheia do que na minha: vacilará, quando a inveja, a perversidade, a crueldade argüirem de mentira as bocas e os olhos daqueles que governastes, daqueles pelos quais lutastes e até mesmo dos inimigos que venceste.¹²⁵

Como vimos, conforme o padrão vigente no Antigo Regime, a prática do patronato era privilégio da nobreza. Por isso, as obras literárias encomendas ou apresentadas a Nassau são exemplos clássicos da produção panegírica do período. Para compreender o discurso transmitido por Barlaeus e Nieuhof a respeito da trajetória do Conde durante o seu governo no Brasil holandês é necessário reconstruir sua trajetória a partir da documentação da época e da historiografia sobre o tema.

¹²³ CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. pp.74.

¹²⁴ CHARTIER, Roger. 2003. pp. 78

¹²⁵ BARLAEUS, 1974. pp. 10.

3.2 João Maurício de Nassau-Siegen: patronato e nobiliarquia

João Maurício de Nassau-Siegen nasceu no seio de uma família nobre e protestante calvinista em 17 de junho de 1604, no condado alemão de Dilemburgo. Era filho primogênito do conde João de Nassau (1561-1623), o do Meio, e de Margaretha von Schleswig-Holstein-Sonderburg (1583-1638). Segundo Françaço, Nassau teve três padrinhos de nascimento: o Duque João von Holstein-Sonderburg (1545-1622), irmão mais velho de sua mãe; o Conde Maurits van Hesse-Kassel (1572-1627), casado com Juliana van Nassau (1587-1643) filha do primeiro casamento de seu pai; e o *stadhouder* das Províncias Unidas dos Países Baixos, Maurício de Orange (1567-1625).¹²⁶ Viveu em Dilemburgo somente os seus dois primeiros anos de vida, pois, quando seu avô faleceu, o conde João de Nassau, o Velho, teve o seu patrimônio dividido entre os seus descendentes, cabendo ao pai de Maurício a vila de Siegen e seus arredores. Sua família se transferiu para lá em 1606.¹²⁷

Nassau foi educado inicialmente por seu pai, pedagogo, e mais tarde frequentou a escola latina de Siegen. Aos dez anos foi enviado à universidade da Basileia, na Suíça. Em 1606 passou a residir na corte de seu cunhado e padrinho, Mauritz Von Hesse-Kassel, onde estudou no Collegium Mauritianum, que havia sido criado por seu cunhado e que tinha o intuito de formar os membros da nobreza protestante.¹²⁸ No Mauritianum Nassau teve formação humanística abrangente, considerada fundamental para a nobreza alemã e neerlandesa. As matérias ensinadas eram Grego, Latim, Francês, Inglês, Italiano, Espanhol, Teologia, Filosofia, Matemática, Ciências Militares, Medicina, Retórica, História, Música, Dança e Combates. Calado, em *O Valeroso lucideno*, relata em terceira pessoa um encontro que teve com Nassau e confirma a erudição do Conde que “aquele dia lhe deu de jantar à sua mesa, à sua mão direita, e praticando com ele em diferentes matérias em língua latina (a qual ele era doutrinado) (...)”¹²⁹

Sua vida militar teve início em 1620, quando ingressou como alferes no Exército dos Países Baixos e passou a servir no regimento de cavalaria comandado por seu irmão Guilherme. Em 1626 foi promovido a capitão e mais tarde, em 1629, foi elevado a coronel.

¹²⁶ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda”: Johan Mauritz van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009. pp.77.

¹²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 28.

¹²⁸ Idem. pp. 30.

¹²⁹ CALADO, 1987. pp. 93.

Em 1636 Nassau foi convidado pela Companhia das Índias Ocidentais para ser o governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês. O Conde aceitou o cargo, que oferecia condições financeiras excelentes. A soma paga para que desempenhasse tal função era de 1.500 florins por mês, mais uma ajuda de custo de 6 mil florins para suas despesas pessoais. Além disso, enquanto estivesse exercendo o cargo no Brasil, continuaria recebendo seu salário de coronel do exército dos Estados Gerais e ainda receberia 2% sobre todas as presas apreendidas no litoral brasileiro.¹³⁰

Evidentemente, a oferta da Companhia era bastante atrativa para Nassau. Contudo, outro elemento teve parte em sua aceitação. No ano de 1633 o Conde havia iniciado a construção de um suntuoso palácio em Haia, o Mauritshuis.¹³¹ O arquiteto responsável era Pieter Post (1608-1669), irmão mais velho do pintor neerlandês Frans Post (1612-1680). A construção deste palácio havia gerado elevados custos a Nassau, por isso é possível que ela tenha pesado em sua decisão de aceitar o convite para ir ao Brasil. Nassau partiu, então, para o nordeste brasileiro em outubro de 1633 e desembarcou no Recife em janeiro de 1637, onde permaneceu até maio de 1644, quando a Companhia solicitou seu retorno aos Países Baixos.

CONQUISTAS NASSOVIANAS

Nassau relatou em ofício aos Estados Gerais a sua chegada em terras brasílicas em janeiro de 1637 e o estado em que se encontravam as tropas neerlandesas naquele momento: “aqui cheguei a vinte e três seguinte, graças a Deus, em boa disposição, e todos os outros comigo, sendo recebido com muita honra, achando o país um dos mais belos do mundo, os negócios e as tropas deixadas em guarnição em estado regular (...)”¹³². No início do mês seguinte iniciou sua ofensiva visando alargar o domínio territorial neerlandês. As tropas neerlandesas seguiram contra as forças luso-brasileiras estas comandadas pelo militar napolitano Conde de Bagnuolo (1575-1640) e conseguiram afastá-las para o outro lado do rio São Francisco, na Bahia, estabelecendo na margem esquerda deste rio o limite sul da

¹³⁰ LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos holandeses*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002. pp. 125.

¹³¹ Mauritshuis traduzido para o português significa “Casa de Maurício”. O palácio transformado em museu atualmente é sede da “Real Galeria de Pinturas de Maurishuis” e possui um importante acervo de arte. Ver: <http://www.mauritshuis.nl/>

¹³² Ofício de Maurício de Nassau aos Estados Gerais, datado de Antonio Vaz a três de fevereiro de 1637 e recebido a 06 de junho do mesmo ano. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II. pp. 01.

conquista neerlandesa, onde Nassau ordenou a construção de uma fortificação, o Forte Maurício, na Vila de Penedo.¹³³

O desejo de Nassau não era somente manter a posse sobre o nordeste açucareiro, mas dominar todo o Estado do Brasil, como ele mesmo afirmava em ofício aos Estados Gerais em fevereiro de 1637: “A situação desse país é extremamente vantajosa e forte: Deus nos conceda a graça de poder conquistá-lo inteiramente. Não duvido de que todo o Estado tenha com isso grande vantagem e proveito.”¹³⁴ Em março de 1637 Nassau empreendeu também um ataque ao castelo de São Jorge da Mina, na costa ocidental da África. O sucesso desta ofensiva garantia o comércio de escravos africanos à Companhia das Índias Ocidentais. No ano de 1638 o Conde tentou um ataque à Bahia, que era a Capital do Estado do Brasil e que persistia resistindo à dominação neerlandesa. Porém essa investida foi frustrada devido à inferioridade numérica dos soldados neerlandeses, a falta de mantimentos e a impossibilidade de cercar a cidade. Ainda assim, os neerlandeses persistiram por quarenta dias nesta capitania, quando, depois de sofrerem muitas baixas, bateram em retirada.

Em 1640 o reino português foi restaurado. Em junho do ano seguinte, Portugal e os Países Baixos assinaram uma trégua de dez anos, que estabelecia a cooperação naval e o comércio entre ambos. Agora os Estados Gerais e Portugal estavam unidos contra o poder dos Habsburgos. No entanto, mesmo durante a trégua, o Conselho dos XIX autorizou o Conde a prosseguir na conquista de territórios. Nassau, conseqüentemente, desferiu novos ataques à América portuguesa, à costa ocidental da África e ao Caribe. Em 1641 conquistou o Sergipe, Maranhão, Ilha de São Tomé, no golfo da Guiné, e a cidade de São Paulo de Luanda, em Angola, que era o principal mercado de escravos destinados aos engenhos do Novo Mundo. São Tomé e Angola ficaram sob o controle da Companhia Holandesa até 1648, quando foram reconquistadas pelos portugueses recrutados na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e comandados por Salvador Correia de Sá (1602-1688), que governou Angola por três anos. Estas conquistas realizadas por Nassau marcaram o momento de maior expansão geográfica do domínio holandês no Brasil e na África.¹³⁵

¹³³ LOPEZ, 2002. pp. 130.

¹³⁴ *Op. cit.* pp. 01.

¹³⁵ MELLO, 1968. pp. 239.

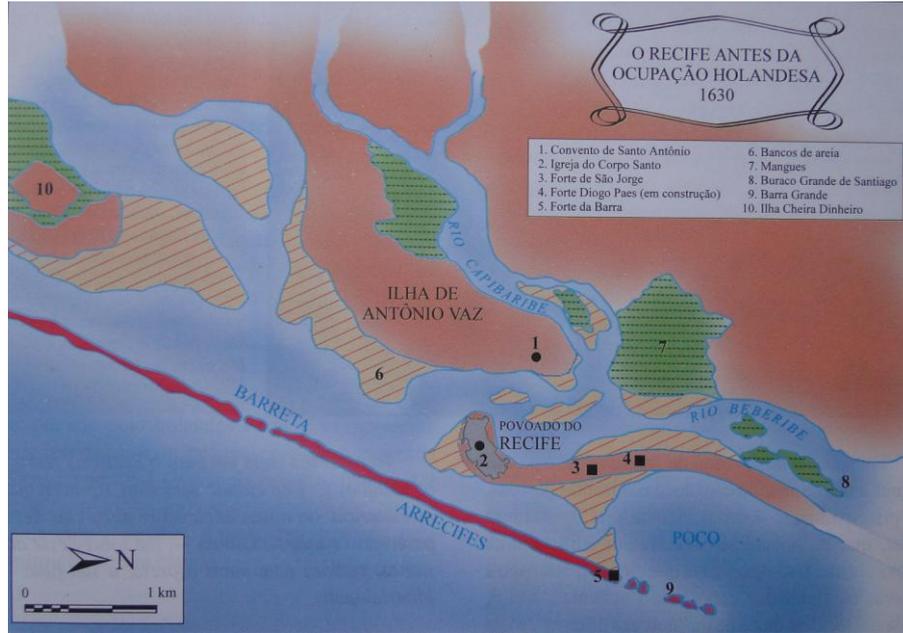


Figura 08 – Recife em 1630, antes do domínio neerlandês. Manuel Bandeira.
 Fonte: SILVA, Luiz Geraldo. *O Brasil dos holandeses*. São Paulo: Atual, 1997.

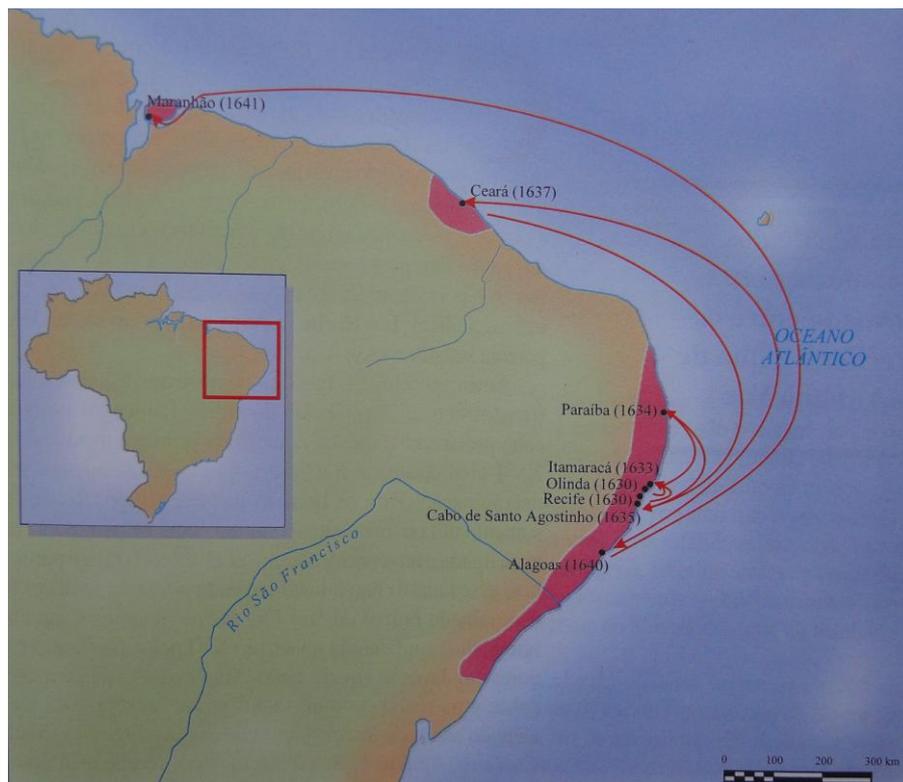


Figura 09 – Conquistas neerlandesas na América setentrional no período de 1630 a 1641.
 Fonte: SILVA, Luiz Geraldo. *O Brasil dos holandeses*. São Paulo: Atual, 1997.

No Brasil holandês Maurício de Nassau promoveu a cultura, a arquitetura e o urbanismo. Chegou ao país acompanhado por uma comitiva de médicos, botânicos, cartógrafos, pintores e gravuristas. Entre eles estavam: Franciscus Plante (1613-1690), capelão de Nassau; seu médico e naturalista Willem Piso (1611-1678); o cartógrafo e astrônomo George Marcgraf (1610-1644); e os pintores Albert Eckhout (1610-1666) e Frans Post (1612-1680). Esses estudiosos produziram um grande corpo documental, sobre o qual falaremos adiante, acerca de diversos aspectos da América, quais sejam, a geografia do Brasil holandês, a escravidão, a natureza e os índios, entre outros assuntos. Além disso, o auxiliaram na construção e planejamento da cidade Maurícia e na realização de estudos de História Natural, Astronomia e Meteorologia.¹³⁶

Nassau fixou residência na ilha de Antônio Vaz, onde edificou uma nova cidade chamada Maurícia, que se tornou a capital de Pernambuco. Ali construiu às suas custas dois palácios, o de Vrijburg, possivelmente projetado na Holanda pelo mesmo arquiteto que havia projetado a Mauritshuis, Pieter Post, e o da Boa Vista. No primeiro, que começou a ser construído em 1639 e concluído aproximadamente em 1642, o Conde constituiu sua morada. Ali recebia seus convidados e administrava as conquistas holandesas. Também em Vrijburg, Nassau construiu um parque onde foi plantada uma grande variedade de árvores e colocado grande número de aves e animais. O parque serviu de centro de estudos de história natural a George Marcgraf.¹³⁷ Além disso, o palácio possuía duas torres, sendo que uma delas servia como farol e a outra como observatório para as experiências astronômicas de Marcgraf.

¹³⁶ LOPEZ, 2002. pp.127.

¹³⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001. 4ª Edição. pp. 118.



Figura 10 – Palácio de Vrijburg (Friburgo). Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

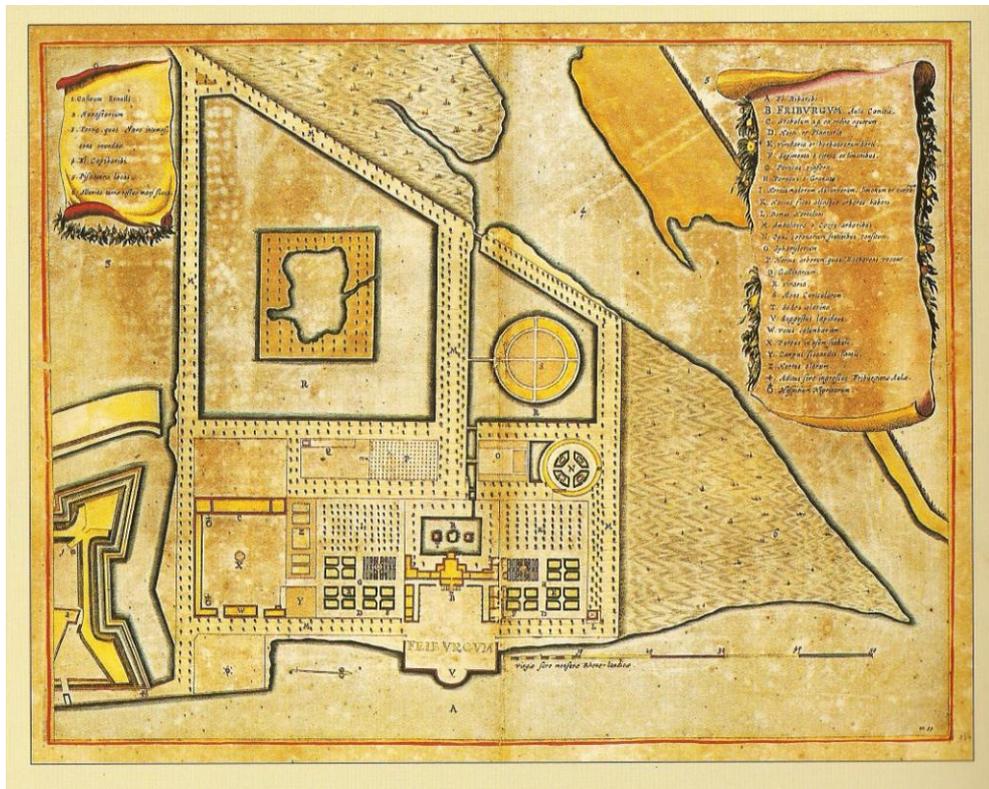


Figura 11 – Planta do Palácio de Friburgum. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



Figura 12 – Boa Vista. Friburgum. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

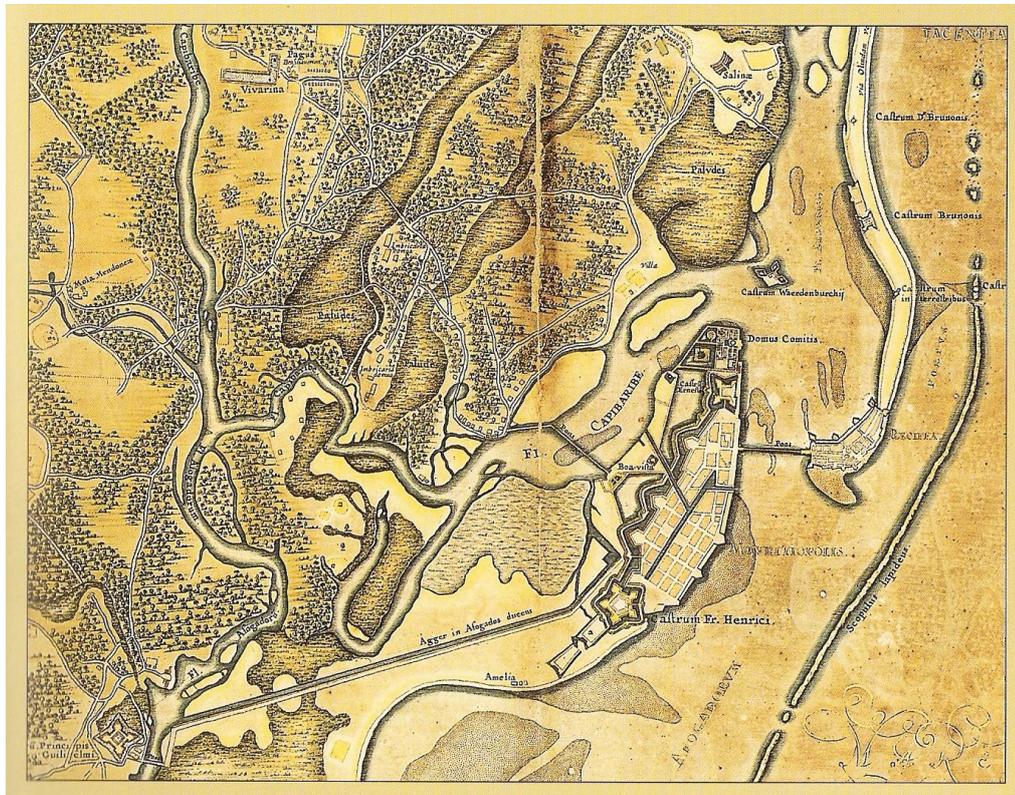


Figura 13 – Mauritiopolis, Reciffa Et Circunjacentia Castra. Gravura em cobre extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

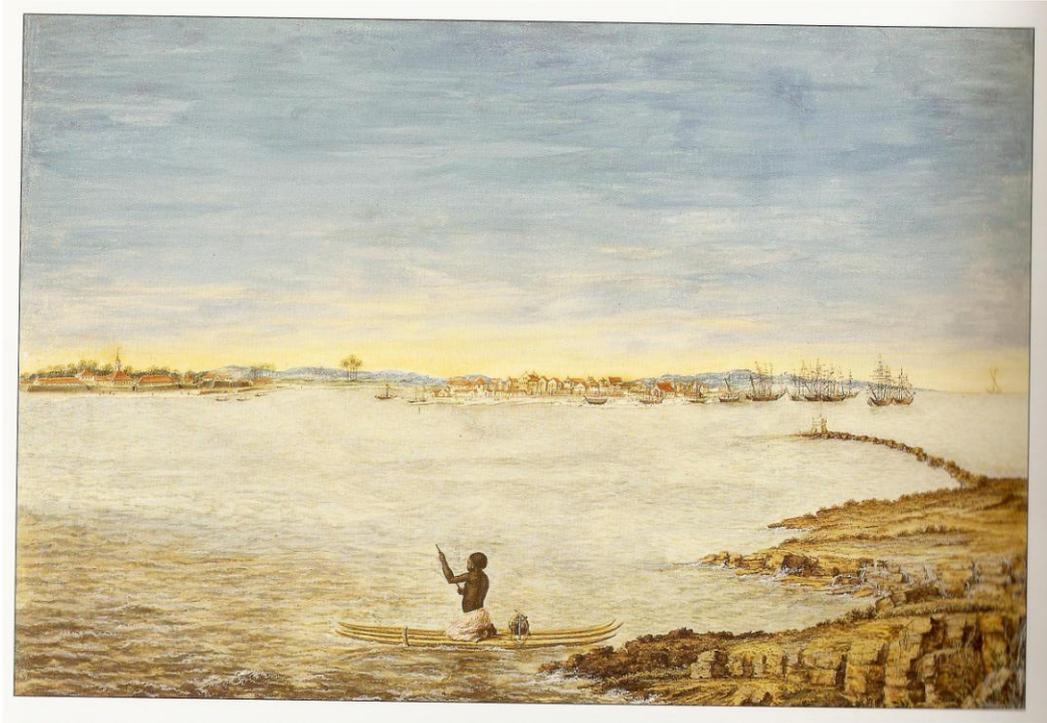


Figura 14 – Het Recife. Guache de Thiery, a partir de gravura de Frans Post contida no livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia Et álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional da França. Thiery era um artista francês que em 1765 copiou os guaches de Frans Post contidos na obra de Barlaeus – o que atesta, mais de um século depois e em país distinto do de sua aparição, a popularidade do livro encomendado por Nassau.

Na cidade Maurícia também foram construídos jardins públicos, ruas de traçado geométrico, canais, pequenas pontes e uma Igreja Francesa reformada. No Recife, Nassau providenciou melhoramentos em urbanismo. Mandou calçar ruas e praças com tijolos holandeses e transportar as caixas de açúcar por via fluvial para não danificar as calçadas construídas. Também mandou construir duas grandes pontes que ligavam o bairro do Recife à cidade Maurícia e esta ao continente.¹³⁸

Segundo Gonsalves de Mello, Nassau reuniu em seus palácios uma valiosa coleção de curiosidades, da qual faziam parte ornamentos indígenas e telas pintadas a óleo por Frans Post e Albert Eckhout, entre outros artefatos.¹³⁹ O Conde organizou coleções formadas por objetos exóticos e as dispersou por seus palácios. Decorre que, na Europa moderna, a constituição de coleções de raridades era uma prática comum entre os membros das cortes e burgueses letrados. As coleções eram formadas por elementos adquiridos através de compras, presentes, encomendas e poderiam conter peças do mundo todo. O influxo desses artefatos foi

¹³⁸ MELLO, 1968, pp. 246.

¹³⁹ MELLO, 1968. pp. 245.

possibilitado através da navegação ultramarina. Desde o começo do século XVII, na Idade de Ouro dos Países Baixos, os neerlandeses haviam desenvolvido o gosto por coleções. Ali haviam sido estabelecidos os chamados gabinetes de curiosidades ou gabinetes de raridades e também os museus de curiosidades exóticas. A coleção de Nassau incluía a categoria *naturalia*, que se referia às coleções zoológica e botânica, e a *artificialia*, que era a coleção etnográfica.¹⁴⁰

Mariana de Campos França desenvolveu um estudo sobre o material colecionado por Nassau durante o seu governo no Brasil. Ela inventariou os elementos que compunham a coleção e descobriu que entre eles existiam retratos e paisagens da nova terra, espécies de vegetais e animais, anotações sobre a fauna e flora do Brasil e artefatos confeccionados por diversos grupos humanos com os quais Nassau entrou em contato direta ou indiretamente.¹⁴¹ Todo esse material foi adquirido durante o período de seus oito anos de governo e através de sua posição de governador-geral do Brasil holandês. Mas como ele teria adquirido todo esse material? Segundo França, a origem desse acervo era muito variada. Plantas e animais que exibiam no jardim de Vrijburg foram presentes de moradores de Pernambuco e arredores. Em certa ocasião em que teve contato com indígenas, Nassau ganhou do “rei dos tapuias” arcos, flechas e penas. Durante o seu governo, deu e recebeu presentes nas negociações com grupos indígenas e com enviados de governos africanos. Do Rei do Congo, por exemplo, ganhou duzentos negros, um colar e uma bacia de ouro.¹⁴² Também faziam parte da coleção telas pintadas por Frans Post e Albert Eckhout, que eram produto do mecenato de Nassau. Ou seja, desde que se instalou no nordeste açucareiro, ou antes, quando organizou a comitiva de estudiosos que o acompanhou no Brasil, Nassau já se revelava um protetor da cultura e das artes. Ao longo de seu governo no Brasil, realizava, ao lado de suas conquistas militares e comerciais, a atividade de mecenas. Ao retornar aos Países Baixos, Nassau levou consigo sua coleção. Segundo Mello, as coleções e a mudança de Nassau lotaram duas das treze naus que formavam a esquadra que partiu levando o Conde de volta aos Países Baixos.¹⁴³

Nassau viveu seus oito anos no Brasil ao estilo da nobreza, trouxe consigo estudiosos que faziam parte da sua corte, que conviviam com ele em seus palácios e que compartilhavam a sua mesa, especialmente Plante e Piso, que foram seus amigos durante toda a vida. Ao investir na cultura, no urbanismo e na arquitetura, ele tentava deixar o Brasil holandês mais

¹⁴⁰ MELLO, 2006. pp.145.

¹⁴¹ FRANÇOZO, 2009. pp. 191.

¹⁴² FRANÇOZO, 2009. pp. 120.

¹⁴³ MELLO, 2006. pp.202.

parecido com a Holanda, e a sua vida mais próxima do ideal de vida nobiliárquica, tal qual esta era concebida nos Países Baixos.

ADMINISTRAÇÃO

Foi durante a administração de Nassau que o Brasil holandês obteve um maior desenvolvimento. Com sua chegada criaram-se três conselhos para governar os domínios neerlandeses. O primeiro era o Alto e Secreto Conselho, presidido por ele. Tinha o intuito de tratar das questões de Estado, do governo civil e da guerra. O segundo era o Conselho Político, ou Conselho de Justiça, que cuidava dos assuntos referentes às capitanias conquistadas, dos serviços de abastecimento e dos arsenais de guerra no Recife. Por último, os Conselhos ou Câmaras de Escabinos, que foram criados para substituir as Câmaras Municipais Portuguesas que funcionaram até 1637. O Conde criou também mais um corpo de funcionários, os escultetos, que eram delegados de polícia e atuavam em cada jurisdição.¹⁴⁴

Nassau mandou também vender a crédito os engenhos de açúcar abandonados pelos proprietários que, com a guerra, retiraram-se para a Bahia juntamente com as tropas luso-brasileiras. Com o adiantamento de capitais aos senhores de engenho por parte dos mercadores foi possível restaurar propriedades, plantar canaviais e comprar escravos. Nassau tomou diversas medidas para estabilizar a economia como, por exemplo, a publicação de edital, datado de 18 de janeiro de 1638, no qual era determinado aos senhores de engenho e lavradores de canaviais o plantio de mandioca, que era a principal fonte de alimentação nordestina, já que, centrados apenas nos lucros do açúcar, estavam privilegiando a monocultura em detrimento da produção de alimentos.¹⁴⁵

Conforme explica Gonsalves de Mello, os holandeses não vieram para o Brasil com a intenção de o colonizar, ou seja, não tinham o objetivo de se transferir com suas famílias para os territórios que estavam sob seu domínio na América. Eles vieram, sobretudo, interessados nos lucros gerados com o açúcar fabricado nos engenhos portugueses; pretendiam tão somente dominar o comércio e não todo o processo econômico gerado em torno da produção até a distribuição do produto. Isto explica a necessidade da aplicação da mão-de-obra portuguesa na administração dos engenhos existentes na região de domínio neerlandês.¹⁴⁶

Todavia, depois de permanecer no Brasil por dois anos e conhecer a realidade desta terra, Maurício de Nassau passou a acreditar que o povoamento seria o melhor meio para o

¹⁴⁴ LOPEZ, 2002. pp. 193.

¹⁴⁵ MELLO, 1968. pp. 242.

¹⁴⁶ MELLO, 1968. pp. 250. Ver também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 62.

crescimento e enriquecimento das possessões neerlandesas no Brasil. Estas possessões encontravam-se arruinadas e despovoadas pela guerra, por isso não havia quem trabalhasse no cultivo da terra. Para Nassau a solução para estes problemas seria a vinda de neerlandeses e pessoas de outras nacionalidades para o Brasil:

Para remediar a este estado de coisas, será necessário fazer com que os habitantes dos Países Baixos ou dos países vizinhos se transportem para o Brasil a fim de repovoá-lo e restituir suas terras à cultura, e se for possível, como já o é, melhorar-lo por meio da lavoura. A Companhia está nisso muitíssimo interessada (...).¹⁴⁷

O Conde passou também a defender perante os Estados Gerais o fim do monopólio do comércio que estava nas mãos da companhia. Ele desejava mais do que extrair as riquezas do Brasil, queria ver a agricultura florescer e que o comércio se tornasse ativo. Assim, para ele, “os resultados da conquista tornar-se-ão mais consideráveis, e poder-se-á defender mais facilmente contra todos os seus inimigos.”¹⁴⁸ A esperança de enriquecimento, para Nassau, seria suficiente para atrair nações para o Brasil, mas esse enriquecimento só seria possível havendo liberdade de comércio. Segundo o Conde, a exclusividade de comércio que a Companhia das Índias Ocidentais mantinha no Brasil fazia com que poucos capitais fossem colocados em circulação, e isso resultava num país cada vez mais pobre. Por outro lado, se o comércio estivesse também nas mãos de particulares, os negócios no Brasil iriam florescer e prosperar. A defesa do livre comércio gerou mal estar entre Nassau e seus superiores, indisposição esta que já vinha sendo alimentada desde o fracasso do ataque a Salvador comandado pelo Conde, em 1638.

Em 1642 o Brasil holandês começou a viver uma crise econômica. Na verdade, desde antes da chegada de Nassau a situação financeira da Companhia já era precária. Por conta disso, esta resolveu reduzir seus efetivos, contra o parecer de Nassau, que em setembro do mesmo ano havia escrito aos Estados Gerais demonstrando sua insatisfação perante a falta de recursos em que viviam os conselheiros de justiça, os predicantes e comissários e reclamando do fato de haverem sido cortados benefícios a estes funcionários, relativos às suas despesas com alimentação, aposentadoria, e outras prerrogativas. Este corte equivalia a cinquenta por cento do valor total de seus rendimentos. Em consequência disto, esses funcionários

¹⁴⁷ Ofício do Conde Maurício de Nassau em Antonio Vaz (Pernambuco) aos Estados Gerais, data de 16 de janeiro e recebido a 17 de março de 1638. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II, pp. 15.

¹⁴⁸ *Op. cit.* pp. 16.

demonstravam a falta de desejo em continuar nas suas funções, pelo contrário, estavam pedindo demissão de seus empregos a fim de retornar aos Países Baixos o mais depressa possível. Como escrevia o Conde em ofício aos Estados Gerais em junho de 1642:

A contragosto consentiram reassumir os seus trabalhos, pretextando que por isso não pretendiam submeter-se a resolução dos XIX e que não queriam deixar diminuir coisa alguma de seus vencimentos ordinários, da indenidade de moradia, de suas despesas de mesa e de suas antigas prerrogativas.¹⁴⁹

Até mesmo os custos com as despesas de Maurício de Nassau relativas “aos seus gastos de mesa”, ou seja, à sua alimentação, foram diminuídos por seus superiores. Esta situação também gerou um mal estar entre o Conde e o Conselho dos XIX. Nassau era acusado de gastar com suas despesas pessoais todos os recursos da Companhia, mas por outro lado, não aceitava sofrer reduções nestas despesas, pois afirmava que já sobrevivia sob grandes restrições:

É desagradável saber-se que se é assim desacreditado, quando todos sabem que nesses cinco anos contentei-me com ter por alimentação ervilhas, favas, toucinhos e carne estragada, sim, tenho vivido miseravelmente, a tal ponto que a minha pessoa e o meu título tem sido entre os portugueses expostos ao ridículo e ao desprezo. Nunca me teria queixado disso, e teria passado com paciência o tempo que Vossas Altas Potências me teriam imposto; mas a necessidade obrigou-me a falar.¹⁵⁰

Não foi o fim do prazo de cinco anos, que era a princípio o tempo que seu governo deveria durar, que determinou a demissão de Nassau de seu cargo de governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês. Também não foi um evento decorrido de sua iniciativa própria, já que em 1642, ele manifestara o desejo de demitir-se através de um pedido oficial a seus superiores. Sua demissão foi motivada por seus desentendimentos com o Conselho dos XIX, diretores da WIC, que não atendiam aos seus pedidos de envio de tropa, suprimentos e capital para o governo dos domínios holandeses no Brasil. As despesas de Nassau pesaram na

¹⁴⁹ Ofício do Conde Maurício de Nassau aos Estados Gerais, datado de Mauritsstad aos 24 de setembro de 1642, recebido a 12 de junho de 1643. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II. pp. 192.

¹⁵⁰ Idem. pp. 200.

decisão por sua demissão, como veremos a diante, por parte de seus superiores, que consideravam abusivos seus gastos na construção de seus dois palácios e jardim.¹⁵¹

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

Como já citado, uma das primeiras medidas administrativas tomadas por Nassau ao chegar em terras brasileiras foi mandar vender a crédito engenhos arruinados e abandonados por seus proprietários devido a guerra. Decorre que negociantes particulares e a Companhia das Índias Ocidentais emprestaram grandes somas de dinheiro aos agricultores para a restauração destes engenhos e também para fomentar a produção açucareira. Os senhores de terra deveriam, por sua vez, pagar estas dívidas em açúcar. Contudo, diversas frentes contribuíram para o atraso, o não pagamento destas dívidas e o endividamento destes indivíduos. Ocorreram incêndios em 1640, inundações e epidemias entre os escravos em 1641 e 1642 e uma seca em 1644. Além disso, entre 1642 e 1645 ocorreu uma queda no preço do açúcar, que só fez agravar a situação. A dívida dos luso-brasileiros crescia a cada dia com juros enormes, gerando uma situação muito desconfortável entre eles e os neerlandeses.¹⁵²

Após o fim do governo de Nassau, a situação só veio a piorar devido à decisão tomada pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa de cobrar as dívidas dos particulares por meio de trocas, ou seja, os senhores de engenho teriam que entregar à Companhia toda a sua produção, até a liquidação total de seus compromissos. Contudo, o produto de seu trabalho era suficiente apenas para pagar os juros das dívidas. A maioria dos moradores estava falida e suas propriedades prestes a serem confiscadas pelos credores. Conforme explica Lopez, no intuito de livrar-se da prisão, muitos fugiram para a Bahia e outros se esconderam nas matas do interior.¹⁵³

Desde a chegada de Nassau no Brasil holandês já se ouviam rumores de revolta por parte dos moradores de Pernambuco. Em setembro de 1642, o Conde já reconhecia a possibilidade de que luso-brasileiros, insatisfeitos com a realidade política, econômica e religiosa gerada pelas relações com os neerlandeses, organizassem um levante contra este domínio. Em ofício aos Estados Gerais o Conde alertava para a possibilidade do acontecimento futuro de uma revolta geral:

¹⁵¹ FRANÇOZO, 2009. pp. 100.

¹⁵² MELLO, 1968. pp. 251.

¹⁵³ LOPEZ, 2002. pp. 200.

Todos esses motivos, a que vem ainda juntar-se outras considerações, bastarão para levá-los a arriscar alguma nova tentativa, e apresentando-se a ocasião na fraqueza das nossas possessões nessas regiões, hão de fazer uma revolta geral. Além de que eles hão de achar-se bastante poderosos para por si mesmos tentar o socorro e assistência não lhes há de faltar do lado da Bahia. Vossas Altas Potências podem ter a certeza de que os habitantes portugueses no fundo do coração já estão dispostos a recorrerem a esta extremidade.¹⁵⁴

Foi no governo de Nassau que a monarquia portuguesa foi restaurada e, como já mencionado, com a ascensão de D. João IV ao trono português em 1640, Portugal e suas colônias se tornavam independentes de Castela, e os luso-brasileiros animavam-se com a expectativa de livrar-se também do domínio neerlandês. Eles esperavam, enfim, o apoio da Coroa lusitana para a definitiva expulsão da WIC. Nassau, em ofício aos Estados Gerais, reconhecia, na ascensão de D. João IV ao trono, uma oportunidade dos luso-brasileiros lutarem pelo fim do domínio neerlandês:

em nenhum momento a guerra as nossas possessões do Brasil estiveram mais em perigo do que agora, porque os portugueses apesar do juramento de fidelidade que prestaram ao nosso governo mostram-se extremamente altivos e orgulhosos por terem um dos seus como senhor e amo.¹⁵⁵

Conforme relata Nieuhof, ainda durante o governo de Nassau, a 13 de Maio de 1642, no tempo em que João Fernandes Vieira era escabino da cidade de Maurícia, o Grande Conselho neerlandês desconfiou de sua participação, juntamente com seu sogro Francisco Berenguer de Andrada, num planejamento de levante contra o domínio holandês. A desconfiança estava fundada na descoberta do envio de uma carta à coroa portuguesa, assinada por ambos, “pela qual informavam ao Rei de Portugal estarem bem abastecidos de homens, dinheiro e armamento para a restauração do domínio português no Brasil.” Diante da impossibilidade de comprovar essas informações, os neerlandeses decidiram reforçar a segurança do Brasil holandês.¹⁵⁶

Segundo a narrativa de Nieuhof, depois da partida de Nassau, o governo do Brasil holandês ficou sob a responsabilidade de um Conselho formado por três pessoas que

¹⁵⁴ *Op.cit.* pp. 194-195.

¹⁵⁵ Ofício do Conde Maurício de Nassau aos Estados Gerais, datado de Mauritsstad aos 24 de setembro de 1642, recebido a 12 de junho de 1643. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II. pp. 193.

¹⁵⁶ NIEUHOF, 1942. pp. 94.

possuíam poderes iguais. O primeiro assunto de que se ocupou este Conselho foi investigar sobre os rumores que corriam sobre uma possível conspiração dos luso-brasileiros contra o governo holandês. Porém nada de concreto conseguiram levantar, mas as notícias dessas conspirações chegavam constantemente ao conhecimento dos neerlandeses. Nieuhof afirma que, logo depois da partida de Nassau, houve uma segunda desconfiança de que João Fernandes Vieira e seu sogro, Francisco Berenguer, estivessem envolvidos em algum movimento conspiratório contra o governo holandês. Apesar das desconfianças, não haviam conseguido levantar provas que justificassem a prisão destes dois indivíduos nem motivos para desarmar a população dominada.¹⁵⁷

Em 1645, mesmo sem o apoio explícito da Coroa, os luso-brasileiros se organizaram num levante contra os neerlandeses, em que se destacaram as figuras dos senhores de engenho João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, Francisco Berenguer de Andrada, Bernardim de Carvalho, Antonio Cavalcanti, Francisco Barreto, o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão. A guerra prolongou-se por vários anos e o equilíbrio só foi rompido nas duas Batalhas de Guararapes (1648 e 1649), nas quais os luso-brasileiros saíram vitoriosos. Finalmente, devido a uma série de circunstâncias que giravam em torno da falta de recursos para dar continuidade à guerra, os holandeses capitularam em 26 de janeiro de 1654. Em 1661 reconheceram em tratado de paz a perda de seus domínios no Brasil.¹⁵⁸

RETORNO DE NASSAU AOS PAÍSES BAIXOS

Nassau foi dispensado de seus serviços prestados como governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês através de uma carta datada de 30 de setembro de 1643. Em 1º de outubro ele enviou uma circular às câmaras dos escabinos anunciando sua partida. No dia 7 do mesmo mês comunicou à metrópole que seu retorno somente aconteceria em abril ou maio de 1644, devido à falta de navios que partissem para os Países Baixos. Os moradores portugueses da cidade Maurícia logo ficaram sabendo da notícia e, de maneira a evitar a partida do Conde, manifestaram o desejo de que ele ficasse em um documento com abaixo assinado, pelo qual ofereciam dinheiro para arcar com as suas despesas e demais gastos com seu palácio:

¹⁵⁷ NIEUHOF, 1942. pp. 114.

¹⁵⁸ MELLO, 1968. pp.251.

e porque temos notícia que o principal motivo que tiveram os Senhores dos Dezenove para alcançarem dos Senhores Estados a demissão de sua Exelência requererem escusas os gastos que se fazem com sua Casa nos oferecemos a sustentá-lo do necessário, contribuindo das mais câmaras os moradores para este efeito como a cada um tocar e para que se alcance efeito nesta pretensão se deve eleger hum procurador que vá a Holanda requerer sobre esta matéria, e entretanto nos oferecemos a fazer o dito gasto a sua Excelência até vir resposta dos Senhores Estados (...)¹⁵⁹

Contudo, o Conde embarcou para os Países Baixos a 22 de maio de 1644 e depois de uma longa viagem de dois meses desembarcou em Textel, de onde seguiu para Haia, onde foi recebido pelos príncipes de Orange, pelos Estados Gerais e pela direção da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa.

Segundo Barleus, “achava-se prestes nas costas da Paraíba a frota que ia levar a Maurício para a pátria (...)” Ele narra o percurso do Conde do Recife à Paraíba no dia de sua partida. Segundo Balaeus, estavam presentes na despedida de Nassau membros do governo neerlandês, militares de terra e mar e civis que, prestando homenagem a ele, o salvavam com artilharia e descargas de mosquetaria. Segundo o escritor, a população local lamentou profundamente a partida de Nassau, muitos ficaram desconsolados e abatidos:

Abalaram-se as cidades e as vilas, as aldeias e os campos. Dos engenhos e casas havia confluído ingente multidão para significar o seu pesar pela partida daquele cujo governo equitativo haviam experimentado. Era de ver a turba de pobres, de ricos, de velhos e jovens, em bandos promíscuos, que ora lhe vinham ao encontro, ora o acompanhavam e logo o rodeavam, manifestando-lhe, com lágrimas e aclamações, a sua simpatia. O mesmo faziam diversos portugueses, nos quais se gravara assaz fundamente a lembrança da moderação e indulgência de Nassau para com eles. Não era de alegria, mas de tristeza toda esta cena, pois uns lhe desejavam felicidade, chamando-lhe pai, outros chamando-lhe senhor e protetor.¹⁶⁰

Barlaeus descreve o governo de Nassau no Brasil como “notável e brilhante” e afirma que o Conde deixou “incríveis saudades”, que foram aumentadas com a guerra que se seguiu depois de sua partida. Nieuhof também relata a despedida de Maurício de Nassau. Segundo ele, todo o povo e também personalidades de projeção do Recife e na cidade de Maurícia estavam presentes no embarque do Conde e formaram duas alas para a sua passagem. Ao

¹⁵⁹ Cópia de um documento pelo qual os moradores portugueses da cidade de Maurícia ofereciam dinheiro para as despesas de Maurício de Nassau, para que o mesmo não se ausentasse nem abandonasse o governo. Biblioteca Nacional. Acervo Manuscritos. Recife, 26 de janeiro de 1644.

¹⁶⁰ BARLEUS, 1974. pp. 328.

passar por elas Nassau ia se despedindo “com as mais eloquentes expressões de cortesia”. Conforme narra Nieuhof, Nassau parou várias vezes a sua caminhada para contemplar o palácio que havia mandado construir e que agora estava deixando e “enquanto isso, os seus corneteiros tocavam, contentes, *Wilhelmus van Nassau*”, isto é, a canção patriótica composta em homenagem a Guilherme de Orange, que posteriormente se tornaria o hino nacional dos Países Baixos.¹⁶¹

Ao retornar aos Países Baixos, Maurício de Nassau se dedicou a preparar um extenso relatório para entregar aos Estados Gerais sobre o período de seu governo no Brasil e de como estava a situação até a data de sua partida. Nele o Conde reclamava a falta de investimento dos seus superiores para a conservação do domínio das terras brasileiras e declarava que deixou o país em paz com os portugueses e com seus vizinhos, as tropas sujeitas à disciplina militar e os fortes e fortalezas em bom estado. Reclamava, contudo, da falta de soldados, de víveres e de munições de guerra e afirmava que havia “uma grande falta de tudo o que exigem sua boa defesa e conservação”.¹⁶² Também deixava claro que não se conformava com a possibilidade da perda dos territórios de domínio no Brasil por conta de má administração e, além disso, alertava que a perda do Brasil significava diretamente também a perda do reino de Angola e da ilha de São Tomé, o que realmente acabou acontecendo em 1648:

Seria imperdoável, tanto aos olhos do mundo presente quanto aos da posteridade se por uma administração má se perdesse uma conquista que, embora na verdade não pareça de grande importância no concernente ao seu produto anual, se mostrará de um valor que não é para se calcular de antemão, logo que a população tiver aumentado um pouco, uma conquista que pela natureza e pelas fortificações tornou-se tão forte que nada tem a recear da violência dos mais poderosos pontentados, e que, uma vez abandonada por necessidade ou escapa das mãos de V.A.P. não poderá mais ser recuperada por força alguma das armas.¹⁶³

Na luta pelo reconhecimento da independência da República das Províncias Unidas dos Países Baixos em relação à Castela, o Conde acreditava que o domínio das terras brasileiras tinha um importante papel, pois se tratava de um grande golpe contra este inimigo.

¹⁶¹ NIEUHOF, 1942. pp. 98.

¹⁶² Relatório apresentado aos Estados Gerais pelo Conde Maurício de Nassau, antigo governador do Brasil na sua volta à mãe-pátria. Lido a 12 de agosto de 1644. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II. pp. 217.

¹⁶³ Relatório do Conde Maurício de Nassau, governador do Brasil, desde 1636 até 1644, entregue aos Estados Gerais a 27 de Setembro de 1644 e lido na mesma data. In: Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva, ofícios do conde Maurício de Nassau. Biblioteca Nacional. Tomo II. pp. 257.

A estratégia do Conde era atacar os domínios espanhóis a partir do nordeste açucareiro, de onde poderiam incorporar ao Brasil holandês o Reino do Perú. Nassau alertava aos seus superiores que “Vossas altas potências possuem uma parte da América situada sob o melhor clima e de modo a poder atacar o inimigo comum da Cristandade por dois lados, e fazer-lhe a guerra no interior dos seus Estados das Índias Ocidentais (...)”¹⁶⁴ A guerra contra o rei de Castela e seus domínios, efetuada pela Companhia das Índias Ocidentais e Orientais holandesas, para Nassau, poderia significar “arrancar-lhe das mãos o cetro de ferro com que castiga toda a Europa”.¹⁶⁵

Ainda em 1644 Nassau reincorporou-se ao exército neerlandês e participou de uma campanha em Flandres. Sua carreira militar continuou em ascensão e ele foi nomeado tenente-geral da cavalaria e comandante da cidade de Wesel, uma praça forte do ducado de Kleef. Pleiteou outros cargos como o comando geral da cavalaria, porém não obteve êxito. Sua carreira militar prosseguiu nos Países Baixos onde, em 1647, foi designado como governador de Kleef, Mark e Ravensberg, cargos que acumulou com o comando de Wesel.

Ainda em 1647 o governo neerlandês convidou Nassau a regressar ao Brasil. Ele, porém, apresentou exigências que se mostraram inaceitáveis. Na conferência em que os Estados Gerais fizeram o convite, Nassau impôs como condição para a aceitação o governo do Brasil holandês a título vitalício; autonomia para tomar decisões sem aprovação da metrópole; que lhe fosse oferecido um exército de 12 mil homens, as forças navais necessárias e reforços periódicos; ordenado de 50 mil florins anuais, que deveria continuar a ser pago mesmo em caso de renúncia e, finalmente, 500 florins de ajuda de custo. Essas exigências inviabilizaram seu retorno ao Brasil.

Com sua carreira em plena ascensão, em 1653, Nassau obteve o título de príncipe do Sacro Império Romano Germânico pelo imperador Ferdinando III. Além disso, foi eleito grão-mestre do distrito brandemburguês da Ordem dos Cavaleiros de São João, futura Ordem de Malta, que era uma das três associações fundadas no tempo das Cruzadas. Passados dois anos, Nassau pleiteou o cargo de marechal do Exército dos Países Baixos, mas não obteve sucesso. Dez anos depois, em 1665, é nomeado marechal do Exército neerlandês pelo prazo de um ano, e em 1666 seu marechalato foi prorrogado por mais um ano. Em 1672, quando a França invadiu os Países Baixos, Nassau foi nomeado marechal em caráter definitivo. Sua carreira militar somente foi interrompida em 1676 devido ao seu estado de saúde, que o levou a pedir baixa do Exército neerlandês. Nassau retirou-se para Kleef, em uma residência em

¹⁶⁴ *Op. Cit.* pp. 259

¹⁶⁵ *Idem.* pp. 260.

Bergendal, onde faleceu em 20 de dezembro de 1679. Seus restos mortais foram levados para o panteão da família, em Siegen.¹⁶⁶

Para prosseguirmos na análise dos panegíricos patrocinados por Nassau, é preciso recuar à sua chegada aos Países Baixos. Naquela circunstância, ele se preocupou em fazer propaganda de seu governo no Brasil holandês. Para isso juntou documentos e informações referentes aos oito anos em que esteve em terras brasílicas e incumbiu a Gaspar Barleus de escrever sobre o tema. O intuito da elaboração da obra de Barlaeus, ao que parece, era promover a carreira militar do Conde e justificar suas ações, já que muitas delas haviam sido tomadas em contraposição às ordens da Companhia das Índias Ocidentais Holandesa. Nassau pretendia deixar para a posteridade a história de um vencedor e apresentar aos seus contemporâneos as intenções benevolentes das condutas adotadas durante sua estada no Brasil.

Como já dissemos, conforme Gonsalves de Mello em nota à edição de 1980 de *História dos feitos*, além da documentação oferecida pelo Conde, Barlaeus recebeu também informações de Gaspar Dias Ferreira, amigo pessoal de Nassau, que foi escabino do Brasil holandês. Conforme Evaldo Cabral de Mello, autor de uma extensa historiografia sobre o nordeste açucareiro e de uma recente biografia do Conde, intitulada *Nassau: governador do Brasil holandês*, Barlaeus era amigo de amigos de João Maurício, como por exemplo, Guilherme Piso, e já havia escrito poesias em louvor de personalidades e acontecimentos como Frederico Henrique, Arciszewski e a conquista de Olinda. A elaboração de *História dos feitos* teria surgido a partir de um encontro entre ele e Nassau em setembro de 1644, por intermédio de Piso. Todavia, Mello não faz referência a onde e como teria sido esse encontro.¹⁶⁷ A obra de Barleus foi concluída no início do ano de 1646 e publicada em 1647, como já vimos, e os custos de sua publicação ficaram a cargo do Conde. Depois de impressa Nassau teria presenteado várias personalidades neerlandesas e europeias com seus exemplares luxuosamente encadernados.

Maurício de Nassau não restringiu a prática do mecenato patrocinando apenas o escrito de Barlaeus. Ele também financiou a tradução da obra para o alemão, em 1659, e custeou a sua reedição em 1660, na cidade de Cleves, na Alemanha.¹⁶⁸ Além disso, patrocinou uma obra de autoria de Franciscus Plante (1613-1690), capelão que o acompanhou durante os oito anos de seu governo no Brasil. Plante elaborou um longo poema homenageando Nassau

¹⁶⁶ MELLO, 2006. pp. 238.

¹⁶⁷ MELLO, 2006. pp. 214.

¹⁶⁸ MELLO, 2006. pp. 215.

por seus feitos militares, as *Mauriciadas*, que foi escrito em latim e publicado em 1647, mesmo ano da publicação do relato de Barlaeus. Composto por duas partes e de seis cantos, o poema trata das atividades bélicas da Companhia das Índias Ocidentais e louvam a pessoa de Nassau. Contudo, conforme explica Mello, na época de sua publicação o escrito recebeu duras críticas de seus contemporâneos e historiadores da literatura neerlandesa.¹⁶⁹

Nassau financiou outra obra literária intitulada *Historia Naturalis Brasiliae*. Redigida por Piso e Marcgraf, foi publicada em 1648 por Elsevier, em Amsterdam. O escrito foi elaborado a partir das pesquisas realizadas pelos estudiosos no tempo em que permaneceram no Brasil. Nela os autores abordam diversos aspectos da região de domínio neerlandês, tais como escravidão, índios, natureza, doenças tropicais, flora e fauna. A obra possui um inventário de aproximadamente trezentas plantas e trezentos e sessenta e sete animais. Ela obteve destaque na época em que foi publicada devido à sua riqueza e diversidade iconográfica.

As obras encomendadas por Nassau, sobretudo a de Gaspar Barlaeus e a de Johan Nieuhof, que tratam do seu governo no Brasil holandês, não vieram à existência por acaso. Elas não surgiram repentinamente nos planos de Nassau. São frutos das experiências pessoais que ele teve ao longo da vida. O conde nasceu no seio de uma família nobre e influente, pertenceu à nobreza protestante e recebeu uma educação distinta, conforme o grupo social a que pertencia. Além disso, teve uma carreira militar promissora, que o levou a ser governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês. O investimento dispensado por ele na produção de obras literárias tinha origem no contato que teve com as artes e com a cultura desde sua infância. A atividade de encomendar relatos panegíricos fazia parte da “alta sociedade” a que ele pertencia.

A prática do mecenato não foi exercida por ele somente depois de seu retorno aos Países Baixos, como já sugerimos, ocasião em que encomendou obras literárias que divulgassem seus feitos e que discorressem sobre aspectos diversos do Brasil holandês. Em terras brasílicas ele já promovia a cultura através da organização de sua coleção de curiosidades e do incentivo de produção de obras de artes e outros materiais científicos realizados pelos estudiosos de sua comitiva. Contudo, é preciso ressaltar mais uma vez que as obras de Barlaeus e Nieuhof se distinguem dos outros tipos de produtos oriundos do mecenato de Nassau. Elas tinham o intuito de divulgar os feitos do conde como governador

¹⁶⁹ MELLO, 2006. pp. 217.

do Brasil holandês e, sobretudo, *História dos Feitos* tinha a finalidade de elogiar e tecer louvores ao Conde, aspecto que constituía a essência do discurso panegírico.

DOS LOUVORES

A obra de Barleus, *História dos feitos recentemente praticados*, como todo escrito panegírico, tinha o intuito de exaltar e tecer louvores a seu patrocinador. Nela o escritor destaca as realizações do Conde, elogia suas atitudes que repercutiram em vitórias e tece explicações para as derrotas sofridas por ele. Os feitos de Nassau são descritos com louvor, suas decisões e atitudes são destacadas sob uma aura de glória. No entanto, a narrativa de Barlaeus se distingue, ainda, pelos artifícios literários utilizados para retratar Nassau. Este panegirista une em sua obra o tom panegírico ao universo religioso, visando construir uma imagem exaltada de Nassau. Segundo sua narrativa, o Conde era, ao mesmo tempo, o defensor da pátria neerlandesa e da religião protestante, tendo Deus e as autoridades neerlandesas a seu favor. Como estratégia, ele agrega elementos simbólicos à pessoa de Nassau.

Barlaeus defende que Nassau tomou armas em favor da religião reformada, da pátria e da Igreja, da salvação dos homens e do comércio. Foi o Conde um grande administrador e, para quem dissesse o contrário, ele afirmava: “Quem disser que Nassau não administrou e governou com prudência o Brasil, compare o que se fez antes dele e o que acontece depois”. Ao cunho panegírico Barlaeus une o universo religioso: aos elogios une, pois, a crença. Segundo ele, Nassau governou firmado nas bases protestantes: “Fizeste fora da Pátria o que antes nela praticaste: tomaste armas em favor da Religião, da Pátria e da Igreja, da salvação dos homens e dos interesses do comércio, assim procedendo numa e noutra parte, para a glória das Províncias Unidas.”¹⁷⁰

Segundo Barlaeus, durante todo o tempo em que Nassau esteve no Brasil ele foi um exemplo aos soldados, foi bravo e prudente. Socialmente era também digno de ser copiado: “Ninguém mais civil do que ele nos deveres sociais, na conversação, no traje e no andar. E por outro lado inacessível às lisonjas, odiava os semblantes mascarados, amando somente a sinceridade e a inteireza”. No que se refere às suas relações com seus superiores, Barlaeus afirma que o Conde “obedeceu-lhes aos diretores, quando aconselhavam as melhores medidas, mas com tal circunspeção que as vezes tomava a liberdade de modificar e diferir as instruções, se assim o persuadia a utilidade da República ou a necessidade (...)”¹⁷¹ No campo

¹⁷⁰ BARLAEUS, 1974. p. X.

¹⁷¹ BARLAEUS, 1974. pp. 345.

religioso Nassau “era um severo observante do culto religioso, mas sem ostentação.” Ele teria sido benevolente com todos, pois governava com polidez, mansidão e equidade e todos o louvavam e tinham simpatia por ele “na diversidade das crenças, conquanto professava publicamente a sua, isto é, a verdadeira, manteve-se equitativo em relação às outras (...)”.¹⁷²

Conforme o relato de Barlaeus, Nassau tomou outras medidas no que se referia à organização do Brasil neerlandês no início de seu governo. Segundo o relato, o Conde dividiu todos os moradores em companhias, arrendou os impostos, restringiu os “desregramentos” acerca dos casamentos, isto é, estabeleceu as leis matrimoniais conforme as vigentes nos Países Baixos, obrigando a respeitar os graus de consanguinidade e a realização da celebração dos casamentos conforme o protestantismo e não como os católicos romanos. Quanto aos judeus, deu licença para que guardassem o sábado, mas também os obrigava a guardar o domingo. Mandou organizar cartilhas para a evangelização indígena, reprimiu o jogo e mandou reconstruir Olinda. Portanto, Nassau instituiu regras para os moradores e também para os neerlandeses conforme a doutrina protestante. Segundo Barlaeus, Nassau banuiu os prazeres, o ócio e a libidinagem, reergueu o que estava destruído e corrigiu o que estava viciado, restabelecendo a reverência da religião calvinista:

a justiça, a equidade, a moderação quase enterradas no país, foram restituídas às cidades, vilas e aldeias. Restaurou-se a reverência à religião, o respeito ao Conselho, o horror dos julgamentos e o vigor das leis. (...) Maurício com que reuniu num só corpo nações diversas – holandeses, lusitanos e brasileiros –, lançou para o império que surgia sólidos fundamentos de progresso.¹⁷³

Joan Nieuhof também corrobora em seu relato com a imagem de Nassau transmitida por Barlaeus: a de bom e exemplar governador. Nos apontamentos que fez durante os nove anos que esteve no Brasil holandês, traz informações sobre o governo de Maurício de Nassau e sobre a partida do Conde para os Países Baixos e os acontecimentos posteriores, inclusive, sobre a Insurreição Pernambucana. Nieuhof era agente comercial da Companhia das Índias Ocidentais e redigiu sua obra como um relato de viagem. Em seus escritos ele não utiliza o mesmo repertório de louvores e engrandecimento ao Conde que Barlaeus. Seu texto é muito mais objetivo, no sentido de narrar os acontecimentos e, ao falar de Nassau, os elogios são bem menos acentuados. Contudo, Nassau conseguiu obter seu objetivo através do incentivo

¹⁷² Idem. pp. 347.

¹⁷³ BARLAEUS, 1974. pp. 50.

destes relatos. A obra de Barlaeus ficou conhecida por seus contemporâneos e a sua publicação despertou a curiosidade de bibliófilos por todo o mundo. O relato de Nieuhof, embora só tenha sido publicado após a morte de Nassau, recebeu tradução do holandês para o inglês e foi reeditada várias vezes em diferentes coleções de viagens, ou seja, colaborou para a divulgação de uma imagem gloriosa do Conde para a posteridade. Nassau, que havia nascido em família nobre, manteve-se como um estabelecido por oposição aos *outsiders*.¹⁷⁴ Sua experiência no governo do Brasil holandês foi reconhecida e sua carreira militar até a sua morte esteve em permanente ascensão.

A divulgação da boa imagem de Nassau não contou apenas com as produções de Barlaeus e Nieuhof. Frei Manuel Calado também contribuiu nesse sentido, provavelmente não com este propósito. No entanto, ao narrar as características pessoais do Conde, destacou que este era “benigno de natureza”.¹⁷⁵ O frei também descreveu que por duas vezes Nassau o convidou para que constituísse residência dentro dos domínios holandeses. O primeiro convite se deu na ocasião em que Calado o conheceu pessoalmente. Mas o frei não aceitou sob justificativa de que precisava continuar realizando missas, administrando sacramentos e atendendo o povo. O segundo convite aconteceu quando religiosos estavam sendo desterrados pelos holandeses sem o consentimento do Conde. Frei Manuel também teria sido banido dos domínios holandeses “senão fora o Príncipe, o qual se pôs por sua parte”. Além desta proteção, também foi convidado para habitar na cidade Maurícia. A proposta do Conde era atrativa e foi aceita por Calado, pois prometia que ali teria a oportunidade de pregar missas, ainda que de portas fechadas.¹⁷⁶ O que teria originado essa relação amistosa entre ambos seria a atitude tomada pela “nobreza da terra” pernambucana – senhores de engenho, proprietários de terras e escravos¹⁷⁷ – que em nome dos moradores da América setentrional teriam ido até a presença do Conde solicitar permissão para assistir as missas oficializadas por Calado.

A imagem bondosa de Nassau foi transmitida por esses relatos e atravessou séculos. Prova disso é a reedição de *História dos feitos recentemente praticados*, de 1980, que surgiu em comemoração do tricentenário de seu falecimento, a partir de iniciativas que visaram homenagear o Conde por sua administração e pelo desenvolvimento do primeiro planejamento urbano da cidade do Recife, como vimos no capítulo precedente. Ademais, devemos ressaltar que não somente as obras patrocinadas por Nassau receberam edição

¹⁷⁴ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

¹⁷⁵ CALADO, 1978. pp. 92.

¹⁷⁶ CALADO, 1978. pp. 99.

¹⁷⁷ Ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

comemorativa. O *Castrioto Lusitano*, como vimos, foi encomendado por João Fernandes Vieira. Contudo, ganhou uma reedição em 1979 por iniciativa da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em comemoração ao tricentésimo aniversário da morte do Conde Maurício de Nassau. Ou seja, a imagem elaborada em torno da figura de João Maurício de Nassau como bom e exemplar governador persistiu por muito tempo, ultrapassando o século XX e chegando aos nossos dias. Sob esta perspectiva, pode-se afirmar que seus relatos panegíricos valeram cada centavo retirado de seus cabedais.

As obras dedicadas ou apresentadas a Nassau incluem-se no padrão de encomenda de obras literárias do Antigo Regime, visto que a prática do mecenato era sinal de prestígio exclusivo à nobreza. Seu teor panegírico é rico em elementos que engrandecem e elogiam o Conde. O elogio é unido ao universo religioso, como se a Providência Divina estivesse a favor de Nassau, sustentando suas decisões e atitudes. *História dos Feitos recentemente praticados* e *Memorável viagem marítima e terrestre* são exemplos clássicos deste padrão, pois o Conde era membro da nobreza e, portanto, estabelecido na América. Nassau deveria dar continuidade à sua carreira militar depois de seu governo no Brasil e precisava zelar por ela. Seus feitos como governador, capitão e almirante-general do Brasil holandês precisavam tornar-se memoráveis; daí a importância da aura exaltada que cobre literariamente sua figura. Por outro lado, ele tinha seus adversários de quem precisava defender-se e, ao mesmo tempo, afastar qualquer acusação que inferiorizasse suas realizações no desempenho de suas funções no Brasil. Ou seja, o Conde precisava preservar sua imagem diante de seus superiores, por isso a necessidade de encomendar a obra de Barlaeus e revisar a de Joan Nieuhof.

3.3 João Fernandes Vieira: patronato e ascensão social

Apesar de a prática do patronato ser privilégio da nobreza, conforme o padrão vigente no Antigo Regime, três relatos panegíricos, já mencionados, foram encomendados por João Fernandes Vieira durante a guerra luso-neerlandesa no Brasil. Este patrocinador era um migrante madeirense oriundo dos estratos baixos da sociedade portuguesa e combateu em favor da definitiva expulsão dos neerlandeses dos territórios do Brasil. Vieira procurou reproduzir a prática do mecenato, tão cara à nobreza, encomendando escritos que relatassem

seus feitos com louvor. Era, pois, um *outsider* tentando buscar as bases de inserção no mundo dos estabelecidos – o qual era reservado à nobreza de nascimento.¹⁷⁸

As obras escritas sob sua supervisão também foram objeto de dedicatória. O *Castrioto Lusitano*, por exemplo, foi dedicado a Vieira por Frei Rafael de Jesus. Para receber a aprovação, Frei Rafael submeteu seus escritos ao patrono, para que fossem revisados por ele. A dedicatória de Frei Rafael data de 22 de outubro de 1676, e foi escrita na cidade de Braga:

Os olhos de Vossa Senhoria buscam neste volume meu escrúpulo; nele achará espelho em que seja retratado, e todos neste espelho poderão ver o retrato de Vossa Senhoria, se em tudo se conformar com o original. Basta a dessemelhança de uma cor para destruir o parecer de uma imagem; e porque nesta não falte o menor acidente, o remeto ao exame de Vossa Senhoria, para que com sua emenda, ou com sua aprovação fique a certeza sem dúvida, e se leia esta história sem escrúpulo, certo o leitor que vê o que Vossa Senhoria e na verdadeira representação do que tem sido.¹⁷⁹

Contudo, o *Castrioto Lusitano* foi também dedicado ao Príncipe Dom Pedro, regente da monarquia lusitana, pelo próprio João Fernandes Vieira. Como relatado anteriormente, era usual que não somente os autores, mas também mecenas como Vieira, tradutores, livreiros ou outros indivíduos utilizassem a prática da dedicatória para determinados fins. A dedicatória de Vieira ao príncipe tinha o intuito de solicitar o recebimento de mercês e benefícios devido aos seus serviços prestados na luta contra o domínio neerlandês no Brasil:

Senhor,
Ao sol, que lhe preside, devem os astros todo o ser de seu luzimento; a Vossa Alteza, que nos governa, se hão de atribuir todos os progressos de seus vassallos. Com esta dívida ofereço a seus reais pés a memória do que em seu serviço obrou minha possibilidade, para que se restituam os efeitos a quem se devem os influxos. Aquelas águas que os rios levam ao mar não é serviço, é restituição.¹⁸⁰

Frei Manuel Calado, Diogo Lopes Santiago e Frei Rafael de Jesus traçam a trajetória de Vieira em seus relatos, cada um a sua maneira. Todavia, existem pontos obscuros sobre a origem e a vida de João Fernandes Vieira que necessitam ser explorados, para que possamos compreender com qual objetivo ele encomendou relatos panegíricos que tratassem de sua

¹⁷⁸ ELIAS e SCOTSON, 2000. pp. 05.

¹⁷⁹ JESUS, 1979. pp. XIV.

¹⁸⁰ JESUS, 1979. pp. XI.

pessoa. Segundo Gonsalves de Mello, que escreveu uma biografia sobre Vieira ¹⁸¹, ele era oriundo de família pobre, trabalhou em Pernambuco inicialmente como assalariado e, mais tarde, como auxiliar de um marchante. Seu enriquecimento se deu ao longo da guerra e tornou-se, finalmente, proprietário de mais de dezesseis engenhos. ¹⁸² Essa perspectiva nos leva a entender que Vieira era mesmo oriundo dos estratos inferiores da sociedade portuguesa e desde cedo desejou mudar sua realidade. Migrar para o Brasil parece ter sido o meio escolhido por ele para se envolver em atividades que lhe promovessem a ascensão social e construir relacionamentos sociais que o levassem a nobilitar-se, num lugar onde era um desconhecido.

Conforme apontam estes escritores, João Fernandes Vieira nasceu na Ilha da Madeira por volta do ano de 1613. ¹⁸³ Santiago afirma que Vieira nasceu filho de pais nobres na cidade de Funchal, onde foi criado e passou os primeiros anos de vida, sendo doutrinado nas primeiras letras e costumes conforme a qualidade de sua pessoa:

João Fernandes Vieira, impulsor e executor da liberdade nas capitanias de Pernambuco, que com muita razão devem render as graças e estimar em muito; cidade donde se lhes originou tanto bem, que, posto que ele era já quase natural a patricio de Pernambuco, havia tantos anos, desde sua puerícia, morador dele, contudo a cidade do Funchal nesta ilha da Madeira, foi onde nasceu de nobres pais, e doutrinado conforme a qualidade de sua pessoa (...) ¹⁸⁴

Frei Calado, que escreve a biografia de Vieira em forma de verso, assegura que Vieira teria nascido na ilha da Madeira em berço nobre: “Uma Cidade ilustre, edificada (...) chama-se Cidade do Funchal, Ilha, e Cidade, a El-Rei sempre leal. Nesta Cidade, e Ilha foi criado, de nobre, ilustre, e grave pai nascido”. ¹⁸⁵ Contudo, ainda em verso o escritor relata que Vieira tinha origem pobre e que havia fugido de seus pais e emigrado para Pernambuco, onde teria trabalhado em troca de alimento:

A Pernambuco chega humilde e pobre
(Porque quem foge aos pais tem mil desgraças)
Porém como seu sangue é sangue nobre,

¹⁸¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade de Recife, 1956.

¹⁸² MELLO, 1956. pp. 23-25.

¹⁸³ SANTIAGO, 2004. pp. 178.

¹⁸⁴ SANTIAGO, 2004. pp. 176.

¹⁸⁵ CALADO, 1987. pp. 225.

Para passar a vida busca traças;
 Considera o ouro, a prata, o cobre,
 É o que mais se estima pelas praças,
 É assim para buscar a honesta vida,
 Serve a um mercador por comida.¹⁸⁶

A suspensão da divulgação do relato de Calado que ocorreu devido sua inclusão no *Index* certamente motivou Vieira a encomendar outros relatos sobre sua pessoa. A interdição ocorreu provavelmente, como já dissemos, devido a críticas que seu autor fez a outros religiosos católicos nesta obra. Outro ponto que certamente contribuiu para que Vieira investisse na prática do mecenato foi o fato de Calado não narrar a guerra de restauração de Pernambuco completamente, sendo que esse assunto era extremamente importante para a construção da imagem gloriosa e vitoriosa do patrono. Sua narrativa segue apenas até meados de julho de 1646, início da guerra de restauração. Frei Calado certamente tinha o objetivo de escrever uma segunda parte de seu relato, na qual enfatizaria a restauração de Pernambuco. O frei afirmava que pretendia “chegar com brevidade a tratar da restauração de Pernambuco, que é o que pretendo fazer neste tratado”.¹⁸⁷ Ademais, na última página do seu escrito que foi publicado, ele diz:

e com isto se põe remate a esta primeira parte da empresa da liberdade; permitirá Deus que a segunda seja com maior gosto, e com a cabal restauração de Pernambuco, se alegrem de se verem livres, para servirem, sem estorvos a Deus nosso Senhor, e aos Santos, e à Sua Real Majestade, como bons, e leais vassallos.¹⁸⁸

Calado ainda conclui com uma última frase: “todo o escrito nesta primeira parte do valeroso Lucideno, sujeita o autor à correção da Santa Madre Igreja Romana, como obediente filho seu”. Esta declaração nos leva a crer que ele pretendia redigir uma espécie de segundo volume para *O valeroso Lucideno*. Contudo, a realização deste plano provavelmente foi interrompida com a sua ida a Lisboa em julho de 1646, quando apresenta o manuscrito à coroa portuguesa para obter apoio aos luso-brasileiros em favor da Insurreição Pernambucana. Outro impedimento para a realização deste intento pode ter sido a sua morte em julho de 1654, mesmo ano da capitulação neerlandesa na Campina do Taborda. Com a suspensão do

¹⁸⁶ CALADO, 1987. pp. 226.

¹⁸⁷ CALADO, 1987. pp. 83.

¹⁸⁸ CALADO, 1987. pp. 246. Vol. 2.

relato de Calado, só restava a João Fernandes Vieira recorrer mais uma vez à prática do mecenato e financiar outros escritos panegíricos que ressaltassem sua participação na guerra contra o holandês e que construíssem em torno dele uma aura gloriosa.

Como se sabe, Vieira nasceu na Ilha da Madeira provavelmente no ano de 1613. Sabe-se também que ele migrou para as terras brasílicas. Mas o motivo pelo qual teria migrado é outro ponto de sua vida não esclarecido por seus panegiristas. Os três escritores sugerem que Vieira teria imigrado para a Capitania de Pernambuco ainda criança, por volta do ano de 1624, com apenas 11 ou 12 anos de idade. Contudo, não entram num consenso no que se refere à explicação dos motivos que o levaram a imigrar.

Frei Rafael de Jesus dá a entender que ele teria sido “predestinado” a sair da Ilha da Madeira e a se fixar em Pernambuco para promover a guerra contra os inimigos holandeses. Sem maiores explicações, afirma que Vieira teria partido da cidade de Funchal ao entender que o Brasil era a maior região da América:

Resolveu a passar às partes do Brasil, porção grande da América; e seria todo o motivo da eleição o ter entendido, que é a América a maior ente as quatro partes do mundo. Sem dilação, nem embaraço executou o que resolveu. (...) Pôs-se a ocasião da parte do desejo, e se embarcou no ano de 1624, levando em si mesmo o melhor de seu cabedal.¹⁸⁹

Por outro lado, Santiago afirma que para alcançar grandes coisas na vida era necessário que Vieira peregrinasse igualmente como fizeram o patriarca Abraão e seu neto Jacó, e grandes homens da história, como Ulisses e Enéas:

Contudo, como diz a verdade: *Nemo propheta in patria sua* quis imitar a muitos ilustres varões que peregrinaram, deixando a pátria, por muitas terras para virem a alcançar coisas grandiosas e magníficas, como das divinas e humanas letras consta.¹⁹⁰

Diante dessas afirmações, notamos que escapa a estes panegiristas a capacidade de fornecer informações idênticas e precisas a respeito deste ponto tão importante da vida de seu patrono.

¹⁸⁹ JESUS, 1979. pp. 04.

¹⁹⁰ SANTIAGO, 2004. pp. 177.

Conforme Gonsalves de Mello, ao chegar ao Brasil, Vieira passou a se relacionar com os neerlandeses, trabalhando inicialmente como auxiliar de um mercador de gado para açougue. Mais tarde, conviveu e trabalhou para o Conselheiro Político Jacob Stachouwer, sendo seu empregado e feitor de seus engenhos. Vieira utilizou-se desse relacionamento para enriquecer. Quando Stachouwer regressou à Holanda, tornou-se seu procurador e passou a administrar três engenhos adquiridos a crédito por seu patrão em sociedade com Nicolaes de Ridder. Posteriormente, Vieira contraiu dívidas e adquiriu para si estes engenhos. Através dessa relação tornou-se pessoa de confiança do governo neerlandês e seu colaborador, servindo de intermediário na compra de açúcar para a Companhia. Em 1641, foi elevado ao cargo de escabino de Maurícia, e exerceu tal atividade de julho de 1641 até o ano de 1643.¹⁹¹

Mas a trajetória de vida de Vieira nem sempre esteve relacionada aos neerlandeses. Entre o ano de 1641 e início de 1642, passou a fazer parte do principal núcleo de reação contra os holandeses, o dos senhores de engenho e lavradores da Várzea do Capibaribe, no qual atuava Francisco Berenguer de Andrada. Em 1643 casou-se com a filha de Berenguer e de Joana de Albuquerque, Dona Maria César. Por esta via, ligou-se a uma família nobre e prestigiada de Pernambuco. Ou seja, durante a guerra, Vieira sustentou simultaneamente relacionamentos tanto com os neerlandeses quanto com os luso-brasileiros, seus antagonistas. Cultivava principalmente relações com as pessoas mais prestigiadas da região, certamente como parte de sua estratégia de ascensão social.

Contudo, o objetivo final de Vieira ao encomendar estes escritos era viabilizar a obtenção de mercês, benesses e prestígios junto à coroa portuguesa. Seu desejo era elevar seu status entre os pernambucanos e ser reconhecido entre eles, bem como obter cargos de prestígio em escala imperial em que, então, processava-se o desenvolvimento de uma economia política de privilégios.¹⁹² Os relatos panegíricos que solicitou podem ser incluídos dentro do padrão de encomenda do Antigo Regime, pois visavam construir em torno dele uma aura carregada de glória, vinculando-a à sua atuação na guerra contra o holandês e também demonstrar à coroa portuguesa a necessidade e os benefícios da expulsão destes inimigos das

¹⁹¹ MELLO, 1956. pp.50.

¹⁹² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 287.

terras brasílicas. Contudo, a participação em tal empresa tinha preço: graças, honras e privilégios em forma de cargos honoríficos.¹⁹³

O envolvimento e participação de Vieira na Guerra do Açúcar são relatados por seus panegiristas. Frei Calado assegura que seu patrono teria sido instruído desde a infância na fé católica e na arte das armas, tal como se fosse vocacionado para a guerra: “Na fé de Cristo, e em armas instruído: nisto ocupava o tempo, e o cuidado, dos pueris impulsos retraídos”.¹⁹⁴ O levante contra os holandeses é explicado por ele como atitude tomada primeiramente por João Fernandes Vieira em resposta às crueldades e tiranias que vinham sendo feitas aos moradores de Pernambuco pelos holandeses:

(...) o que visto por João Fernandes e, considerando o miserável estado dos moradores da terra, e que para atalhar a tantas, e tão atrozes crueldades, e tiranias, não havia outro remédio senão tomar as armas e vender as vidas (que só restavam por tiranizar) por preço de sangue derramado, e por força de braço; começou a deitar suas traças, e maquinar com o pensamento caminhos para poder sair a seguro porto, com o efeito de sua determinação e honrado propósito, digno de um generoso peito, e para isto foi adquirindo a si todas as armas que pôde (...)¹⁹⁵

Assim, seus cronistas colocam Vieira na posição de aclamador e organizador do levante contra os neerlandeses. Por outro lado, uma das estratégias retóricas utilizadas pelos três panegiristas foi unir o tom panegírico, ou seja, o elogio a Vieira, a elementos simbólicos de caráter religioso. Por isso, Vieira aparece como protetor da pátria lusitana e, ao mesmo tempo, como defensor do catolicismo. Podemos ver como exemplo disso o relato de Frei Rafael de Jesus. Segundo ele, Vieira teve a clareza do momento e da oportunidade em que deveria declarar-se contrário ao domínio ao qual estavam submetidos e, assim, persuadiu seus contemporâneos a pegar em armas para se libertarem do domínio dos hereges holandeses:

Como Castrioto entre os Turcos insolentes, se houve João Fernandes Vieira entre os hereges dominantes. Com ânimo católico sofreram muitos anos a opressão e tirania por não perderem a possibilidade de favorecer aos fiéis. Deu o tempo aviso a João

¹⁹³ Ver: RODRIGUES, Michelle de Araujo Schampovski. Relatos panegíricos como perspectiva de ascensão social no Antigo Regime. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Perspectivas historiográficas*. Campinas: Pontes Editores, 2010.

¹⁹⁴ CALADO, 1987. pp. 225.

¹⁹⁵ CALADO, 1987. pp. 231.

Fernandes Vieira de que sua estimação o fazia suspeito ao holandês, como deu ao Epirense, de que seu valor o fazia suspeito ao turco. A um e outro serviu o perigo de oportunidade para se declararem contrários ao império que os dominava; e persuadirem aos naturais mais confidentes a que pegassem nas armas em benefício de sua liberdade.¹⁹⁶

Portanto, conforme a estratégia de elaboração de seus discursos, os panegiristas de Vieira defendem que ele era o defensor da pátria e da Igreja. Para forjar tal ideia, esses escritores entram em consenso. Santiago se refere a ele como “governador da liberdade”, Frei Calado o descreve como “Governador da liberdade divina” e Frei Rafael de Jesus o define como “governador das armas na empresa da liberdade dos moradores de Pernambuco”.¹⁹⁷ Como essência do discurso panegírico, Frei Rafael de Jesus não poupa elogios a seu patrono e o exalta como um vencedor que enfrentou todas as dificuldades para derrotar o inimigo. Ele o teria vencido devido a sua grande capacidade e valor:

Foi este o grande João Fernandes Vieira, varão maior que seu nome. Neste herói competirão a capacidade e o valor, obrando a força o que delineava o pensamento; e seu cabedal tudo quanto lhe propôs o desejo. Necessitava de aprestos, pedia-os a sua fazenda; faltavam lhe soldados, fazia-os sua prática; desejava leões, criava-os seu exemplo; pretendia vitória, dava lhes a fortuna. Saiu à campanha acompanhado de si mesmo, e saiu com o que intentava. Não houve ocasião em que o vencesse o poder: em todas desprezou o perigo; em muitas socorreu a falta; em algumas atalhou os infortúnios.¹⁹⁸

Nesses relatos os holandeses aparecem como inimigos políticos e religiosos, que oprimiam os luso-brasileiros que permaneceram na região de seus domínios. Santiago pressupõe que João Fernandes Vieira seria o primeiro aclamador e governador das guerras e que libertou Pernambuco dos “hereges apóstatas, inimigos mortais dos católicos romanos...”.¹⁹⁹ Ainda segundo este panegirista, o levante teria iniciado no dia 13 de junho de 1645, dia do padroeiro Santo Antônio:

¹⁹⁶ JESUS, 1979. pp. 22.

¹⁹⁷ JESUS, 1979. pp. 256.

¹⁹⁸ JESUS, 1979. pp. 603.

¹⁹⁹ SANTIAGO, 2004. pp.12.

Resolveram-se os moradores na era de 1645, no dia do padroeiro Santo Antônio, 13 de junho, de tomarem armas, que as mais delas foram paus tostados e facões, e se puseram em campanha descoberta a defender-se do maior poder que os holandeses tinham, largando suas casas, famílias e fazendas ao desamparo, não reparando nas vidas que facilmente foram largando, e o tiveram por mais fácil que não sofrer o que padeciam (...)²⁰⁰

Porém, conforme Gonsalves de Mello, é impossível definir com exatidão quando surgiu a ideia de insurreição e quem foi o idealizador e autor deste plano.²⁰¹

Milagres envolvendo a pessoa de Vieira aparecem nesses escritos como estratégia de atribuir a ele o papel de protetor da Igreja contra os hereges no nordeste açucareiro. Frei Calado, por exemplo, descreve um milagre, decorrido de uma revelação, que ocorreu durante uma batalha, em 1645. Nela os luso-brasileiros lutaram contra os neerlandeses em menor número de soldados e também com menor quantidade de munição e, mesmo assim, venceram. Esta vitória, segundo Calado, devia-se ao fato da ocorrência de um verdadeiro milagre visto tanto por soldados lusos-brasileiros, como neerlandeses. Durante a batalha teria aparecido uma mulher muito formosa, vestida de branco e azul, com um menino nos braços, que seria a Virgem Maria, e junto a ela aparecia um velho vestido com um hábito de ermitão, que seria Santo Antão, e ambos davam armas, pólvora e balas aos soldados. Além disso, ambos transmitiram uma luz tão forte que ofuscou os olhos do inimigo, que bateu em retirada. Segundo Calado, a Virgem Maria teria demonstrado com esta aparição que queria ajudar os luso-brasileiros a se vingarem dos hereges e a castigar os inimigos da fé por terem quebrado as suas imagens e as de Cristo.

Frei Calado descreve em seu relato a destruição de igrejas e imagens cometidas pelos neerlandeses durante o período que estavam dominando a América setentrional.²⁰² Através da sua narrativa é possível verificar que as guerras do açúcar eram também guerras religiosas:

(...) entravam por as Igrejas, depois de roubarem os ricos e custosos ornamentos, e fazerem em tiras muitos deles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, e da

²⁰⁰ SANTIAGO, 2004. pp. 593.

²⁰¹ MELLO, 1956. pp. 129.

²⁰² Ver: RODRIGUES, Michelle de Araujo Schampovski. *Religião e patronato: relatos católicos e calvinistas no tempo da Guerra do Açúcar (1630-1654)*. In: SALES, Jean R. FREITAG, Liliane. STANCZYK FILHO, Milton. (Orgs.). *Religião: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010. Ver também: RODRIGUES, Michelle de Araujo Schampovski. *Guerra e religião no Nordeste Açucareiro (1630-1654)*. 49f. Monografia de conclusão de curso em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2006.

Virgem Maria, e dos outros Santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem, e desaforo, como que com isto lhe parecesse que extinguiriam a fé Católica Romana.²⁰³

Por outro lado, Barlaeus afirmava que a destruição dos templos e das casas na cidade de Olinda, levadas a efeito no início da ocupação holandesa, não se tratava de profanação, pois todo lugar era considerado sagrado para adorar a Deus, e o que os neerlandeses pretendiam era realizar uma mudança de religião:

As casas, os conventos e as igrejas, derribados, não pelo furor da guerra, mas de propósito, lagrimavam com a própria ruína. Não parecia sacrilégio aos nossos essa demolição, como o foram furores dos foces contra o templo de Delfos, mas uma mudança de religião, admirando-se embora os bárbaros e os papistas de que admitissem tais profanações espíritos cultivados, instruídos nas normas mais elevadas e tão persuadidos do culto divino. Os holandeses, ao contrário, convencidos de que todo o lugar é igualmente sagrado e idôneo para se adorar a Deus, julgavam que não cometiam nenhuma impiedade, mas praticavam um ato de inteligência, desejando dar maior segurança à nova cidade e ao seu culto. Não queriam injuriar a Deus, (para longe tal cousa), mas sim que fosse adorado de modo mais seguro e proveitoso.²⁰⁴

Ora, Barlaeus admite que muitas atrocidades foram cometidas pelos neerlandeses contra os católicos moradores de Pernambuco, mas defende que isso ocorreu antes da chegada de Maurício de Nassau, pois, por falta de um governador, tanto os luso-brasileiros quanto os neerlandeses abandonaram a virtude e se apegaram aos prazeres, ao ócio, “maculando, de maneira vergonhosíssima, a boa fama de sua nação com a impiedade, os furtos, o peculato, os homicídios e a libidinagem.”²⁰⁵

Também segundo Calado, em outra batalha Vieira teria recebido dois tiros, um no peito e outro na cabeça. A bala atirada contra o peito teria caído milagrosamente a seus pés, sem lhe causar dano, e a outra bala teria apenas lhe tirado uma madeixa de cabelos:

(...) foram-se os nossos deitando na cava, e subindo pelos baluartes, e ali nos mataram muitos soldados, e feriram com duas balas ao Capitão Ascenso da Silva, e a Dom Antônio Felipe Camarão Governador dos Índios, e ao Capitão Diogo Barreiros, o qual morreu dentro de vinte dias, e ao Governador da liberdade João

²⁰³ CALADO, 1987. p. 51.

²⁰⁴ BARLAEUS, 1974, p. 154.

²⁰⁵ Idem. pp. 49.

Fernandes Viera lhe deram com uma bala nos peitos, a qual sem lhe fazer dano, milagrosamente caiu aos pés, e com outra lhe levaram uma madeixa de cabelos da cabeça, e ao Mestre de Campo André Vidal de Negreiros lhe deram com uma bala nos fechos da pistola que tinha em mãos, e lhe quebraram a caixa (...).²⁰⁶

Os milagres descritos envolvendo a pessoa de Vieira podem ser entendidos como tentativa de idealizar uma legitimação divina para a sua participação no levante contra o domínio neerlandês. Outro argumento utilizado pelos três panegiristas para eleger João Fernandes Vieira protetor da pátria e do catolicismo era a descrição de sua atitude perante os moradores de Pernambuco.

Esses escritores relatam que Vieira costumava prestar favores à população de Pernambuco e teria empenhado também seus rendimentos no crescimento e preservação da fé católica. Obviamente Vieira buscava obter apoio dos moradores através dessas atitudes. Frei Rafael de Jesus afirma que:

Sua generosidade crescia à proporção que se aumentavam as misérias dos moradores. A custa de grandes dispêndios socorreu sempre os necessitados, e muitas vezes lhes comprou o perdão e o favor; e assim com estes religiosos auxílios fomentava a fé de muitos, tirando-lhes com o socorro a desculpa da necessidade e do pejo.²⁰⁷

Calado também acena nesta direção. Conforme sua narrativa, Vieira “reformou as igrejas que estavam desbaratadas por os holandeses, e alevantou as confrarias dos Santos, e principalmente as do Santíssimo Sacramento, e da Virgem Maria nossa Senhora, servindo nelas com muita devoção, e dispêndio de sua fazenda”²⁰⁸. Por esta via, Santiago corrobora com a afirmação de Calado, descrevendo seus feitos: “aumentando muitas confrarias, edificando igrejas e reformando outras caídas; e foi singular em ser defensor da religião católica romana em tempo dos hereges flamengos, que à custa de sua muita fazenda os convencia”.²⁰⁹ Obviamente, estas declarações só contribuía para com a construção da imagem de Viera como protetor da pátria e da religião católica.

A busca pela ascensão social levou Vieira a requerer a remuneração pelos serviços prestados à coroa portuguesa durante a guerra. Ele defendia que o empenho de sua vida e de

²⁰⁶ CALADO, 1987. pp. 85; 114.

²⁰⁷ JESUS, 1979. pp. 179.

²⁰⁸ CALADO, 1987. pp. 106.

²⁰⁹ SANTIAGO, 2004. pp.178.

suas fazendas havia contribuído para a restituição de Pernambuco ao domínio lusitano, e seus panegiristas procuravam fazer acreditar que seus serviços teriam sido fundamentais para tal realização. Em sua contínua busca por reconhecimento, em 1649 Vieira encaminhou à coroa a solicitação do título de Conde e de Conselheiro de Guerra; o posto de Almirante do Estado do Brasil; os governos da Capitania de Pernambuco vitaliciamente, ou do Maranhão por nove anos, ou de Angola por seis anos. Além disso, também solicitou comendas militares, hábitos de ordens militares, entre outras mercês.²¹⁰ Em resposta a estes requerimentos, em 1652 o Rei o recebeu como fidalgo cavaleiro da Casa Real. Este era apenas um passo que Vieira dava em direção à satisfação de suas aspirações.

Contudo, insistia e solicitava mais reconhecimento e retribuição. Apesar de que em carta Vieira alegasse desinteresse por recompensas aos serviços prestados na luta contra os holandeses, seus requerimentos à coroa nunca foram modestos:

(...) e se Deus me der vida prometo a V. Alteza da minha parte, com vida e fazenda defender o lugar onde fizer sentinela, e dar a execução tudo o que for necessário, sem dependência de interesse algum mais que ser leal português, porque Deus tem comigo repartido bastantes bens com que me dou por muito satisfeito para os gastos no serviço de V. Alteza.²¹¹

As mercês por ele solicitadas, como já observamos, sobrevinham mediante a justificativa de que teria empenhado suas fazendas pessoais no sustento da guerra, socorrido os soldados, contribuído com donativos e também arriscado sua vida no enfrentamento ao inimigo. Isto pode ser verificado em uma carta enviada por ele ao rei de Portugal, datada de 30 de janeiro de 1654:

Senhor,
Foi servido de que Pernambuco se Restaurou para que eu tenho ocasião de me prostrar aos reais pés de Vossa Majestade manifestando que acabei a obra que comecei tanto a custa de minha pessoa e fazenda. E a fim como os princípios foram milagrosos tiveram os mesmos fins e o que neste particular da Restauração obrei, tanto com meu sangue e fazendo como com o (?). E se Vossa Majestade for servido mandar se informar de meus merecimentos tenho por certo grandes felicidades e maiores despachos e mercês que da grandeza de vossa majestade

²¹⁰ MELLO, 1956. pp.148.

²¹¹ Carta de João Fernandes Vieira, ao Rei de Portugal, informando sobre seu trabalho e a necessidade de fortificar portos e a capitania. Copiada por Jeronymo de A. Figueira de Mello. BN – Manuscritos. Coleção Brasil Holandês, Doc 1. Págs 8. Pernambuco 26 de Abril de 1674.

espero pois tão certo estou de não faltar o serviço de Vossa Majestade com o mesmo zelo que aqui tenho feito. (...) ²¹²

Vieira novamente obteve respostas positivas. O rei, então, concedeu-lhe a administração de três engenhos na Capitania da Paraíba, a nomeação para o cargo de governador da mesma capitania e o nomeou governador do Reino de Angola em julho de 1654, conforme Carta Régia de 9 de março de 1656. Também em 1671 o nomeou superintendente das Fortificações da capitania de Pernambuco, conforme Carta Régia de 26 de agosto:

João Fernandes Viera, amigo, eu o príncipe vos envio muito saudar. Havendo visto o que me escreveu o governador Fernão de Souza Coutinho sobre o estado em que se acham as fortificações dessa capitania e o modo com que se poderá tratar de sua reedificação para segurança dos moradores dela. Me pareceu encarregar-vos (como por esta o faço) da superintendência das ditas fortificações comunicando com o governador e provedor da fazenda e câmara ajustarei os feitos e meios mais prontos para elas se continuarem de maneira que fique essa praça com a defesa necessária; e de tudo o que obrardes me dareis conta com toda a miudeza, e do dispêndio e arrecadação dos efeitos das obras, e fio nossa disposição e do zelo com que meu serviu que vos havereis nessa superintendência de maneira que tenha eu por isso o muito que voz agradecer. Escrita em Lisboa a 26 de agosto de 671. O Príncipe. ²¹³

Mesmo assim, seu maior anseio ainda estava por ser atendido. Seu objetivo maior era ser governador de Pernambuco, o que lhe renderia a posição social tão almejada. Em 1675, os oficiais das câmaras de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba escreveram ao Conselho Ultramarino solicitando a destinação a Vieira ao cargo de governador da Capitania de Pernambuco:

As câmaras de Pernambuco, Paraíba, e Itamaracá se reúnem a V. A. por este conselho pedindo com toda a instância, e submissão devida, lhe faça V.S. mercê de querer nomear a João Fernandes Vieira por governador daquela Capitania; (...) Isso mesmo escreveu já Fernão de Sousa Coutinho a V. S. por este Conselho, quando governou aquela Praça entendendo como bom soldado e bom político que era, que

²¹² Carta de João Fernandes Vieira, ao Rei de Portugal. Recife/PE. 30 de janeiro de 1654. Acervo Lapeh. Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

²¹³ Carta Régia (cópia) do príncipe regente, Dom Pedro, ao mestre de campo João Fernandes Vieira, nomeando-o superintendente das Fortificações da capitania de Pernambuco. AHU. Cx.10, doc. 927. Lisboa, 26 de agosto de 1671.

convém ao serviço de V. A., e bem daqueles vassallos, serem governados por João Fernandes Vieira.²¹⁴

Contudo, apesar de haver dispensado constantes esforços em favor de obter cargos honoríficos diante da coroa portuguesa, seu desejo de ser governador de Pernambuco, por fim, não foi alcançado. Os cargos que recebeu, sobretudo o governo de Angola, serviram-lhe como consolação, mas não lhe davam o prestígio tão almejado.

Todavia, ao analisar sua trajetória é possível afirmar que os relatos panegíricos que financiou o colocavam em evidência como um personagem central no levante contra o inimigo neerlandês. Esses relatos representavam para ele uma perspectiva, um meio de alcançar a ascensão social almejada. Vieira não pertenceu a grupos de estudiosos e letrados para que se entusiasmasse com a literatura panegírica. Tampouco foi criado numa corte, a exemplo de Nassau, para ter contato com pessoas protetoras das artes e da literatura e que praticavam o mecenato. A iniciativa de se tornar um mecenas originava-se nos valores da sociedade do *Antigo Regime*, na estima que se fazia das graças, franquias e privilégios reservados à nobreza, mas que eram tão caros e desejados por ele. Portanto, o caso de Vieira se constitui uma exceção notável à regra. Sua iniciativa de utilizar a prática do mecenato é atípica para um indivíduo que não pertencia à nobreza. Além disso, ela é ainda mais distinta, pois se mostra como o primeiro caso de patrocínio de escritos panegíricos na América portuguesa.

O discurso elaborado nesses escritos projetou Vieira como principal aclamador da luta contra o holandês dentre todos os demais indivíduos que lutaram nas guerras de resistência e restauração. E, apesar de Vieira não ter obtido o cargo que mais almejava, o de governador de Pernambuco, recebeu muitas mercês como remuneração pelos serviços que prestou à Coroa com a expulsão dos neerlandeses, bem como outros cargos menos honrosos, mas não menos importantes na economia política de privilégios, como o de governador de Angola.

João Fernandes Vieira faleceu a 10 de janeiro de 1681, na cidade de Olinda. Contudo, não se conservaram informações da época que indiquem que a ele foram prestadas homenagens, nem mesmo temos conhecimento do registro paroquial de seu óbito. Pesquisas foram feitas em 1864 por uma comissão do Instituto Arqueológico Pernambucano para localizar seus restos mortais, porém nada conseguiram encontrar. Mais tarde, Francisco

²¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre requerimento dos oficiais das Câmaras de Pernambuco e Paraíba, pedindo nomeação do superintendente das Fortificações, João Fernandes Vieira, para ocupar o cargo de governador da dita capitania. AHU. Capitania de Pernambuco. Cx. 11, doc. 1046. Lisboa, 22 de dezembro de 1675.

Augusto Pereira da Costa (1851-1927), que também era sócio do Instituto, encontrou no livro de Frei Manuel de Sá (1673-1735), *Memórias Históricas dos Ilustríssimos Arcebispos, Bispos e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, impresso em Lisboa em 1724, a informação necessária para encontrar seus despojos. Segundo o autor da obra eles estariam situados na capela-mor da Igreja Nossa Senhora do Carmo. Em 16 de junho de 1886 foram realizadas escavações nesta capela e subsequente análise dos fragmentos ósseos encontrados e, através dela, uma comissão de sócios do Instituto Arqueológico, em parecer datado de 07 de agosto de 1887, concluíram ser de João Fernandes Vieira os restos ali situados.²¹⁵

No ano de 1942 os despojos foram trasladados para a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, onde foram depositados na parede da capela-mor, com a seguinte inscrição comemorativa:

AQUI FAZ
DE
JOÃO FERNANDES VIEIRA
O QUE RESTA
COMBATEU PRO ARIS ET FOCIS
DA RESTAURAÇÃO DE PERNAMBUCO
FOI CABEÇA E BRAÇO FORTE
SEU NOME VIVERÁ NA HISTÓRIA
E NO CORAÇÃO DOS BRASILEIROS
4 DE AGOSTO DE 1942

É possível verificar através desta inscrição que, ainda no século XX, João Fernandes Vieira é reconhecido como o líder da luta contra o holandês, que resultou na restauração de Pernambuco às mãos da coroa portuguesa. Na mesma Igreja há lápides de homenagens póstumas, datadas de 2010, à Henrique Dias, Antonio Felipe Camarão, Antonio Dias Cardoso e Francisco Barreto de Menezes, por terem lutado em favor da restauração de Pernambuco.

Evaldo Cabral de Mello comenta as obras patrocinadas por Vieira e sugere que “até meados do século XIX, a história das guerras holandesas foi a história que, com agudo senso de promoção pessoal, ele encomendara e divulgara”. A restauração de Pernambuco era manipulada sobre a aliança de grupos étnicos que compunham a população, não em tom de igualdade, mas sob a direção da nobreza da terra e do reinol fixado na capitania. Os senhores de engenho João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o índio D. Felipe Camarão e o

²¹⁵ Ver: MELLO, 1956. pp. 317.

negro Henrique Dias formavam um panteão imaginário a quem era atribuída a expulsão dos holandeses.²¹⁶ Mas ao observar a inscrição na lápide de Vieira e as demais homenagens póstumas colocada na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres podemos entender que os relatos panegíricos de Vieira projetaram-no sob uma imagem gloriosa que ultrapassou o século XIX e chegou ao XXI.

²¹⁶ MELLO, 2008. pp. 186.

CONCLUSÃO

O padrão de patrocínio e encomenda de obras de arte, tais como música e literatura, foi predominante na Europa do Antigo Regime e foi modelo seguido por escritores que redigiram sob as mais diferentes circunstâncias. As obras dedicadas ou apresentadas a Nassau aqui citadas constituem exemplos clássicos deste padrão, pois o Conde era membro da nobreza e, portanto, um estabelecido conforme a ordem social antiga então vigente. Na modernidade, a prática do patronato era prestígio da nobreza, que tinha condições de financiar a elaboração e impressão de obras literárias, dentre outras obras de arte. Por outro lado, os escritos encomendados por João Fernandes Vieira reproduzem o discurso panegírico característico de textos elaborados mediante o patronato, apesar de seu patrono não pertencer à nobreza.

O caso de Vieira certamente se apresenta como uma particularidade colonial. Essa literatura panegírica é produzida nos trópicos em função dos trópicos. Por outras palavras, ela é produzida para construir uma trajetória de glórias para João Fernandes Vieira que, uma vez *outsider*, buscava se estabelecer entre os seus contemporâneos através da obtenção da nobilitação. Considerando sua trajetória de vida, sua origem humilde, o fato de ser um migrante madeirense na América Portuguesa, sua estratégia de valer-se da prática de encomenda de obras literárias de cunho panegírico para construir e divulgar uma imagem gloriosa e guerreira foi um dos meios que utilizou para alcançar o seu objetivo de se destacar na sociedade portuguesa e elevar seus *status* social.

Se por um lado Nassau tinha o intuito de ser reconhecido por seus pares e se tornar digno de admiração pela posteridade, também pretendia preservar sua carreira militar e defender sua forma de governar perante a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa, com a qual acumulava desentendimentos durante sua estada no Brasil. O relato panegírico de Barlaeus representava um meio para alcançar este objetivo e o artifício era a elaboração de uma imagem artificial ligada à crença religiosa que fazia dele o defensor de sua fé. Este artifício foi utilizado igualmente por João Fernandes Vieira que, por sua vez, através de relatos panegíricos buscou a idealização de uma imagem guerreira ligada à fé católica, pois ele era representado como um defensor da pátria e da religião católica.

Destarte, tanto os panegiristas de Vieira quanto os de Nassau uniram o elogio aos ideais religiosos, pois, como vimos anteriormente, na modernidade o universo religioso guiava os escritos produzidos sob a égide da Igreja Católica ou da Igreja Reformada. Enfim, a

religião era diretriz ideológica que justificava a conquista, a catequese, a defesa contra o estrangeiro e a cultura intelectual do período. Por isso, não é de se estranhar que também tenha marcado as obras produzidas por Barlaeus e Nieuhof, por um lado, e Santiago, Frei Rafael de Jesus e Frei Manuel Calado, por outro.

As obras incentivadas por Nassau e por Vieira seguem também um padrão comum, o de encomenda de escritos panegíricos do *Antigo Regime*. Nenhum de seus autores escreveu sob livre fruição de seus pensamentos ou de sua criatividade. Todos os panegiristas escreveram sob os cuidados de seus patronos, que incentivaram, financiaram, revisaram e aprovaram, ou reprovaram o conteúdo das obras. Entre estes relatos produzidos, há aqueles que trazem uma dedicatória formal ao seus respectivos patronos, como é o caso dos textos de Barlaeus e de Frei Rafael de Jesus. No entanto, todos colocam seus patrocinadores como personagem central da narrativa e lhes tecem elogios. Os acontecimentos vitoriosos ou desfavoráveis são entendidos através da Providência Divina, que é usada para justificá-los. Isso é evidente tanto nos relatos luso-brasileiros quanto nos neerlandeses.

As diferenças encontram-se no estilo da linguagem presente nas narrativas. Barlaeus tece elogios a Nassau, louva seu governo do início ao fim, suas atitudes e, até mesmo, seu modo de andar e agir. Segundo Barlaeus, Nassau era querido e amado por todos, inclusive por seus inimigos. Por outro lado, a narrativa de Nieuhof é marcada por um discurso mais discreto e menos acentuado no que se refere aos elogios, mas ele não deprecia em nada a pessoa do Conde, ao contrário, corrobora com a imagem de bom governador, pois igualmente contava senão com seu patrocínio e sua proteção.

No que se refere às obras promovidas por Vieira, podemos ressaltar o fato de Calado ter sido o primeiro a produzi-las. Porém este deixou escapar detalhes sobre a origem humilde de Vieira, teve seu relato incluído no *Index* e, além disso, não dispôs de tempo para narrar o momento de extrema importância para o orgulho de Vieira, qual seja, a restauração de Pernambuco. As obras de Santiago e de Frei Rafael de Jesus vêm à luz para corrigir estas falhas. E embora mestre de gramática, Santiago parece não ter satisfeito seu patrono, pois Vieira ainda viu necessidade de solicitar outro texto a Frei Rafael de Jesus, que reescreveu a obra de Santiago com vocabulário mais elaborado. O Frei escreveu seu relato baseado nos anteriores, mas com uma linguagem rebuscada, julgada por certo mais adequada ao teor dos elogios e louvores ao patrocinador.

Portanto, podemos entender que estes discursos sobre a Guerra do Açúcar estão imersos num mesmo campo literário, cujas características referem-se ao caráter panegírico e às tensões existentes na cristandade ocidental moderna.

CRONOLOGIA

1517 – Início da Reforma Protestante com Frei Martin Lutero, que prega as suas *95 Teses* na porta da Igreja de Wittenberg.

1580 – Início da União Ibérica. Felipe II de Castela se torna o rei de Portugal, após a crise de sucessão do trono português.

1568 – Início da Guerra dos Oitenta Anos.

1602 – Em março deste ano foi criada na Holanda a Companhia das Índias Orientais (VOC, Vereenigde Oost-Indie Compagnie).

1604 – Nascimento de João Maurício de Nassau-Siegen, no castelo de Dillenburg.

1613 – Nascimento de João Fernandes Vieira, em Funchal, Ilha da Madeira.

1621 – Ano da criação na Holanda da Companhia das Índias Ocidentais (WIC, West-Indie Compagnie).

1624 – A Companhia das Índias Ocidentais Holandesa realiza seu primeiro ataque contra o Brasil, em Salvador, Bahia, porém esse ataque é frustrado.

1630 – A Companhia das Índias Ocidentais Holandesa realiza seu segundo ataque contra o Brasil, em Olinda, Pernambuco. Desta vez, os neerlandeses obtêm sucesso e se fixam no nordeste açucareiro. A região de seu domínio fica conhecida como “Brasil holandês”.

1637 – O Conde João Maurício de Nassau-Siegen chega ao Recife em 23 de janeiro para exercer os cargos de Governador, Capitão e Almirante-general do Brasil Holandês.

1638 – O Conde de Nassau e as tropas neerlandesas realizam um segundo ataque à Bahia, em Salvador, visando dominar a capitania, porém novamente fracassam.

1640 – D. João IV é coroado o novo rei de Portugal. Fim da União Ibérica.

1641 – Conhece-se no Brasil a notícia da restauração de Portugal.

1644 – Fim do governo do Conde João Maurício de Nassau-Siegen no Brasil Holandês. A 22 de maio Nassau regressa aos Países Baixos.

1647 – A primeira edição de *História dos feitos recentemente praticados* de Garpar Barlaeus é impressa em latim, na cidade de Amsterdam.

1648 – Paz de Munster, que encerra a Guerra dos Oitenta anos entre os Países Baixos e a Espanha.

1648 – A primeira edição de *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* de Frei Manuel Calado do Salvado é impressa em português, em Lisboa. Contudo, a obra foi incluída no

Index Librorum Prohibitorum por um decreto apostólico de Roma em 1655, de onde só foi retirada em 1667.

1654 – Em 26 de janeiro os neerlandeses capitulam na Campina do Taborda, em Pernambuco.

1661 – Fim da dominação neerlandesa no Brasil. Assinatura da Paz de Haia.

1679 – A primeira edição de *Catrioto Lusitano* de Frei Rafael de Jesus é publicada em Lisboa.

1679 – João Maurício de Nassau-Siegen falece em Bergendal, em 20 de dezembro. É enterrado nesta cidade, num mausoléu que ele mesmo havia mandado construir. Seus restos mortais são levados, meses depois, para o panteão da família, em Siegen.

1681 – João Fernandes Vieira falece a 10 de janeiro, na cidade de Olinda. Não se conservaram da época informações que indicassem homenagens a ele prestadas. Não é conhecido o registro paroquial do óbito.

1682 – A primeira edição do relato das viagens ao Oriente e ao Ocidente de Joan Nieuhof é impressa em holandês, na cidade de Amsterdam. Em 1942 é impressa em português e recebe o título de *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*.

1984 – Publicação da primeira edição integral de *História da Guerra de Pernambuco* de Diogo Lopes Santiago. Entre os anos 1875 e 1880 trechos do manuscrito foram publicados na Revista do Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro, sob o título de *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*.

REFERÊNCIAS:

FONTES

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

_____. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

CALADO, Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da guerra brasílica*. Lisboa, oficina de João Galvão, 1675.

JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano ou História da guerra entre o Brasil e Holanda durante os anos de 1624 a 1654*. Pernambuco: Assembleia Legislativa de PE, 1979.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. Volume 1. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004.

_____. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. Vol. 2. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004.

NIEUHOFF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos, confronto com a edição holandesa de 1682. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.

AHU - Cartas e requerimentos constantes na documentação referente à Capitania de Pernambuco, selecionados e recolhidos junto ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/PT.

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) – Cartas e requerimentos constantes na documentação referente à Capitania de Pernambuco (1630-1654), selecionados e recolhidos junto ao Arquivo Histórico Ultramarino.

Documentos para a História do Brasil, colhidos na Holanda pelo encarregado dos Negócios, Joaquim Caetano da Silva. Ofícios do conde Maurício de Nassau; tomos II a IV. Documentação coletada junto a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Manuscritos.

Cartas e Ofícios ao rei de Portugal enviados por João Fernandes Vieira. Coleção Brasil Holandês. Documentação coletada junto a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Manuscritos.

Documentos referentes à Capitania de Pernambuco recolhidos junto ao LAPEH – Laboratório de Pesquisa de História da Universidade Federal de Pernambuco – UPPE.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BOSI, Afredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1985.

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. Vol. 3 O tempo e o mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BUESCU, Ana Isabel. *Memória e poder: ensaios de história cultural (XV-XVIII)*. Edições Cosmos. Lisboa: 2000.

CANDIDO. Antonio. Letras e idéias no Brasil Colônia. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL: Bertrand Brasil, 1960. Tomo I. 2 Vol. 2 ed.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.) *História das Guerras*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIES Philippe; CHARTIER Roger (Orgs.). *História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. 3. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. *A Civilização do Renascimento*. Tradução de Manuel Ruas. Vol. 01. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

ELIAS, NORBERT. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Mozart, sociologia de um gênio*. Organizado por Michel Schröter. Tradução Sergio Gomes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1995.

_____. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes (vol. I). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda”: Johan Mauritz van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In: ARIÈS, Philippe. CHARTIER, Roger. (Orgs). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 287.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, António Manuel. SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José. (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1992.

LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos holandeses*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.

MAGALHÃES, J. R. A construção do espaço brasileiro. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dirs.). *História da expansão portuguesa* (Vol. II). Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998.

_____. Os limites da expansão asiática. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dirs.). *História da expansão portuguesa*. (Vol. II) Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001. 4ª Edição.

_____. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA. Sérgio Buarque de. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. Volume I. A Época Colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. *Estudos Pernambucanos*. Crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco. Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária, 1960.

_____. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade de Recife, 1956.

_____. *Frei Manuel Calado do Salvador*. Universidade do Recife: 1954.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001. 235f.

PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ, Stuart. (Orgs.) *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RODRIGUES, Michelle de Araujo Schampovski. Relatos panegíricos como perspectiva de ascensão social no Antigo Regime. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Perspectivas historiográficas*. Campinas: Pontes Editores, 2010.

_____. Religião e patronato: relatos católicos e calvinistas no tempo da Guerra do Açúcar (1630-1654). In: SALES, Jean R. FREITAG, Liliane. STANCZYK FILHO, Milton. (Orgs.). *Religião: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *Guerra e religião no Nordeste Açucareiro (1630-1654)*. 49f. Monografia de conclusão de curso em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras de integração. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (Dirs.). *História da expansão portuguesa*. Vol 01. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

SCHAUB, Jean-Frédérique. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STELLA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes. 1580-1640*. Prefácio de Felipe de Seixas Corrêa. São Paulo: Unibero/CenaUn 2000.